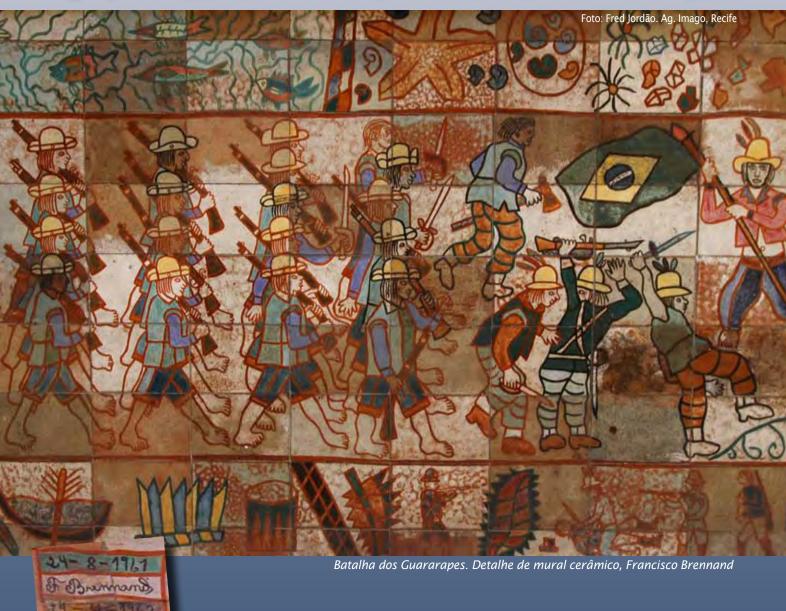


Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro Ano IV n.º 14

## Judeus & Holandeses no Brasil



Portinari e os painéis Guerra e Paz

Padre Antonio Vieira e os judeus ☆ Clarice Lispector – dois olhares
O Brasil holandês ☆ Maurício de Nassau e os judeus no Brasil holandês
Nassau, um renascentista em terras de Pernambuco ☆ Hereges no Rio de Janeiro colonial
José Mindlin, uma vida entre livros ☆ Recordando Paulo Rónai



REVISTA ELETRÔNICA ANO IV, N.º 14

GOVERNADOR SERGIO CABRAL

VICE-GOVERNADOR Luiz Fernando Souza

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO WILSON RISOLIA

CHEFE DE GABINETE José Ricardo Sartini

SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO Julio Cesar Miranda da Hora

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO E RECURSOS DE INFRAESTRUTURA SÉRGIO MENDES

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO DA REDE E DE ENSINO ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO

SUBSECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO E PROJETOS DELANIA CAVALCANTI

EDITORES RESPONSÁVEIS JOHN WESLEY FREIRE E HELENICE VALIAS

ILUSTRADORES Antonio Silvério Cardinot de Souza e Rafael Carneiro Monteiro

**CONSELHO EDITORIAL** 

Antonio Olinto - *in memoriam*Carlos Lessa
Carlos Nejar
Cecilia Costa Junqueira
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Evanildo Bechara
Haroldo Costa

Laura Sandroni Nelson Rodrigues Filho Nireu Cavalcanti Roberto Corrêa dos Santos

### **AGRADECIMENTOS**

Aos acadêmicos da ABL Arnaldo Niskier, Carlos Nejar, Eduardo Portella, Geraldo Holanda Cavalcanti, Moacyr Scliar e Murilo Melo Filho; a Benício Medeiros, Carlos Lessa, Cecilia Costa Junqueira, Evaldo Cabral de Mello, Jandira Neto, Jean-Michel Massa, Joëlle Rouchou, Laura Sandroni, Leonardo Dantas, Lucia Helena, Muniz Sodré, Nelson Rodrigues Filho, Nireu Cavalcanti, Romério Rômulo e Ronaldo Vainfas, pela cessão graciosa de seus textos, e a Francisco Brennand pela cessão de imagem de seu mural *Batalha dos Guararapes*.

À inestimável contribuição do Projeto Portinari – seu diretor, João Candido Portinari e Suely Avellar, coordenadora; da ABL; da Fundação Biblioteca Nacional; e do Instituto Cultural Carlos Scliar. As editoras Altadena, Companhia das Letras, Garamond, Record, Rocco, SM, seus autores e editores.

A Alice Gianotti, Anselmo Maciel, André Saman, Anna Maria Rennhack, Claudio Mello Sobrinho, Cora Rónai, Cristina Ventura, Elisa Albernaz, Fatima Ribeiro, Françoise Massa, Heloisa Pereira, Ione Teresinha de Carvalho, Jean Souza, Luiz Antonio de Souza, Luiz Marchesini, Mariana Mendes, Marinez Teixeira, Paulino Cardoso, Pedro Martins, Rebeca Roubert, Regina Lamenza e Sonia Pedroso, pela colaboração à feitura deste número.

A Angela Duque, por seu projeto gráfico, tratamento de imagens e arte-final da revista. Aos colegas da SEEDUC pelas expressivas ilustrações, Antonio Silvério Cardinot de Souza e Rafael Carneiro Monteiro; a Ailce Malfetano Mattos, Ana Carolina de Aguiar, Catarina Soares de Melo, Elaine Batalha, Fernanda Martins, Gisela Cersósimo, Lívia Diniz, Magda Sayão, Maria de Lourdes Machado, Maria Edileusa Freitas, Mariana Garcia, Thiago Barbosa e a todos os que, anonimamente, nos ajudaram a viabilizar esta edição.

## **SUMÁRIO**

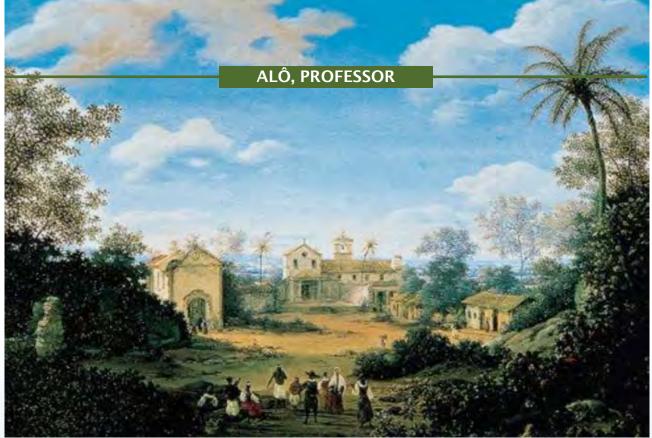
- 03 Mensagem da Secretaria
- 04 Editorial
- 05 Portinari e os painéis *Guerra e Paz*
- 08 Educação Patrimonial e Psicodrama pedagógico
- 11 Moisés avista a Terra Prometida
- 13 Padre Antonio Vieira e os judeus
- 15 Antônio José, o Judeu
- 17 Clarice Lispector dois olhares
- 20 A Estranha Nação de Rafael Mendes
- 23 Stephan Zweig: o homem sensível que um dia perdeu a esperança
- 26 o Brasil holandês
- 29 Maurício de Nassau e os judeus no Brasil holandês
- 32 Maurício de Nassau, um renascentista em terras de Pernambuco
- 35 A Batalha dos Guararapes e a formação ideológica do Brasil-Nação
- 38 Judeus-egípcios, imigrantes no Rio de Janeiro
- 40 Hereges no Rio de Janeiro colonial
- 43 José Mindlin, uma vida entre livros
- 46 Recordando Paulo Rónai
- 48 Adolpho Bloch: mais de um século depois
- 50 Saudades de Samuel
- 52 O Brasil Holandês/ Entre Moisés e Macunaíma: os judeus que descobriram o Brasil
- 53 A majestade do Xingu/ Haskalá, o Iluminismo judaico
- 54 Clarice na cabeceira
- 55 Primos: histórias da herança árabe e judaica/ ABC do mundo judaico
- 56 Aracy Guimaraes Rosa: quem sabe faz a hora...
- 58 Os passos de Scliar, companheiro do mundo
- 60 Fala, leitor
- 61 Biblioteca Nacional 200 anos

Os conceitos emitidos representam unicamente as posições de seus autores. Permitida a transcrição, desde que sem fins comerciais e citada a fonte. Registros na Fundação Biblioteca Nacional n.  $^{\rm os}$ 491.096 a 491.101

Edições digitais: educacao.rj.gov.br/educacaoemlinha

Contato com os editores: educacaoemlinha.1@gmail.com ou educacaoemlinha@educacao.rj.gov.br. Tiragem da edição impressa: 5 mil exemplares

Impressão: Imprensa Oficial/RI



A Igreja e o Mosteiro de Igarassu. Frans Post, séc.XVII

## MENSAGEM DA SECRETARIA

certam os editores de *Educação em linha* em buscar a riqueza de nossas matrizes culturais e aportes posteriores, e difundir a fé na capacidade humana de superação dos obstáculos, repúdio ao preconceito e recusa à inação diante da adversidade.

Injustiça, sofrimento e perdas podem induzir à crença de que a derrota às vezes se impõe. Entretanto, exemplos de Antonio Vieira, Adolpho Bloch, Paulo Rónai e outros, demonstram quanto se pode realizar, sobrepujando inimagináveis dificuldades. Como fez Aracy Guimarães Rosa, ao arriscar a própria liberdade, sobrepondo a consciência à conveniência para salvar muitas vidas.

A temática desta edição focaliza holandeses & judeus. Os primeiros, embora tendo ocupado terras brasileiras por pouco tempo, deixaram importante legado urbanístico, científico e artístico que documenta a terra e a natureza do Brasil no séc. XVII, explêndido documental histórico, ainda hoje consultado. Por sua vez, resgatando a visão histórica de Von Martius e Varnhagen, Carlos Lessa dá destaque às Batalhas dos Guararapes e à consequente expulsão dos holandeses como um dos episódios protoformadores da nacionalidade, momento em que as três etnias – ameríndia, africana e lusitana – se uniram para preservar a unidade territorial.

Os judeus, biblicamente povo escolhido por Deus, o poeta Carlos Nejar personifica em Moisés e versos imaginários: A terra que sonhei, obstinado, (...) diante de mim se espraia. Nosso país, ao acolhê-los, tornou-se uma espécie de terra prometida. Mas a terra prometida – Brasil – não acolheu apenas os judeus: árabes, japoneses, espanhóis, italianos, franceses e outros povos e culturas aqui encontraram abrigo, terra e povo acolhedor, disposto a recebê-los como a irmãos, reconhecendo que todos pertencemos à única raça existente – a humana...

Como educadores, sempre combateremos atitudes de intolerância. Mas com armas superiores ao *olho por* 

olho: a argumentação e o diálogo, ao invés da repressão, outra forma de intolerância. A humanidade está cansada de tentativas de imposição de pensamento único, demonstram muitos dos artigos. As diferenças são inerentes à vida biológica e à social, não podendo ser eliminadas. Nossa tarefa é propor a resignificação ou a "releitura" das palavras e dos comportamentos. Jamais se construiu a paz pela violência, pois que ela cria o antagônico vencedores x vencidos. Pela tolerância e diálogo os conflitos são superados – ninguém perde, todos ganham.

Da edição destacaríamos também o legado pacifista de Candido Portinari, em sua obra maior *Guerra e Paz*, painéis que estarão expostos ao público, após 50 anos ausentes do Brasil. Ele afirma: "uma pintura que não fala ao coração não é Arte, porque só ele a entende. Só o coração nos poderá tornar melhores e essa é a grande função da Arte..."

A SEEDUC agradece aos editores da revista e aos colaboradores que, graciosamente, concorrem para esta *cruzada* em favor da prevalência dos mais altos valores: a tolerância, a convivência, a aceitação e o reconhecimento do outro e a busca do bem-comum, e disto José Mindlin é exemplo emblemático, ao doar, em vida, parte preciosa de sua biblioteca à USP....

Parafraseando Nireu Cavalcanti, que o *Dragão da Maldade* não ressurja — protegido por armadura e bandeiras religiosas, políticas, econômicas, étnicas e preconceitos de qualquer espécie — sobre nosso querido Estado e seus moradores.

Não seria outra nossa mensagem de fim de ano, ao ensejo do Natal, celebração do amor ao próximo, e do Ano Novo, esperança no porvir. Quem educa, crê num futuro melhor do que o presente, e sabe que a ação coletiva supera a fragilidade do indivíduo.

Secretaria de Estado de Educação



## EDITORIAL

ontinuamos, pelo 4.º ano, a divulgar mensagens de amor ao Brasil, à tolerância e à pluralidade de nossa cultura - somatório das autóctones e de outras que aqui chegaram após Cabral. Judeus & holandeses também temperaram o cadinho de línguas, falas, visões e ideias que somos e continuaremos a ser.

A História relaciona judeus e holandeses a conflitos lá e cá, mas iniciamos com algo que fala ao coração: a obra de Candido Portinari e sua criação maior – os painéis Guerra e Paz que, há meio século ornam a sede da ONU, e

voltam à pátria para restauro e revisitação.

Nesta edição, um recorde: seis acadêmicos da ABL conosco colaboram. Carlos Nejar nos oferece o belo poema Moisés avista a Terra Prometida. Arnaldo Niskier lembra, em Padre Antonio Vieira e os judeus, um "soldado de Cristo" que se arriscou pela nação hebraica. Moacyr Scliar, com humor judaico, trata d'A Estranha Nação de Rafael Mendes. O mais recente membro da ABL, Geraldo Hollanda Cavalcanti, homenageia seu antecessor em José Mindlin, uma vida entre livros. Murilo Melo Filho recorda exemplo de tenacidade em Adolpho Bloch: mais de um século depois. Com Clarice Lispector - dois olhares, Eduardo Portella e Lucia Helena – acadêmica, mas não da ABL, retratam a autora e a obra da mais brasileira das ucranianas.

Analisando os males do pensamento único e suas graves consequências: Nireu Cavalcanti, em Hereges no Rio de Janeiro colonial, verbera a intolerância ideológica. Nelson Rodrigues Filho evidencia que o pensamento unívoco não admite críticas pois, em Antônio José, o Judeu, comediógrafo morto pela Inquisição, seu humor era leitura corrosiva das instituições portuguesas de então. Com acuidade, Cecilia Junqueira cuida de Stephan Zweig: o homem

sensível que um dia perdeu a esperança - escritor que, mesmo no Brasil, não se livrou do fantasma

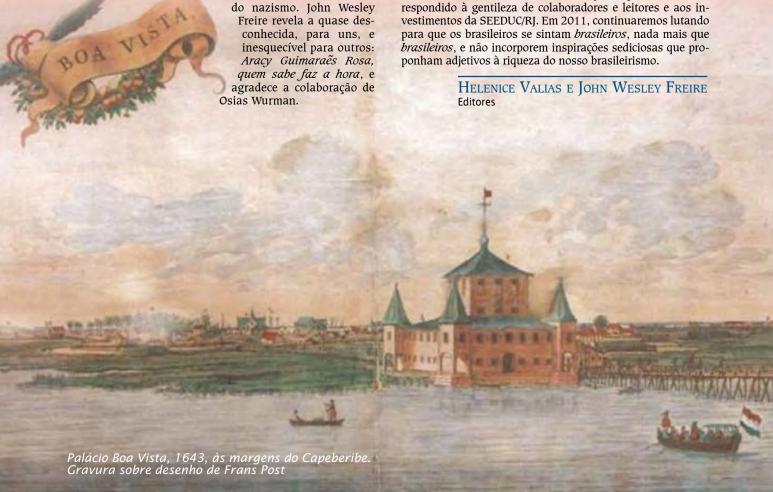
Personalidades judaicas são lembradas por vieses afetivos: da França, Jean-Michel Massa, Recordando Paulo Rónai, o homenageia como paradigma dos tradutores brasileiros. Benício Medeiros lembra aquele que revolucionou o jornalismo pátrio em Saudades de Samuel. E Romério Rômulo resgata n' Os passos de Scliar, companheiro do mundo, o pintor que, mesmo na guerra, soube produzir beleza.

Outros resgates: Joëlle Rouchou fala da saga de Judeus-egípcios, imigrantes no Rio de Janeiro, que, apátridas, aqui encontraram abrigo. E Jandira Neto nos apresenta, em Educação Patrimonial e Psicodrama pedagógico, a Jacob L. Moreno e seu método de recuperação psicológica através de encenações catárticas, experiência que o IAB realiza de forma socioeducativa, integrando o sujeito ao patrimônio.

Tratam sobre os holandeses três historiadores: os pernambucanos Evaldo Cabral de Mello, que recorre a fontes primárias, selecionadas e comentadas, dá voz à preciosa documentação da época, em O Brasil holandês; e Leonardo Dantas, que põe em foco a figura e a obra de Nassau, um renascentista em terras de Pernambuco. O carioca Ronaldo Vainfas, com Maurício de Nassau e os judeus no Brasil holandês, evidencia o relacionamento destes povos que influenciaram, no séc. XVII, a economia nordestina. Por outro aspecto, Carlos Lessa em A Batalha dos Guararapes e a formação ideológica do Brasil-Nação retoma as teses de Von Martius e Varnhagen, e reitera que a união das três etnias protoformadoras da nacionalidade brasileira concorreu para a expulsão dos holandeses. Sobre o tema, na capa, destacamos fragmento do mural cerâmico Batalha dos Guararapes (33 x 2,5m), do artista plástico Francisco Brennand, localizado na Rua das Flores, em Recife.

Homenageando um dos mais valiosos bens culturais do país, Muniz Sodré, seu presidente, põe à luz a Biblioteca Nacional - 200 anos.

Finalizando o ano e a 14.ª edição, esperamos ter cor-



## Portinari e os painéis Guerra e Paz

... A pintura que se desvincula do povo não é Arte – senão um passatempo, um jogo de cores cuja mensagem passa de epiderme em epiderme – e que tem um alcance pequeno. Ainda que realizada com inteligência e bom gosto nada dirá ao nosso coração – e uma pintura que não fala ao coração não é Arte, porque só ele a entende. Só o coração nos poderá tornar melhores e essa é a grande função da Arte.

Não conheço nenhuma grande Arte que não esteja intimamente vinculada ao povo. As coisas comovedoras ferem de morte o artista e sua única salvação é retransmitir a mensagem que recebe. Pergunto-me: quais são as coisas comovedoras neste mundo de hoje? Não são por acaso as guerras, as tragédias provocadas pelas injustiças, pela desigualdade e pela fome? Haverá na natureza algo que grite mais alto ao coração do que isto?...

Candido Portinari, 1947, em discurso a intelectuais argentinos

ez anos depois desse discurso, 1957, o governo brasileiro doou à sede da ONU, recém-inaugurada em Nova York, os painéis *Guerra e Paz*, pintados por Candido Portinari. Entre 1952-56, trabalhando com afinco, ele confeccionou 180 estudos, esboços e maquetes para os murais, entre estes, 18 quadros de grande formato com detalhes em tamanho natural.

O pintor jamais viu seu trabalho instalado: por ser simpatizante do comunismo, o governo americano não permitiu sua ida a Nova York para a inauguração. O Secretário-Geral da ONU, à época Dag Hammarskjold, os considerou a mais importante obra de arte doada à instituição.

Antes de os painéis saírem do Brasil o público exigiu vê-los, o Presidente Juscelino Kubitschek abriu a exposição no Theatro Municipal do Rio, e o povo lotou a casa. "Nunca vi uma coisa assim", disse um porteiro do teatro.

Agora, os painéis *Ĝuerra e Paz*, exponenciais da obra e dos ideais de Portinari, voltarão ao Theatro Municipal, de 22 a 30 de dezembro próximo, para visitação pública. De 12 de janeiro a 30 de abril de 2011, permanecerão no Palácio Gustavo Capanema, onde haverá ateliê de restauro,

com visitas guiadas para escolas e atividades de arte-educação. Depois de restaurados, itineram ao *Grand Palais*, em Paris; ao Museu da Paz, em Hiroshima; à entrega do prêmio Nobel da Paz, em Oslo; à Unesco, em Genebra, e outros, antes de retornar à sede da ONU.

Durante estas quase três décadas em que estive à frente do Projeto Portinari, sempre sonhei compartilhar com todos a emocionante história e o significado dos painéis Guerra e Paz. Esta oportunidade surgiu agora, no aniversário de 50 anos de sua instalação no edifício-sede da ONU, em Nova York.

Nestes tempos em que o mundo se encontra, mais do que nunca, ameaçado pelas guerras, pela violência nas cidades e no campo, pela agressão ao meio ambiente, pelas injustiças e desigualdades sociais, pela fome e pela pobreza, tempos em que a violência parece não



Mulher, painel Guerra, 1955

conhecer mais limites, enlutando milhões de homens, mulheres e crianças, e pondo em risco o próprio planeta, esta edição tem por objetivo revelar ao mundo, em outro contexto, a poderosa carga simbólica dos painéis Guerra e Paz, que abarca os anseios de todas as nações que, como o Brasil, almejam a paz, a justiça e a fraternidade entre os povos.

João Candido Portinari, filho do pintor

Há uma indiscutível coerência entre as pinturas rupestres de Lascaux e as obras pictóricas de Piero della Francesca e de Candido Portinari. De quarenta mil anos para cá elas trazem a grande mensagem da cultura humana, mantendo íntegra a pureza do conceito artístico, único fator essencial na análise das obras de arte e de seus significados. Pureza ancorada na consciência responsável de quem vive intensamente o que faz e porque o faz.

Três artistas que, por meio da pintura, realizaram o milagre da comunicação desde antes da palavra falada, no caso do pintor de Lascaux e, maior do que a palavra escrita, na obra de Piero della Francesca e de Candido Portinari no decorrer do último milênio. A pureza, na inteligência do gênio que criou o conceito da pintura nas paredes de sua gruta. é a mesma en-

nas paredes de sua gruta, é a mesma encontrável nos afrescos de Piero della Francesca e em toda a obra de Portinari, enriquecido neste último pela síntese social do nosso povo, descrita em toda sua pintura, culminando nos painéis expostos no prédio da ONU em Nova York.

Guerra e Paz são as duas grandes páginas da emocionante comunicação que o filósofo/pintor entrega à humanidade; mensagens puras, sem concessões retóricas ou demagógicas encontráveis nas obras de artistas panfletários e políticos. (...) A progressiva assimilação do significado artístico da obra de Portinari contribuirá, sem dúvida, para todos caminharem na direção de uma sensibilidade futura, mais humana e mais agradecida aos gênios que souberam e saberão transmiti-la.

ENRICO BIANCO, auxiliar de Portinari

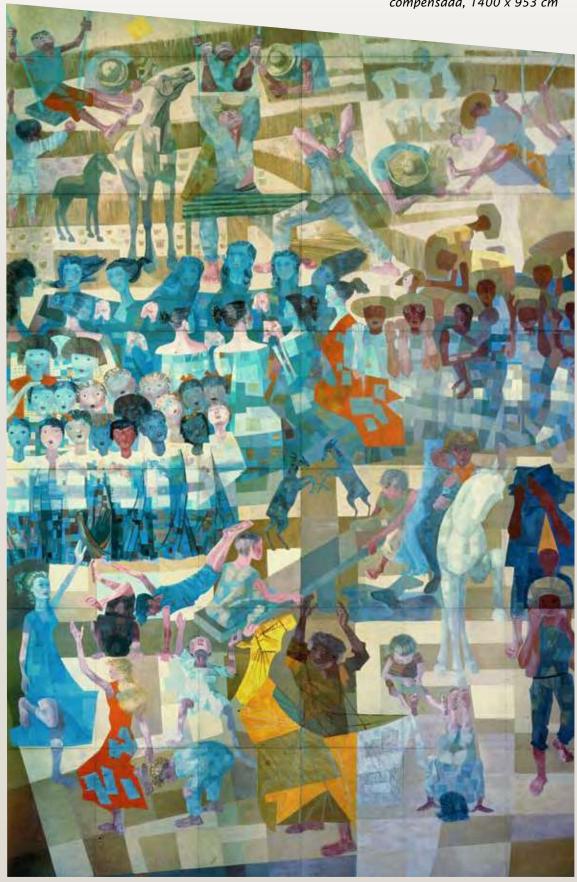
Depoimentos reproduzidos da obra *Guerra e Paz - Portinari* Projeto Portinari, Rio de Janeiro, 2007



Guerra, 1952-1956. Painel a óleo/madeira compensada, 1400 x 1058 cm



Paz, 1952-1956. Painel a óleo/madeira compensada, 1400 x 953 cm



## Educação Patrimonial e Psicodrama pedagógico



Pedra do Chapéu, usada por povos pré-históricos como abrigo, apresentando pinturas rupestres. Cristalina, GO

## Jandira Neto

necessidade de preservação do patrimônio cultural surge fortemente com o movimento Modernista – aqui no Brasil com início em 1922, e na Europa na última década do século XIX – como "resposta" da sociedade à crescente industrialização e seu repúdio ao passado.

Mário de Andrade declara: "Não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade que adquiriu. Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização". Resguardava assim uma identidade nacional baseada na pluralidade do nosso patrimônio histórico, demonstrado por meio da multiplicidade étnica de nossa gente.

Ainda anônimo, esse movimento foi o início do processo de Educação Patrimonial de origem inglesa (*Heritage Education*), que germinava na mente daqueles que trabalhavam com as questões relativas à memória, em várias partes do mundo, levados então pelo Modernismo que se difundia nos principais centros intelectuais do planeta. Sua premissa é educar para a defesa do patrimônio, levando os indivíduos a um processo ativo de conhecimento crítico por meio da assimilação consciente deste e a natural valorização de sua herança cultural, com isto fortalecendo seus sentimentos de identidade e cidadania. Propunha o conceito de "conhecer para preservar" como base de desenvolvimento metodológico, utilizando-se da observação do questionamento e da exploração de todos os aspectos do objeto patrimonial, explorando-o como

fonte primária de conhecimento, reconhecimento para o enriquecimento pessoal e coletivo.

Espaços como museus, arquivos públicos ou particulares, centros culturais, sítios arqueológicos, e ainda os equipamentos (escolas etc.) da própria comunidadesujeito (através de suas histórias, seus pertences), considerados como baluartes de memória, são os principais ambientes de aporte dessa metodologia até hoje.

Utilizando-se deste formato, a legislação brasileira o adotou visando assegurar a inclusão da Educação Patrimonial através da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* — Lei n.º 9.394/96 — que enfatiza, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos Fundamental e Médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura. Abria espaço à construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural em níveis estadual e municipal.

O Ministério da Educação elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, incluindo os chamados "temas transversais". Entre eles, o patrimônio histórico e a Educação Patrimonial, pretendendo que estudantes brasileiros tenham oportunidade de vivenciarem temas referentes ao Patrimônio natural e cultural e possam entender suas diferenças.

Na prática a Educação Patrimonial, tal como hoje é conhecida, foi inicialmente aplicada no Museu Imperial de Petrópolis na década de 90 pela museóloga Maria de Lurdes Horta, que se baseou no método do *Heritage* 

## EDUCAÇÃO EM DIÁLOGO

Education para desenvolver pesquisas de grande relevância na área. Sua experiência foi adotada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através da Portaria 230/2002, quando se atrelou a pesquisas conhecidas como de Salvamento ou de Resgate arqueológico. Tornouse procedimento obrigatório de devolução sociocultural às comunidades afetadas pelas obras de impacto direto e indireto sobre o patrimônio arqueológico em todo o território nacional.¹

### JACOB LEVY MORENO E SEU LE-GADO À EDUCAÇÃO

O século XX foi profícuo ao aparecimento de grandes pensadores e cientistas preocupados com o desenvolvimento biopsicossocial e espiritual do ser humano. Destacaram-se Sigmund Freud, Carl Gustav Jung, Alfred Adler, Wilhelm Reich, Carl Rogers entre outros, mas nenhum contribuiu tão significativamente para a psicologia com viés de sociatria sociocultural em suas práticas quanto o psiquiatra Jacob Levy Moreno (1889-1974), com o método psicodramático.

O criador do Teatro da Espontaneidade e da Catarse de Integração, e posteriormente do Psicodrama, nasceu em Bucareste, Romênia, no seio de uma família judia oriunda da Península Ibérica. Quando tinha cinco anos sua família fixou residência em Viena, onde cresceu e estudou, formando-se em medicina em 1917. Contemporâneo de Freud, diferentemente deste, pensava que o paciente deveria ser tratado em seu contexto social ao invés de deitado em um divã falando com seu médico.

Seu pensamento foi profundamente influenciado pelas experiências ligadas ao modo de se sobreviver numa sociedade em guerra. Como parte delas, teve a seu encargo, enquanto estagiário da Clinica Psiquiátrica de Viena, refugiados tiroleses a quem assistiu, e ocupou-se também da readaptação de pequenos grupos de prostitutas da cidade. Ao observar as extraordinárias tensões psicológicas a que pessoas eram submetidas nesses ambientes, principia a conceber as primeiras ideias sobre as estruturas e a geografia psicológica dos grupos, e sobre as mútuas influências terapêuticas advindas do compartilhar entre seus membros. Também a vivência filosófica e religiosa contribuíram para forjar o arcabouço teórico de seus conceitos. Estas lhes chegaram quando redator da revista Der Neue Damon, da qual eram colaboradores Franz Kafka, Martin Buber, Franz Werler, Max Scheller, entre outros, e de seu envolvimento espiritual com o movimento cabalista denominado Hassidismo.<sup>2</sup>



Casa da família de Jacob L. Moreno, na Bulgária, e placa comemorativa



Foto de Jacob Levy Moreno, s/d. In sentirpsicologia.blogspot.com

## O SURGIMENTO DO PSICODRAMA ENQUANTO MÉTODO PEDAGÓGICO

O próprio Moreno atribuía a base de sua criação a experiências vividas entre 1908 e 1911 com crianças de "rua", nos Jardins de Viena. Com elas, dedicavase a realizar improvisações em grupo. Inicialmente era seu passatempo predileto e consistia em sentar-se ao pé de uma grande árvore, com crianças de rua a sua volta às quais contava contos de fadas. Segundo ele, a parte mais interessante era quando, juntos, todos podiam participar da mesma história como personagens, no "país do faz de conta". Observou que, a cada dia, mais e mais crianças a ele se juntavam, deixando de ser simples passa-

tempo, para se tornar um experimento a ser notado.

Doravante, em sua formação profissional, sempre procurou se utilizar da improvisação como modo de abordar as questões de seus pacientes, mas foi somente em 1.º de abril de 1921 – data considerada como a do nascimento do Psicodrama – que "aplicou" a dramatização diante de um grande público. No cenário colocou apenas um trono vermelho e uma coroa dourada e convidou pessoas da plateia para protagonizarem o papel do rei. A tarefa era simples: apenas dizer o que faria para organizar e dirigir corretamente o país. O público presente faria o papel do jurado. Ao final, nenhum dos que se apresentaram foi aprovado, causando grande comoção aos presentes.

Tomando consciência das possibilidades terapêuticas existentes no contato direto do sujeito com o objeto – durante a representação, este jovem médico fundou o Teatro da Improvisação, surgindo então o Psicodrama com fins terapêuticos, e ficando o psicodrama pedagógico relegado a segundo plano.

Nos anos sessenta, psicodramatistas argentinos como Rojas-Bermúdez e Maria Alicia Romaña voltaram a se interessar e desenvolver o Psicodrama para fins pedagógicos. Com a vinda de Moreno ao Brasil para o V Congresso Internacional de Psicodrama e Sociodrama, realizado em São Paulo em 1970, foi fundada a Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama, e organizado o primeiro curso de Psicodrama Pedagógico no país (1971-72).

## **ENCONTROS COM A LITERATURA**

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA

Para fazer cumprir a legislação, o IPHAN vincula que, cada área/comunidade impactada por algum tipo de obra deve ser objeto de resgate físico e memorial. Enquanto a equipe de arqueologia do Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB3 executa o trabalho de resgate do patrimônio material dos sítios arqueológicos, a equipe de Educação Patrimonial trabalha o tema com as comunidades impactadas e com outros profissionais e pessoas envolvidas com o Salvamento. Esta significativa mudança nos rumos das pesquisas em arqueologia (antes eram basicamente de foro acadêmico) se operou na mesma época, tornando imperativo que a todos os Programas de Pesquisas Arqueológicas se integrassem também Projetos de Educação Patrimonial. Antes de tal obrigatoriedade era normal que os resultados obtidos pelos projetos e programas fossem apresentados apenas para o público acadêmico e por ele discutidos.

O Instituto de Arqueologia Brasileira, desde 2003, adotou o Psicodrama Pedagógico como método para trabalhar com Educação Patrimonial. Suas ações socioeducativas têm como principal assertiva colocar o sujeito (a comunidade) em contato direto com o objeto (os bens patrimoniais resgatados) através da aplicação prática das quatro etapas de ação formuladas por Moreno: a 1.a, aquecimento inespecífico (qualquer ação que mobilize a energia vital do sujeito da base do corpo em direção ao cérebro); a 2.a, aquecimento específico (a energia agora mobilizada no cérebro é focada no tema a ser abordado no processo de (re)aprendizagem); a 3.<sup>a</sup>, dramatização (usando o improviso, o sujeito é literalmente exposto ao objeto através da ação dramática); e a 4.a, compartilhamento (o sujeito torna-se autor do "texto", o "novo dono" do objeto patrimonial agora resignificado na ação dramática).

No caso da arqueologia, trabalhando sobretudo com a cultura material, esta tarefa é certamente facilitada, em que pese a diversidade e a qualidade de tal material. Quanto ao IAB, sua equipe vem atuando de forma inovadora, não levando aos grupos sociais o conhecimento de fora para dentro (do "especialista" para o "público") e sim buscando a informação de dentro para fora (princípio da maiêutica de Sócrates). Desenvolve ações socioeducativas nas quais a sociedade (sujeito), em contato direto com o objeto (objeto patrimonial por ele escolhido), dele se apropria e o contextualiza como coisa sua. Através da exploração do objeto por improvisações (dramatizações), dele se intera, nele penetra e através dele participa de seus aspectos essenciais, podendo então reconhecê-lo como parte de sua realidade e de sua história (de qualquer tempo). No campo da educação, infelizmente é muito rara sua utilização, mas certamente é algo que merece ser estudado além dos limites institucionais e que representaria, sem dúvida, também a mudança de mentalidade.

Desta forma, a equipe vem utilizando o método psicodramático de Jacob Levy Moreno, devidamente adaptado, para atender à legislação de forma criativa, lúdica e inovadora, com resultados extremamente eficazes.

Levada esta metodologia ao âmbito escolar, certamente estudantes e mestres poderão melhor entender o contexto em que vivem e aprimorar a autoestima e o sentimento de identidade com o que constitui o patrimônio brasileiro.

#### Notas

<sup>1</sup> Merece destaque a publicação do texto de HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina & MONTEI-RO, Adriane Queiroz, Guia Básico de Educação Patrimonial. IPHAN & Museu Imperial - Brasília/Petrópolis, 1999.

<sup>2</sup> Movimento cabalístico criado pelo rabino Baal Shem Tov no século XVIII. Sua doutrina prega a necessidade de se substituir a relação vertical com Deus por uma relação horizontal. Em seu texto "Palavras do Pai", Moreno traz a imagem não de um Deus distante, mas sim do Deus próximo... que fala sem intermediários.

<sup>3</sup> O Instituto de Arqueologia Brasileira é uma ONG fundada em 29 de abril de 1961, com as finalidades precípuas de pesquisar, ensinar e divulgar a Arqueologia brasileira. A equipe de Educação Patrimonial é dirigida desde 2003 pela autora do texto, que adaptou a metodologia da pesquisa do Psicodrama Pedagógico de Jacob Levy Moreno aos processos básicos da Educação Patrimonial e os vem desenvolvendo com resultados surpreendentes.

## Iandira Neto

Psicóloga, socionomista e psicodramatista



Participantes de ação socioeducativa abraçam a Pedra do Chapéu, numa catarse de Integração

## Moisés avista a Terra Prometida\*

#### CARLOS NEJAR

Ao Pr. Gedelti Gueiros

A terra que sonhei, obstinado, de Gileade a Dã, diante de mim se espraia. É azul, cor de avelã, branca centelha, verdejante. Mas nos meus olhos cala o horizonte, pedra.

E o corpo
vai calando
com a lágrima errante
de quem sabe:
há luz viçosa
sobre os montes
e os prados
se vergam,
ao peso
de meu povo.

Ver é ir tocando a terra morna, solta, larga, virgem, viva, fofa, cantante, jubilosa. Ir tocando com os pés fortes do povo. Ir tocando o paraíso.

Pois O conheço de tão perto, junco, rente. No seu rasto o sol se cala. Cara a cara, falei com Ele.

Intercedi: que me riscasse do infinito Livro, se riscado fosse o povo. Deus zeloso, fogo que me consome o rosto.
Deu-me outro, que terei.
Um véu cobria o céu.
A mesma sarça que me apareceu Agora em Deus, sou eu.

Mas não posso. Não posso. Não poderei jamais segurar a terra com estas mãos terrenas e as aéreas.

Cumpri quarenta anos desde quando salvo fui das águas. E mais quarenta entre dóceis ovelhas. E quarenta de areias, fé, paciência acumulada, o mar aberto como um campo, o flamejante Horebe, o povo rebelde, a tábua do testemunho, nuvem no tabernáculo, gotejante maná, arca, batalhas, fontes, mortes, esvoaçantes intrigas.

Deus ia na frente, incendiava a treva.

E não entrei na terra. Não podia. Vedado fui. Era a provação que me cabia engolir noite a noite. Morrer, morrer o que havia de velho sobre a alma.

Mas tinha esta alegria incessante, tinha: meu povo chegaria.

CARLOS NEJAR
Poeta, ficcionista e crítico das
Academias Brasileira de Letras e
Brasileira de Filosofia
\*In Os viventes. Record, 1999, p. 102-105



## Padre Antônio Vieira e os Judeus

## Arnaldo Niskier

omos todos semitas espiritualmente", afirma o Papa Pio XI, que no auge do hitlerismo teve a coragem de publicar encíclica contra o nazismo arrogante e desumano. Quem a cita é o escritor Antônio Carlos Vilaça em prefácio ao meu livro – *Padre Antônio Vieira e os judeus* (Imago, Rio, 2004). E acrescenta:

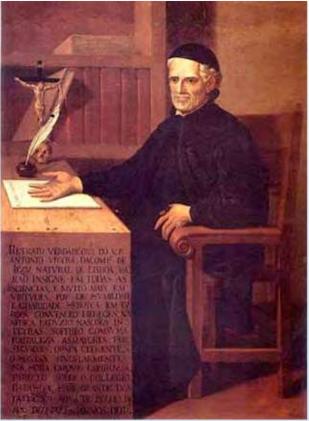
Que bom, que confortador ver-se um jesuíta sair em defesa dos judeus. O antissemitismo é um absurdo, uma vergonha, um crime. Não tenho dúvida em dizer que Vieira é a maior figura da história colonial do Brasil. Culturalmente, foi. E socialmente. Um líder. Um articulador. Um inspirador. Um contemporâneo do futuro. Pois esse homem singular, poderoso, defendeu os judeus. E os quis defender mais de uma vez, com toda a sua eloquência irresistível e nobre. Um homem como Vieira não podia ser indiferente à causa dos judeus. Soube fazê-lo com um realismo que a nós hoje nos impressiona. Esse padre era um realista.

Vieira viveu quase todo o século XVII (1608-97), período decisivo da história, e o marcou profundamente com a inteligência e firmeza de sua atuação. Foi dos raros homens a alcançar equilíbrio entre ação e contemplação. Seus sermões e cartas bastariam para imortalizá-lo, não se limitou: foi missionário e catequista, estadista e diplomata, político e estrategista. Tivesse sede de poder e seria um líder da magnitude de Richelieu ou de Mazarino, cardeais que mandaram na França mais do que os reis.

Mas Vieira era um "soldado de Cristo", obediente à Companhia de Jesus, e pautou sua vida pelos princípios de Santo Inácio de Loiola. Prestou os votos – obediência, pobreza e castidade, sendo a obediência definida pela Companhia, como *perinde ac cadaver*, "igual à do cadáver", indo para onde ordenassem sem reação.

Interessei-me pela relação de Vieira com "a nação hebraica" pela inesquecível conferência a que assisti, na Associação Religiosa Israelita do Rio de Janeiro, quando o poeta Augusto Frederico Schmidt abordou o tema, e pela bibliografia de João Francisco Lisboa, patrono da cadeira 18 da Academia Brasileira de Letras — que ocupo — que tratou com muita propriedade a intervenção de Vieira na questão dos índios do Maranhão.

Quando os judeus foram expulsos de países da Europa, sob a Inquisição no século XVII, Vieira partiu em sua defesa e aconselhou a Portugal: "E não só virão



Retrato do Padre Antônio Vieira, de autor desconhecido, séc. XVIII

para este Reino os mercadores que agora são de Holanda e Castela, mas os de Flandres, França, Itália, Alemanha, Veneza, Índias Ocidentais e outros muitos, com o que o Reino se fará poderosíssimo...".

Os argumentos foram questionados e ele padeceu a intolerância vigente. Sua vida é exemplo a ser conhecido, sobretudo pelas novas gerações — Vieira morou 52 de seus 89 anos no Brasil. Os judeus serão eternamente reconhecidos à sua memória.

Por mais pragmáticos que fossem os motivos de Vieira na defesa dos "homens de nação", ele não descurou dos aspectos humanos e religiosos, principalmente, da liberdade de credo, na *Proposta feita a el-rei D. João IV* em 1643:

Primeiramente, favorecer aos homens de nação ou admiti-los neste Reino, na forma que se propõe, não é contra lei alguma, divina nem humana, antes é muito conforme aos sagrados cânones, doutrina dos Santos Padres e resoluções de muitos concílios gerais e particulares, que não ponho aqui, por não embaraçar este discurso, e se alegarão, sendo necessário. (...)

Finalmente, o Sumo Pontífice, não só admite o que nós chamamos cristãos-novos (entre os quais e os velhos nenhuma diferença se faz em Itália), senão que, dentro da mesma Roma e em outras cidades, consente sinagogas públicas dos judeus que professarem a Lei de Moisés.

Pois se na cabeça da Igreja se consentem homens que professam publicamente o Judaísmo, por que não admitirá Portugal homens cristãos batizados, de que só pode haver suspeita, que o não serão verdadeiros?

Pela veemência na defesa dos judeus, os inquisidores acreditavam que Vieira tinha sangue hebraico. "Seus desafetos no Maranhão diziam que fora batizado em pé e em todos os tempos foi explorada a calúnia", escreve o biógrafo, João Lúcio de Azevedo; segundo ele, da rigorosa *investigação de sangue* que procederia o Santo Ofício, em vez de ascendência judia, tinha *alguma coisa de mulato*, tendo seu pai, Cristóvão Ravasco, por mãe, "mulata serviçal na casa dos Condes de Unhão, de onde com o galã, avô de Vieira, foi despedida, por não lhes levarem os amos a bem os amores, que o casamento em seguida consagrou". Segundo o autor, a bisavó de Vieira teria vindo da África para Portugal como escrava, sendo abundante a população de negros e mulatos no Reino naquela ocasião.

### OS SERMÕES

Entre as obras do padre há destaque especial para os *Sermões*, que fizeram sucesso em prédicas aqui e no exterior. Integram a personalidade corajosa do grande religioso, filósofo, político e orador e primoroso latinista.

Sem hierarquizar, mas confiados na extrema atualidade dos conteúdos, lembramos algumas dessas obrasprimas, como o *Sermão sobre a mentira*, sátira mordaz contra os nossos maiores, segundo seu biógrafo, increpando de mentirosos e maldizentes os procuradores do Estado que voltavam a Lisboa com leis contrárias à liberdade dos índios. Recitou sobre a verdade e a mentira longo discurso, demonstrando que "duas cousas não podem andar juntas: a verdade e a mentira. E porque não podem andar juntas, por isso as temos divididas: a verdade no pregador, a mentira nos ouvintes".

Fixou-se no M de Maranhão, M de murmurar, M de motejar, M de maldizer, M de malsinar, M de mexericar e sobretudo M de mentir; mentir por palavras,

mentir por obras, mentir por pensamentos. De todos e por todos os modos se mentia. "No Maranhão até o sol era mentiroso, porque, amanhecendo muito claro e prometendo um formoso dia, de repente e dentro de uma hora o céu se toldava de nuvens, e começava a chover como no mais entranhado inverno. E daí já não era para admirar que mentissem os habitantes como o céu que sobre eles influía."

Contra os poderosos da terra, seus adversários, Vieira lançou o Sermão pregado aos peixes: "Eis aqui, peixinhos ignorantes e miseráveis, quão errado e enganoso é este modo de vida que escolhestes... Os que muito falam, blasonam e roncam denotam fraqueza... Assim, o melhor conselho é calar".

Vieram os *Sermões do Espírito Santo e da Epifania*, ao lado de grande número de *Cartas* enviadas com riqueza de detalhes a El-Rei. O primeiro dos Sermões foi pregado em São Luís, na igreja da Companhia de Jesus, quando da partida de missão ao Amazonas. Teve que lidar com índios naturais que não sabiam ler nem escrever, que falavam o que ele chamava de línguas brutas, como o nheengaíba, o junina, o tapajó, o teremembê e o mamaianá. Os nomes lhe causavam horror.

No *Sermão da Epifania*, pregado em Lisboa, 6/01/1662, após expulso do Maranhão, Vieira assinalou que era preciso trabalhar com os dedos, escrevendo, apontando e interpretando por acenos o que não era possível alcançar por palavras. "São acentos duros e estranhos".

Ardoroso defensor da justiça, embora favorável à escravidão negra, Vieira foi autor do *Sermão da Sexagésima*, 1655, defendendo a ideia de que "pregar é como semear". Combateu os excessos cometidos pela Inquisição.

#### CONSELHEIRO DO REI

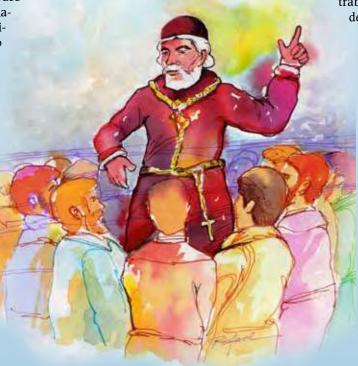
Crítico da metrópole em relação à colônia, defendeu a liberdade religiosa dos judeus, e contrapondo-se à Inquisição, foi preso por 813 dias "num covil apertado e escuro", um sertão frigidíssimo, como costumava se referir a Coimbra.

No livro *Padre Antônio Vieira e os judeus*, exaltamos esse lado de sua personalidade, prestando-lhe merecido reconhecimento. O historiador Hernani Cidade deixou clara essa posição: "O que portanto prejudicou Vieira foi a inclinação para a gente hebreia que os inquisidores sentiam manifestada até a atribuição a D. João IV da futura incorporação, no Reino de Cristo, das dez tribos perdidas de Israel".

Pregador corajoso e lúcido, Vieira identificouse com o Velho Testamento, do qual

> extraiu contribuições aos seus trabalhos. Mereceu de Mendes dos Remédios o comentário:

> > Defesa pronta. desassombrada. eloquente, vigorosa, linguagem forte, lógica incisiva e fulminante. Esse escrito (proposta feita a D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa) estalou como um trovão... O que não devia causar menos espanto, apreensão e temores era o saber-se que o paladino dos cristãos-



novos e autor daquela Proposta era um jesuíta, homem então na pujança da vida e do talento, bem aceito na Corte, adorado nos meios aristocráticos e devotos da capital, intimorato, generoso, e cujo saber e habilidade não conheciam limites.

Sem criticar o Tribunal do Santo Ofício, despertou reações por defender posições favoráveis ao que constituíam a "gente de nação" – os judeus.

Conselheiro do rei, a ele sugere que sejam vencidas as infidelidades vigentes "com a espada do judaísmo, assim como os mesmos judeus, quando Deus os governava, conquistaram a terra da Promissão". Incompreendido na época, a história de Portugal poderia ser escrita de maneira diferente. Vieira nunca ocultou sua simpatia pela "nação hebraica". Era amigo do rabino Isaac Aboab da Fonseca (1605-93), o primeiro rabino a chegar ao Brasil com Nassau. Exercendo atividades diplomáticas na Holanda, o padre se aproximou de

Aboab, e frequentou a sinagoga, ouvindo-lhe os sermões, e elogiou a sabedoria religiosa e a eloquência do rabino. Manassés ben Israel, rabino da sinagoga de Amsterdã, foi autor da obra profética *Esperança de Judá*, cujo título inspirou o padre a escrever a carta *Esperanças de Portugal*. Vieira o conhecera indo à sinagoga assistir ao serviço religioso e à pregação. João Lúcio de Azevedo observa:

. judeus da Península Ibérica tinham desde 1598 sinagoga em Amsterdã, não ainda o edifício tantas vezes celebrado, se bem que com demasias por monumento insigne, e que só em 1675 se inaugurou, mas uma casa simples de oração. A natural curiosidade levou ali uma vez Antônio Vieira. Assistiu ao serviço religioso e à prédica pelo afamado rabino Manassés ben Israel. É de crer que este, sabendo que ouvinte tinha na assembleia quisesse exibir seus dotes de orador, e não poupasse argumentos com que provar ao cristão amigo a superioridade da antiga lei. À saída, porém, Vieira, sequioso de discussão, foi buscá-lo, tornando-lhe os golpes de retórica e os dois disputaram longo tempo. Eram ambos de igual força dialética, ambos por índole disputadores, ambos versados na Escritura. Eram dois teólogos, dois exegetas, dois sabedores. A rota da espírito de cada um levava-os a encontrarem-se em um ponto de onde depois divergiam. Ligar as extremas distantes, a que por este modo chegavam, era obra impossível. Deixaram a contenda como gladiadores cansados, cada qual por seu lado cantando vitória. Não se contentando Vieira com essa pugna mandou desafio a outro rabino famo-



Retrato do rabino Isaac Aboab da Fonseca (1605 - 1693), intelectual judeu português

so, Saul Levi Mortera, que foi mestre de Spinoza. Este, porém, mais idoso e prudente, lembrado talvez do preceito da sinagoga em que ele e Manassés oficiavam, e segundo o qual não deviam os hebreus, por amor da paz, disputar matérias de crenças com os cristãos, acabou recusando o encontro, com o que Vieira mais ruidosamente triunfou. Há quem diga ter o jesuíta convertido Manassés de que o verdadeiro Messias já tinha vindo e era Jesus Cristo; que Manassés por seu turno o convencera do segundo advento daquele que havia de ser o imperador universal e de aí a origem de um tratado que sobre o assunto mais tarde compôs. Se assim foi, Antônio Vieira jamais o confessou, não esquecendo pelo contrário, de publicar a sua vitória. A lenda jesuítica ampliou o caso, para introduzir na biografia, como é de uso nas lendas, o elemento maravilhoso.

A sinceridade na defesa dos judeus custou-lhe caro: em 1.º/10/1665, aos 53 anos, Vieira foi encarcerado em Coimbra, num cubículo de quinze por doze palmos (3m30 por 2m64).

Vieira enfrentava inimigo implacável ao imputar aos inquisidores as mortes do Marquês das Minas, da Marquesa de Fronteira e da Duquesa de Cadaval, e a apoplexia de D. Rodrigo de Meneses, todos favoráveis aos judeus, e proclamara: "Horrendas coisas são as que se imaginam e ainda mais horrendas as que se inferem".

Demonstrando notável espírito de síntese e genial manuseio das palavras, afirmou que "os inquisidores *viviam da fé*, enquanto os jesuítas *morriam por ela*".

Na carta aos judeus de Ruão, 1646, Vieira faz esta importante reflexão: "A minha jornada foi feita de perigos e trabalhos, que em nenhuma parte dela faltaram, escapando milagrosamente das mãos dos dunquerqueses e de várias tempestades em que os companheiros padeceram naufrágio; e Deus, que de tantos perigos me guarda, deve ser para algum bem".

Caberia muito bem, como epitáfio deste grande homem, outra frase profética dessa carta: "As coisas grandes não se acabam de repente; hão mister de tempo e todas têm seu tempo".

## Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras Presidente do CIEE/Rio Autor de vasta obra, da qual *Branca Dias: o martírio* (2006) e *Haskalá, o Iluminismo judaico* (2010)

# ANTÔNIO JOSÉ, O JUDEU

Nelson Rodrigues Filho



As bonifrates Tibúrcio e D.Lancerote, em Guerras do alecrim e mangerona, ópera joco-séria, 1737

ntônio José da Silva, o judeu, nasceu no Rio de Janeiro em 08 de maio de 1705, filho de cristãosnovos. Vive no Brasil até os sete anos, quando ele e o irmão acompanham os pais, presos por judaísmo, para Portugal. Expropriados, aqui no Brasil, os bens da família, não mais retornam.

Em Portugal, Antônio José – formado em Cânones em Coimbra, como o pai - vai ter no Direito a sua principal ocupação.

Membro de família perseguida pela Inquisição, será preso em 1737, e com ele a esposa, o irmão e a mãe idosa, culminando com a sua morte.

Em 18 de outubro de 1739, diante de enorme público que incluía o cristianíssimo D. João V, a família real e o principal zelador da fé, o cardeal d. Nuno da Cunha, inquisidor do reino, foi Antônio José executado por afixia no garrote vil e depois queimado no Campo da Lã, local dessa barbárie em Lisboa. Sua morte servia para confirmar mais uma vez a vitória da intolerância religiosa fundamentada no ódio racial.

(PEREIRA, P.R., 2007)

### O TEATRO DE ANTÔNIO JOSÉ

Poeta e comediógrafo, Antonio José, segundo os especialistas, deixou oito peças. Dentre elas, Vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança; Esopaida ou Vida de Esopo; Anfitrião ou Júpiter e Alcmena; e Guerras do alecrim e manjerona, estas com os textos cuidadosamente reproduzidos no livro As comédias de Antônio José, o Judeu, de Paulo Roberto Pereira, leitura obrigatória para quem deseja conhecer melhor a obra do comediógrafo.

Teatro próximo da opereta, as personagens se apresentam em forma de marionetes, feitas de cortiça e movidas por arame. Talvez por isso não tenha o autor obtido a atenção dos críticos, na mesma medida da reação do público do Teatro do Bairro Alto de Lisboa, onde as peças eram apresentadas.

Como comediógrafo, Antônio José recupera a linha do teatro popular expresso nos autos de Gil Vicente, como moralidade. Mais sofisticado que o teatro guignol, desenvolve a sátira aos costumes e ao comportamento da nobreza, provocando a gargalhada do espectador.

Hábil versejador, competente criador de diálogos, é admirável no exercício de leitura da literatura e da mitologia, desenvolvendo uma prática de intertextualidade expressa na paródia e na estilização. O aproveitamento de matrizes literárias e mitológicas não significa que se enquadre no cânon neoclássico. Sua obra, na verdade, representa o barroco que tenta depurar o estilo, livrando-se do barroquismo então presente em novos poetas.

O texto de Antônio José – a construção do humor intertextual, zombeteiro, que, ao mesmo tempo, lê outros textos – é, em última instância, a leitura corrosiva das instituições portuguesas de então.

A paródia, a estilização, o duplo sentido, a viveza dos diálogos, o aproveitamento de formas populares em contraponto com a forma erudita, o equívoco intencional, a alusão, o dito popular, o bobo como consciência do texto (exemplarmente expresso no Sancho Pança de *Vida de D. Quixote...*), o animismo e o antropomorfismo são alguns dos recursos de linguagem que provocam o riso (e a reflexão) do espectador (do leitor).

## **REPERCUSSÃO**

A vida de Antônio José teve mais atenção dos pósteros do que a obra, especialmente como tema da imaginação romântica.

O seu sacrifício e o absurdo fanatismo da Inquisição, por exemplo, foram objeto da tragédia de Gonçalves Magalhães, *O poeta e a inquisição* (Coleção Dramatúrgica Brasileira, Serviço Nacional de Teatro, 1972), referida, aliás, pelo crítico Machado de Assis (*O Teatro de Gonçalves de Magalhães*, "Semana Literária", seção do *Diário do Rio de Janeiro*, 13 fev. 1866, *in:* Machado de Assis, *Obra completa*, v.3, p.866, Aguilar, 1985).

Camilo Castelo Branco publicou, em 1866, dois tomos, 538 páginas, um romance histórico, *O judeu*, dedicado *À memória de Antônio José da Silva, escritor português assassinado nas fogueiras do Santo Ofício em Lisboa, aos 19 de outubro de 1739*, como constava na 1ª edição.

### Sugestões de leitura

DINES, Alberto. Vínculos de fogo. Antônio José da Silva, o Judeu e outras histórias da Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Antônio José da. *Guerras do Alecrim e Manjerona*. Edição fac-similada. Prefácio de Paulo Pereira. Rio de Janeiro: Xerox, 1987.

\_\_\_\_\_. As comédias de Antônio José, o judeu. Organização, introdução e notas de Paulo Roberto Pereira. São Paulo: Martins, 2007.

SILVEIRA, Francisco Maciel. Conceito barroco às óperas do judeu, ou, O bifrontismo de Jano: uma no cravo, outra na ferradura. São Paulo: Perspectiva, 1992.

## O Massacre (Pogrom) de Lisboa ou Matança da Páscoa



Da Contenda Cristã, que recentemente teve lugar em Lisboa, capital de Portugal, entre cristãos e cristãosnovos ou judeus, por causa do Deus Crucificado. Esta gravura sobreviveu ao Terremoto de Lisboa e ao incêndio da Torre do Tombo

m 1492, milhares de judeus expulsos da Espanha por Fernado e Isabel – os reis católicos, foram para Portugal, onde D. Manuel I era mais tolerante com eles. Mas a pressão espanhola levou os portugueses a forçar os judeus a se converterem ao catolicismo, desde 1497.

A *Matança da Páscoa* ocorreu em 1506: Portugal sofria com a seca, a fome e a peste. Na missa de Páscoa, no Mosteiro de São Domingos, rezava-se pelo fim daqueles males, e alguém jurou que o rosto de Cristo se iluminara – um milagre. Um cristão-novo, participante da missa, sugeriu que a luz fora reflexo do sol e a multidão o linchou. Como os judeus da cidade eram malvistos, atribuiram-se tais males a eles. Por três dias, incitados por frades dominicanos que prometiam absolvição dos pecados dos últimos 100 dias a quem matasse "hereges", centenas de pessoas participaram das violências.

O rei D. Manuel I fora a Beja visitar a mãe, e a corte estava em Abrantes, fugindo à peste quando o massacre começou. As autoridades enviadas para interromper a matança tiveram que fugir. Judeus adultos e crianças foram massacrados e queimados em fogueiras no Rossio. A matança só acabou quando João Rodrigues Mascarenhas, escudeiro do rei e cristão-novo, foi morto e as tropas intervieram. D. Manuel I confiscou os bens dos envolvidos, os dominicanos instigadores foram condenados à morte, e o Convento foi fechado por oito anos.

Após o massacre, o antissemitismo cresceu, e o Tribunal do Santo Ofício se instalou entre 1540 e 1821, levando judeus a fugirem para os Países Baixos, França, Turquia e Brasil, entre outros. Mas, expulsos, só deixavam Portugal pagando um "resgate" à Coroa.

in Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memória, Damião de Góis

> NELSON RODRIGUES FILHO Mestre e Doutor em Letras pela UFRJ www.nelrofi.blog.uol.com.br

## Clarice Lispector – dois olhares



Perfil de um ser eleito\*

## Eduardo Portella

larice foi uma amiga muito querida, e uma escritora entranhável, daquelas sem as quais fica difícil viver intensamente.

Durante certo período, antes de ir para Brasília, convivi com ela assiduamente, e aprendi muito. Sobre a vida, sobre a literatura. Quando fui nomeado diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, órgão criado na Presidência da República, fiz dela redatora do boletim, preocupado que estava com suas finanças. Clarice ficou um pouco assustada, e logo me perguntou o que teria que fazer. Eu respondi: nada, apenas bolar uma ou outra ideia, quando fosse o caso.

Quando fiz o concurso público para titular da Faculdade de Letras da UFRJ, ela acompanhou pessoalmente e escreveu generosamente sobre o assunto na imprensa do Rio.

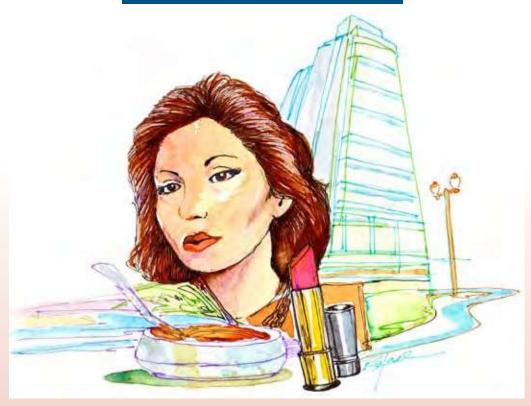
Lá um dia ela me telefonou e pediu para que prefaciasse o seu novo romance, *A hora da estrela*. Disse-lhe que não, que ela não precisou de prefácio em *Perto do coração selvagem*, quanto mais agora. Ela contra-argumentou com as "afinidades eletivas",

disse que a minha palavra crítica entendia-se muito bem com o seu trabalho. Na ocasião não estava muito feliz com as leituras estruturalistas da sua obra.

Vencido, aceitei a incumbência inútil. Demorei um pouco a escrever. Ela ligou para Célia, e disse que eu não devia ter gostado do livro. Imediatamente escrevi uma nota introdutória, e fiz chegar às suas mãos. Ela me telefonou e disse: "Eduardo, eu gostei muito, mas..." Eu interrompi a fala e me apressei: "Clarice, não há problema, pode cortar o que quiser, pode até jogar fora." Ela me parou dizendo: "Não é nada disso. É que, se você não se chatear, fiquei com inveja de uma frase sua." "Qual?", perguntei surpreendido: "É aquela em que você diz 'Nós somos o que nos falta'." "Mas Clarice, essa frase é clariciana, só foi escrita por causa de você." Era assim Clarice, a elegância e a polidez em pessoa.

### Eduardo Portella

Escritor, crítico Membro da Academia Brasileira de Letras \* Excerto de *Clarice na cabeceira: crônicas*. Rocco, 2010, pp.45-6



Nem musa, nem medusa \*\*

Lucia Helena

### A DESMEDIDA: OS LIMITES, O ESTRANGEIRO, O ESTRANHO

udo pode acontecer num território ao mesmo tempo limitado e sem limites, como na obra de Clarice, já que não há hipótese de transbordamento para fora, levados os marcadores ao ponto zero. No prefácio à tradução norte-americana de Água viva (AV), diz Hélène Cixous que, em Lispector, opera-se por morte e renascimento, num fluxo incessante de ramificações.

Como no mito de Fênix, nada é fixo, e uma violência latente mantém em contínua atividade um processo inestancável de significação. Em meio à voragem, em que "vísceras torturadas" nos guiam, há também o seu contrário, o cuidado de não ser voraz, de que trata a narradora, não sem humor, em "A arte de não ser voraz" de *A legião estrangeira*: "Moi, Madame, j'aime manger juste avant la faim. Ça fait plus distingué" (p. 169).¹ O fragmento leva a cogitar que não ser voraz, nesse universo de avidez, é ato a ser grafado na língua do outro, ato estranho, estrangeiro.

A ficção de Lispector distende uma corda, de tenso equilíbrio, trapézio sutil nos detalhes, no qual se convive com a falta de organização da estrutura maior. Por essa razão, seu texto é atravessado, de ponta a ponta, por um frágil fio condutor, levando o leitor à experiência do vazio. A questão do outro, do estrangeiro, aí se implanta, pois a ficção em exame

encontra seu impulso na provocação do estranhamento, no deslocamento de lugares culturais prontos, e torna o modo estranho de ser uma forma de ser e de estar ali.

Saboreia-se o inconcluso numa narrativa que tem no ilimitado seu alvo condutor, pois a figura em Clarice é a metamorfose.<sup>2</sup> Ela é alegórica. E a ordem subjacente da sintaxe entra em conflito com a matéria frouxa da superfície semântica, fazendo com que ressalte no conjunto o arranjo de contradições.

Essas contradições são o fio lascivo da linguagem, entidade elástica. Daí não causar espécie que um dos limites em que se estende a corda do trapézio seja o da experiência da linguagem, que a autora impõe quase sem pudor de repetir-se, já que na maioria de suas obras o leitor é convidado a pescar a entrelinha, ambicionar a quarta dimensão da palavra e sentir e lamentar a impotência do signo, quase à exaustão.

Na poética de um Augusto dos Anjos, de quem Clarice Lispector se aproxima na angústia causada pela busca da totalidade impossível, seria como esbarrar "no molambo da língua paralítica, tísica, tênue, mínima e raquítica".<sup>3</sup> Na de Lispector, consiste em referir-se à difícil dinâmica do continente e do conteúdo – do ovo e da galinha, da origem e da finalidade da vida e da criação.

No paradigma da voracidade, que abre a cena do ilimitado e da desmedida, encontram-se as fronteiras da origem e da finitude, da vida e da morte, do imigrante, do permanentemente estrangeiro, não importa onde. E, nesse limite, o enunciado (a metonímia, a sinédoque, a articulação entre as partes na linha do discurso, do sintagma) e o paradigma (a metáfora, o delírio, a condensação, a poesia, o silêncio e a autorreferência) dobram-se entre si, numa escrita que procura conter e ser contida, mas incontinente escapa em busca do inefável e do inominável, assim como dela escapam o figurativo e o real que ela quer nomear e representar.

## OS ESPELHOS, A REPRESENTAÇÃO

Procurar a relação da cultura com a literatura na obra de Lispector é como buscar compreender a articulação entre o ovo e a galinha em seus contos. Significa dar de cara com um signo móvel, em que todos os sentidos cabem, o que é condizente com a já comentada "voracidade" do mundo narrado em seus textos. Entretanto, num processo de significação que evoca sem afirmar, a autora registra diversas vezes que não escreve sob inspiração. Há em sua obra uma educação pelo obstáculo, na qual se procura avançar o limite da linguagem e da significação, até o impronunciável.

Falar de literatura e cultura é tratar das formas e das substâncias do conteúdo, palavras malditas. Recorro ao texto "A geleia viva", matriz de Água viva. Como um ovo dentro de uma galinha, encontro Água viva germinando nesse texto. É a mímesis de extrema autorreferencialidade que caracteriza a vocação para o abismo da obra de Lispector: "Havia uma geleia que estava viva. Quais eram os sentimentos da geleia? O silêncio. Viva e silenciosa, a geleia arrastava-se com dificuldade sobre a mesa" (A legião estrangeira).

A geleia – vai-nos dizendo o narrador – não se derrama. Esparrama-se. E gera contágio: "Quando a olhei, nela vi espelhado meu próprio rosto mexendo-se lento na sua vida". Era noite fechada, continua a narradora, insistindo na primeira pessoa: "Lançada no horror, quis fugir da geleia, fui ao terraço, pronta a me lançar daquele meu último andar da Rua Marquês de Abrantes. (...) Mas antes de saltar eu resolvi pintar os lábios".

Numa cadência metonímica, o texto vai compondo e decompondo, entre o claro e o escuro, o acordar e o adormecer da personagem, o terraço e o quarto, entre a geleia viva e a mulher que pensa em morrer e quer salvar-se, um rosto desagregado e uma ambiência desagregante. A fronteira entre a vida e a morte vai ficando cada vez mais reluzente. Os valores se trocam e acontece, semanticamente, o inverso do que se deveria esperar. Quando a luz se acende, a geleia viva está transformada em parede, em teto e, diz o texto, vai-se "matando tudo que se podia matar; tentando restaurar a paz da morte em torno de nós, fugindo ao que era pior que a morte: a vida pura, a geleia viva".



Articulando as diferenças, ressoa uma questão antiga – "desde Moisés se sabe que a palavra é divina" – a ecoar nos textos de Lispector: a percepção de que escrever é uma atividade em palimpsesto, de mobilidades e correspondências, de alterações de seres, estados, formas e significações. É, no universo de Clarice Lispector, enfrentar, com a voragem de uma incandescência, os limites da maldição, da salvação, da cura, da doença, do contágio, da palavra e da coisa.

Esse é o lugar-enfeitiçado do *instante-já*, do cruzamento da história, da petrificação, ao mesmo tempo que da mudança. Nele o sujeito está em deriva e as formas e a significação em contínua transmutação. Lugar-tempo das alegorias, da alteridade e do silêncio, onde a literatura transgressora realiza seu pacto com o real: "O que te falo nunca é o que te falo e sim outra coisa. Capta essa coisa que me escapa e, no entanto, vivo dela e estou à tona de brilhante escuridão" (AV).

As relações entre literatura e cultura em Lispector nos conduzem a considerar que só na esfera das ilusões cabe à arte retratar o real. Tarefa impossível. O real excede. Lispector sabe disso.

#### Referências

<sup>1</sup> Em português, "Eu, madame, gosto de comer exatamente antes da fome. É mais elegante".

<sup>2</sup> "Eu, alquimista de mim mesmo. Sou um homem que se devora? Não, é que vivo em eterna mutação [...]. Vivo de esboços não acabados e vacilantes" (*Um sopro de vida*, 85).

<sup>3</sup> Do soneto "A ideia": "De onde ela vem?! De que matéria bruta/ Vem essa luz que sobre as nebulosas/ Cai de incógnitas criptas misteriosas/ Como as estalactites duma gruta?!// Vem da psicogenética e alva luta/ Do feixe de moléculas nervosas,/ Que, em desintegrações maravilhosas,/ Delibera, e depois, quer e executa!// Vem do encéfalo absconso que a constringe,/ Chega em seguida às cordas do laringe,/ Tísica, tênue, mínima e raquítica...// Quebra a força centrípeta que a amarra,/ Mas, de repente, e quase morta, esbarra/ No molambo da língua paralítica!//(Anjos, Augusto dos. *Eu.* 31. ed. Rio de Janeiro: São José, 1971).

## Lucia Helena

Professora Titular de Literatura Brasileira da UFF Autora, dentre outros, de *Ficções do Desassossego* (Contra capa, 2010) e de

\*\* Nem musa nem medusa: itinerários de escrita em Clarice Lispector.



## A estranha nação de Rafael Mendes\*

Moacyr Scliar

ois amigos, Rafael Mendes e Joseph de Castro viviam na cidade de Recife, que, sob domínio holandês, era conhecida como a Nova Amsterdam – ou, nas palavras de Rafael, a Jerusalém do Novo Mundo, a cidade onde as glórias da fé mosaica podiam ser proclamadas numa belíssima sinagoga, toda ornamentada em jacarandá e ouro.

Cristãos-novos que tinham retornado à fé judaica, os dois trabalhavam juntos. Dedicavam-se ao polimento de lentes, ofício que tinham aprendido com um mestre holandês e no qual eram pioneiros no Brasil. Joseph era o mais dedicado: chegava à oficina ainda de madrugada, só saía a altas horas da noite, trabalhando muitas vezes à luz de velas. Rafael exprobava-lhe tal imprudência: estás estragando os olhos, dizia, o bem mais precioso que Deus nos concedeu. Joseph não lhe dava ouvidos. Era um homem teimoso, irascível. Não encontrava mulher que o aturasse, apesar dos esforços da esposa de Rafael, ativa casamenteira. Não saía de casa, não ia a festas; e mesmo em alegres celebrações - Purim, por exemplo, a festa da Rainha Esther - não sorria, como todos, à lembrança do castigo infligido pelo Rei a seu cruel ministro Haman, algoz dos judeus da Pérsia e precursor, de certo modo, da Inquisição.

Lia muito. Apreciava os filósofos da nação; prezava sobremaneira o rebelde Uriel da Costa, que pregava um judaísmo de livre consciência. Com Baruch Espinosa, à época residindo em Amsterdam, correspondia-se em holandês. Estudando na escola Árvore da Vida e na Academia da Coroa da Lei, Espinosa conhecia a obra de Maimônides; seu conhecimento do judaísmo e da filosofia em geral era enorme. Na correspondência, discutiam tudo, desde o pecado original ao polimento de lentes, que era também a ocupação de Espinosa; o filósofo orgulhava-se dos óculos que fabricava, e que, segundo ele, alargavam não apenas o campo da visão, mas o conhecimento da própria vida. De Espinosa, Joseph adquiriu a paixão pela liberdade e o horror à superstição. Continuou a lhe escrever mesmo depois que o filósofo, um livre-pensador, foi excomungado pela comunidade judaica de Amsterdam.

Joseph mantinha ligações com gnósticos, rosacruzes e pedreiros-livres e admirava a alquimia. Combinando lentes confeccionara um aparelho que lhe permitia ver minúsculos seres, de formas as mais variadas, vivendo nos lugares mais imprevistos: na água estagnada, nas fezes, nas entranhas dos peixes, no seu próprio sêmen, colhido num vaso mediante pecaminosas fantasias.

Também combinava lentes para fazer telescópios, à maneira de Galileu Galilei. Em noites estreladas subia ao terraço da casa e lá ficava, perscrutando os céus brasileiros através da complicada armação tubular. Procurava o planeta para onde tinha fugido o Profeta Elias em seu carro de fogo. Sabia que periodicamente Elias

voltava à terra para buscar justos, homens ou mulheres. Uma comunidade se constituíra assim, e vivia em algum lugar da abóbada celestial. Dali, as pessoas falavam diretamente com Deus; bastavalhe fechar os olhos e, pronto, estavam em comunicação direta com o Senhor. Também se comunicavam entre si sem falar – telepatia –, um princípio que Joseph pretendia aproveitar um dia em seus esforços para substituir precários serviços postais de então.

Ninguém entendia por que, não sendo astrônomo, passava Joseph tantas horas ao telescópio. Que história é esta de procurar outros mundos? – perguntava-lhe o pintor holandês Frans Post, um de seus poucos

amigos, por que não te contentas com o Brasil, um país tão belo? Não me entendes, respondia o amargurado Joseph. Há um único lugar no Universo em que eu poderia ser feliz... E este lugar está fora de meu alcance. Tudo que posso fazer é esperar que o Profeta Elias me leve para lá em seu carro de fogo.

 – Mas – perguntava, exaltado ao amigo Rafael – será que o Profeta virá aqui? A intriga e a corrupção reinam no Recife. A gente da nação vendeu-se por açúcar!

Rafael sorria a tais comentários, mas não deixava de se inquietar com o tom de rebeldia e sobretudo com as implicações destas afirmativas, nitidamente heréticas. Procurava convencer o amigo a abandonar suas extravagantes ideias. Por que não se contentava Joseph com bem exercer o ofício de fabricar lentes? Há tanta gente por aí precisando de nós, dizia, tanto míope, tanto vesgo, tanto velhinho quase cego. E pagando bem, acrescentava. Joseph não lhe dava atenção. Desprezava as coisas materiais, não queria palácios com fontes murmurantes nem concubinas vestidas de seda. Não queria anéis, nem pulseiras, nem colares, nem ouro, nem diamantes. Não quer nada, dizia a mulher de Rafael, irônica, quer apenas semear o ódio; quer nos trazer dor e desgraça, como se já não bastasse o que sofremos com a Inquisição.

Instava com o marido para que se separasse do sócio. Rafael resistia. Em primeiro lugar, reconhecia em Joseph um óptico competente. Além disto, gostava dele, não queria abandoná-lo – seria talvez precipitar um homem, que já era esquisito, no fundo do poço, nas águas pútridas da loucura. E, por fim, reconhecia um quê de verdade nas palavras de Joseph, ainda que fosse esta uma verdade incômoda. Verdade por verdade, preferia a verdade bíblica, a verdade que o rabino de Recife apregoava com voz tronitruante na prédica das sextas-feiras. Aquilo sim era uma boa verdade, amarga umas vezes, doce outras, mas sempre nutritiva, reconfortante. Em torno de uma verdade assim podia a comunidade se unir, sem que por isso necessitasse romper com os holandeses, que respeitavam a ética do Antigo Testamento e eram, como os



judeus, um povo de comerciantes. Desta verdade Rafael Mendes tirava forças para enfrentar o riso escarninho do maligno Joseph.

Também pela administração holandesa Joseph era encarado com suspeição, devido a um atrito com o comandante militar batavo. Este ouvira falar maravilhas do telescópio de Joseph; com aquele instrumento, dizia-se, mesmo um observador pouco atento poderia descobrir um veleiro português a uma longa distância. Chamado a prestar esclarecimentos, Joseph não quis confirmar nem desmentir as alegadas qualidades de seu invento; e tampouco se dispôs a fazer uma demonstração para as autoridades militares. O comandante ficou furioso. Sabia de cristãos-novos que continuavam mantendo contato com os portugueses, o que aliás deixava-o intrigado: o que queriam os judeus com seus antigos algozes? Por que estariam conspirando juntos? Que interesses estavam em jogo? Terras? Privilégios na exportação de açúcar? Uns pérfidos, concluía o holandês, vendem-se por trinta moedas; não fosse por sua habilidade tradicional - no comércio, nas finanças, na lapidação de diamantes, no polimento de lentes -, deveriam ser crucificados como fizeram com Cristo. Na lista dos suspeitos ao governo batavo, Joseph de Castro passou a figurar em primeiro lugar.

O conflito latente entre a comunidade judaica e Joseph estourou quando ele publicou um livreto chamado "As Criaturinhas do Açúcar", que assim começava:

"A cotação do açúcar está em alta na Europa. É artigo de luxo: paga-se 18 gramas de ouro por uma arroba de açúcar. Porque a vida dos europeus é insípida; o açúcar adoça-lhes a boca, torna-os alegres, e ajuda-os a engordar. É bonito, ser gordo. Os holandeses, por exemplo, gostam de rostos rechonchudos e corados, de ventres prósperos, de traseiros generosos; assim os retratam Rembrandt e Hals. Nas mesas batavas, vergadas ao peso de finas e variegadas iguarias, sucedem-se, às carnes e aos peixes regados por ricos molhos, as caldas, os suspiros, os doces, as frutas cristalizadas... O açúcar

dá-lhes a energia de que precisam para conquistar terras onde será plantada mais cana, que lhes dará mais açúcar, que lhes aumentará as forças... Uma espiral que leva à dominação do mundo. Mas tu, sonhador, tu não te preocupas com isto. Desprezas os bens materiais. Por isso te digo: mira fixo um cristal de açúcar. Observa como brilha! Parece um diamante. Continua olhando. Nota como cresce a teus olhos, se expande e se arredonda, transforma-se numa bola, num grande globo de cristal. Dentro deste globo vês cenas extasiantes". No globo, o leitor perceberia curiosas criaturinhas; com o auxílio de uma lente as identificaria como "seres humanos em miniatura, que se alimentam exclusivamente de açúcar. São judeus; Jeová castigou-os por seu orgulho, reduzindo-os a proporções insignificantes".

Mais adiante Joseph falava de um nobre que tinha mandado construir uma cidade inteira, toda de açúcar: casas de açúcar, um castelo de açúcar, com torrinhas de açúcar; as vidraças das janelas eram finas, translúcidas lâminas de açúcar. Se um hóspede deste castelo queria desfrutar melhor da paisagem, tudo o que tinha a fazer era lamber uma vidraça até que se dissolvesse; avistaria então suaves colinas de açúcar, nas quais pastavam boizinhos de açúcar. A coisa que o nobre mais temia era que uma chuvarada dissolvesse aquele encanto, levando toneladas de açúcar para rios barrentos e para os verdes mares bravios. Para evitar este perigo, um gigantesco guarda-chuva branco estava permanentemente aberto sobre a cidade.

A sátira causou revolta na comunidade judaica do Recife. Várias centenas de exemplares do opúsculo foram queimados em praça pública; um grupo, furioso, apedrejou a casa de Joseph, obrigando-o a procurar refúgio na casa de um padre cujos óculos consertara. A partir de então passou a ser insultado em plena via pública, as crianças cuspindo quando ele passava. A mulher de Rafael ameaçou deixá-lo se o marido não rompesse com o lunático. Rafael achou que era tempo de agir.

Procurou os notáveis da comunidade, pediu-lhes que perdoassem Joseph. Ele não sabe o que diz, argumentou, mas no fundo é boa pessoa, precisa de compaixão, de ajuda. Reuniram-se, os notáveis e o rabino, para

A estranha nação de Rafael Mendes

deliberar. Depois de várias horas de reunião a portas fechadas, chamaram Rafael e anunciaram sua decisão: absolveriam Joseph de Castro de seus crimes, desde que se submetesse à humilhação pública. Deveria entrar na sinagoga vestindo roupas de luto, com uma vela negra na mão e declararia perante a comunidade estar sinceramente arrependido. Rafael implorou-lhes que fossem menos severos. Inútil: a sentença estava lavrada.

Aturdido, Rafael saiu da sinagoga. Não sabia o que fazer. Precisava falar com Joseph, mas não encontrava ânimo. Tenho de me acalmar, murmurava. Tenho de conversar com ele com toda a tranquilidade, como se nada tivesse acontecido.

Ao cair da tarde dirigiu-se à oficina. Joseph polia uma lente, assobiando baixinho. Aflito, gaguejando, narrou o ocorrido, falou da proposta que os chefes religiosos tinham feito:

 Aceita, Joseph! Por favor, aceita! E faz isto por teu amigo! O outro não respondeu. Terminou o polimento, guardou a lente numa caixa forrada de veludo. Só então olhou para Rafael. Sorriu. Sem uma palavra, levantou-se, saiu.

No dia seguinte não veio trabalhar. Alarmado, Rafael foi procurá-lo em casa. A porta estava aberta. Entrou: ninguém. No quarto, como de hábito, livros e papéis espalhados por toda parte. De Joseph, nem sinal.

Retornou à oficina. Passou o dia inquieto, trabalhando mal. Não sabia o que pensar sobre o desaparecimento de Joseph. No fundo, desejava que tivesse fugido; que, por temor à comunidade, talvez, tivesse viajado para a Bahia ou para o Rio de Janeiro. Com o que os problemas dele ficariam resolvidos; os dele e os do próprio Rafael.

À noite retornou à casa de Joseph. Ninguém. Subiu ao terraço. Não, Joseph não estava ali. O telescópio, no entanto, continuava no lugar, a estrutura metálica apontando para o céu. Uma ideia absurda ocorreu a Rafael: será que o Profeta Elias?... Espiou pela ocular. Não viu nada. Nem mesmo a lua que brilhava, enorme, no céu.

Dois dias depois o cadáver de Joseph deu à praia, olhos comidos pelos peixes, crustáceos saindo das narinas. Foi enterrado no cemitério judaico em Recife, mas ao pé do muro, como suicida.

Rafael ficou sendo o único óptico da cidade. Cobrava altos preços, e aos que reclamavam respondia com zombarias: não me façam chorar, sou de açúcar, posso me derreter.

Durante algum tempo a mulher insistiu com ele para que vendesse o telescópio de Joseph ao comandante holandês. E fariam bom dinheiro, ganhariam prestígio. Rafael não dizia nada. Um dia, num acesso de fúria, atirou o aparelho pela janela, ameaçando fazer o mesmo com a mulher. Ela parou de incomodá-lo e daí por diante ele viveu relativamente feliz.

Moacyr Scliar

Médico e escritor Membro da Academia Brasileira de Letras Autor de vasta obra: romance, conto, crônica, ficção infanto-juvenil e ensaio

\* Excerto de *A estranha nação de Rafael Mendes.* Porto Alegre, L&PM, 1983

## STEFAN ZWEIG:

## o homem sensível que um dia perdeu a esperança

Cecilia Costa Junqueira

m suicídio fica sempre envolto pela névoa do mistério. E pela dor dos que ficam. Perplexidade. Será que a pessoa que partira tão abruptamente não poderia ter ficado um pouquinho mais na Terra? Por que tomara aquela difícil decisão, a do dia para a noite arrancar a si própria dos braços da vida e se deixar naufragar no nada da morte? Se o suicida é um homem rico, célebre e generoso, cheio de projetos literários, casado com uma mulher jovem e bela, o enigma se torna ainda maior. Foi justamente o que aconteceu em 22 de fevereiro de 1942 com o escritor austríaco Stefan Zweig. Sua morte voluntária, ao lado da companheira Lotte, na casa da rua Gonçalves Dias, 34, em Petrópolis,

deixou inúmeras questões sem resposta para os incontáveis amigos que tanto o admiravam. Dos amigos e também de seus leitores das mais variadas nacionalidades. Deixou e ainda deixa, motivando artigos, livros, novas biografias, especulações. Chegaram até mesmo a falar em maquinação de agentes da Gestapo ou dos policiais de Filinto Muller, o carrasco de Getúlio Vargas.

No entanto, quanto mais se lê sobre a vida de Zweig, mais se percebe que, na realidade, ao chegar no Brasil, em 1941, o sensível filho do milionário industrial têxtil Moritz e da refinada Ida, amante da beleza, da literatura e da harmonia, pacifista convicto, já carregava a morte na alma. Comprara Veronal em 1940. E só estava a esticar a vida, prolongá-la um pouquinho mais no paradisíaco Brasil, que elegera como país do futuro. Pois há tempos trazia uma enorme chaga ou ferida em seu coração.

Desde 1933, quando seus livros foram queimados em Berlim, Stefan Zweig achara que havia começado a perder, inexoravelmente, seu público e sua língua. A língua de seus sonhos. A língua que o havia transformado no escritor mais popular de seu país, amado em toda a Europa. A língua de sua memória, sua história, suas primeiras paixões literárias, suas primeiras

Zweig e Lotte. Buenos Aires, out. 1940

peças, seus primeiros poemas. A língua dos mestres da música. A da cidade na qual se formara, onde fizera os primeiros amigos, onde frequentara cafés, teatros, conferências, tertúlias literárias. A língua de Mozart, Beethoven, Goethe, Bach, Haydn, Brahms, Schiller, Rilke, Heirich Heine. Sim, desde que seus livros sacrificados foram numa imensa pira, alguma coisa se quebrara dentro de Zweig. Os algozes da suástica haviam provocado uma imensa rachadura em seu coração quente de cristal. Cristal transparente da Boêmia, terra de seu pai.



Algumas pessoas são mais fortes. Ou duras. Algumas pessoas podem conviver com o horror e o caos. Sobreviver. Como disse Abrahão Koogan, seu editor brasileiro, Zweig era lúcido em demasia, inteligente ao extremo, dono privilegiado de uma mente agudíssima. Sua alma vibrava como afinada corda de violino, ao ouvir óperas, hinos, versos ou uma prosa muito bem escrita. Amava com intensidade todos os escritores do mundo, todos os poetas, todos os artistas plásticos, todos os compositores, todos os "construtores" de beleza. E tinha um imenso carinho pelos anti-heróis, aqueles que haviam sofrido por seus ideais. Aqueles que fracassaram, ou cometeram erros graves em suas trajetórias. Os que haviam se entregado apaixonadamente aos seus anseios e visões oníricas. Era solidário às paixões humanas. Sempre dizia que preferia escrever sobre os perdedores da história do que sobre os vencedores. Daí suas biografias sobre Maria Antonieta, Mary Stuart, Erasmo, Magalhães, Vespúcio. Seu pequenino livro sobre uma mulher apaixonada por um jogador inveterado.

A partir do momento em que se viu obrigado a deixar sua casa na colinazinha de Salzburgo, a Kapuzinerberg, aquele palacete branco, ajardinado, que fora tão hospitaleiro para tantos amigos ilustres, como Tomas Mann, Emil Ludwig, Franz Werfel, James Joyce, Toscanini, Bruno Walter, Arthur Schnitz-

ler, Tagore, Strauss, Zweig começara a perder dentro de si a luz que antes tanto o iluminara. Ele, que antes tanto gostara de viajar, cruzar fronteiras, visitar países próximos, mas também distantes e exóticos, ao perder seu pouso, se sentiria solto no mundo. Um apátrida. Um desenraizado. Há quem consiga aguentar as perdas. Mas o austríaco que se embriagava de arte e beleza perderia muito mais do que poderia suportar. Perderia o seu salão, a estética que o circundava, o luxo, os requintes, suas queridas coleções de manuscritos, seus livros raros, a partitura de Mozart, a mesa de trabalho de Beethoven, os originais de Balzac, com suas infindáveis correções nas margens. Perderia a visão colorida de Salzburgo em seus dias de festivais. Perderia a tranquilidade, o refúgio, a paz. Perderia a fé no mundo. Toda a infinita esperança na misericórdia dos homens. E isso seria o pior, a perda da fé no homem e em seu futuro. A descrença no progresso.

Logo ele, que havia escrito aquela obra magistral, "Momentos decisivos da humanidade"...

Houve um momento no Rio de Janeiro, quando, no carnaval carioca, tentava colar os estilhaços de seu coração, em que Stefan Zweig achou que o mundo só tendia a piorar. Pois corria o risco de cair nas mãos demoníacas de Hitler e de seus asseclas e de submergir nas sombras de Mefistófeles num período insuportável de tão prolongado. Ele não ia esperar para ver o fim do Inferno. Mesmo que um dia as trevas novamente se fizessem luz, ele não mais estaria na Terra para ver o sol voltar a iluminar o horizonte dos homens. Estava cansado, muito cansado. Seus livros também haviam sido queimados em sua amada Salzburgo. E para piorar o quadro, a mulher jovem que agora o acompanhava era muito menos ensolarada e estimulante do que sua primeira mulher, a infatigável Friderike. Ao contrário de Friderike, que sempre o ajudara quando perdia o ânimo, Lotte era deprimida e asmática. Vivia sofrendo com a falta de ar. Precisava que o marido lhe desse o sopro da vida, aquele sopro que ele mesmo havia perdido, ao ouvir, no meio dos batuques do alegre festim carnavalesco, as terríveis notícias sobre o nefasto andamento da guerra. Hitler chegara vitoriosamente ao Oriente. Um navio brasileiro havia sido afundado por um submarino alemão. A guerra lhe batia à porta. Ele a fecharia hermeticamente com a morte.

## Da celebridade ao desespero



Zweig com o irmão Alfred

1881: 28/11, Stefan nasce em Viena, filho de Ida e Moritz Zweig, bem-sucedido fabricante de tecidos da Boêmia.

1904: conclui a universidade. Publica *O amor de* Érica Ewald e Poemas selecionados.

1912: inicia relacionamento amoroso e intelectual com Friderike.

1915-20: escreve artigos, conferências, traduções e manifestos pacifistas. Traduz o *Émile*, de Rousseau; publica *Três mestres*, sobre Balzac, Dostoievski e Dickens. Casa-se com Friderike.

1921 a 1925. Publica Novelas sobre uma paixão e atinge um grande público, tornando-se escritor reconhecido na Europa. Edita em alemão a obra completa de Paul Verlaine. Em 1924, encontra-se com Salvador Dali em Paris. Abre os salões de sua casa em Salzburgo para os amigos europeus, recebendo Tomas Mann, Emil Ludwig, Franz Werfel, James Joyce, Rabindranath Tagore, Sholem Asch, Toscanini, Bela Bartók, Bruno Walter, Richard Strauss, Maurice Ravel...

1927: publica Momentos decisivos da Humanidade, adotado nas escolas austríacas. Republica 24 horas na vida de uma mulher. Na Rússia é prefaciado por Gorki.

1931-32: publica *A cura pelo espírit*o, sobre Mesmer, Mary Bakker-Eddy e Freud. Recebe carta do editor brasileiro Abrahão Koogan.

1933: Hitler queima livros de Zweig e outros autores de origem judaica ou "decadentes" em Berlim.

1934: a polícia busca armas na casa de Zweig, que, em seguida, parte para Londres. Elisabeth Charlotte Altmann (Lotte) torna-se secretária do escritor, indicada por Frederike. Publica *Erasmo*.

1935: estreia a ópera *A mulher silenciosa*, proibida pelos nazistas.

1936: publica *Castellio contra Calvino* e *Caleidos-cópio*. Vem ao Brasil, admira-se da juventude do editor Koogan e promete voltar.

1937-39: publica *Pequena viagem para o Brasil.* A Áustria é anexada à Alemanha e seus livros queimados em Viena. Publica *Coração inquieto*, campeão de vendas. Divorcia-se de Friderike. Em 39, casa-se com Lotte.

1940-41: recebe o visto permanente para morar aqui, e *O Brasil, país do futuro* é editado em português (Koogan), inglês, espanhol, sueco e francês. Acusamno de tê-lo escrito para agradar a Vargas. Vai para Petrópolis e acaba *O mundo que eu vi*.

1942: conclui *A partida de xadrez*. No Carnaval, passa o 16/02 com os Koogan e lê notícia sobre a queda de Cingapura. Volta a Petrópolis disposto a suicidar-se. Em 19/02, o navio Buarque é afundado por submarinos alemães e o Brasil entra na guerra. Dia 23, ele e Lotte são encontrados mortos. Em 24, é enterrado com honras de estado em Petrópolis.



Zweig e Friderike, sua primeira mulher, em 1926

Sim, quanto mais se lê sobre a vida e a obra de Stefan Zweig, mais claras ficam as razões de seu suicídio. Como disse seu biógrafo Donald Prater, na realidade, a partir de 1933 e, principalmente, a partir da anexação da Áustria em 1938 pela Alemanha, fica-se intrigado como aquele grande humanista europeu pôde sobreviver por tanto tempo. Perdera a fé, a esperança. Tanto que deixaria registrada sua descrença, seu desespero, sua desesperança, nas últimas cartas que escreveria para os amigos e para a nação brasileira. Esperava que todos pudessem um dia ver novamente a aurora após a longa noite. Já ele era impaciente demais para esperar o fim do horror. Preferia abandonar seus contemporâneos neste mundo louco e cruel, cheio de campos de concentração, guetos, lagers, estrelas amarelas no peito, intolerância, maldade, tortura, racismo.

Um mundo que não mais amava a sua língua. Quis partir. Partiu. Abraçado a Lotte. Só que ao mesmo tempo — ah, as ressurreições — Stefan Zweig nunca partirá, nunca nos abandonará. Sua alma está em sua obra. E sua obra é imensa. A todo momento ela é redescoberta, reeditada. Comentada. Analisada. Ela sempre nos iluminará. Com sua delicadeza. Sua sensibilidade. Sua compaixão pelos homens.

## Cecilia Costa Junqueira

Jornalista e escritorá Autora, dentre outros, de *Damas de Copas* e *Julia e o Mago* (Record)

Fotos: *In Stefan Zweig - Bilder texte dokumente.* Residenz Verlag, 1993, Salzburg und Wien



Mapa de Pernambuco, ornamentado por engenho - com casa de caldeira, moendas e casa-grande. Willem J. Blaeu, Amsterdam, 1635

# O BRASIL HOLANDÊS\*

Evaldo Cabral de Mello

POR QUE O BRASIL? POR QUE O NORDESTE?

a escolha do Brasil como alvo do ataque empresado pela Companhia das Índias Orientais – WIC pesou uma variedade de motivos. A América portuguesa constituiria o elo frágil do sistema imperial castelhano, em vista da sua condição de possessão lusitana, o que conferia à sua defesa uma posição subalterna na escala das prioridades militares do governo de Madri.

Contava-se também com a obtenção de lucros fabulosos a serem proporcionados pelo açúcar e pelo pau-brasil, calculando-se que, uma vez conquistada a um custo máximo de 2,5 milhões de florins, a colônia renderia anualmente cerca de 8 milhões de florins.

Outro argumento favorável ao ataque contra o Brasil dizia respeito ao fato de que, enquanto os centros do poder espanhol no Novo Mundo estavam concentrados no altiplano, o que tornaria a ocupação tarefa complexa e onerosa, os núcleos de população portuguesa situavam-se ao longo do litoral, ao alcance do poder naval batavo. Por fim, o Brasil poderia proporcionar excelente base de operação contra a navegação espanhola no Caribe, contra a navegação portuguesa com o Oriente, sem falar na proximidade

das minas de prata do Peru, cuja distância da costa brasileira era então subestimada pela cartografia.

Em 1624, três anos decorridos da fundação da Companhia das Índias Ocidentais, publicava-se em Amsterdã um folheto de autoria de Jan Andries Moerbeeck intitulado "Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil". O autor resumia em poucas folhas as razões estratégicas e econômicas em prol de um ataque bem-sucedido à América portuguesa. (...)

Acreditava-se igualmente que a posição geoestratégica do Nordeste era superior quando comparada à do Caribe. É o que afirmará o funcionário da WIC, Johan Nieuhof, que escreveu uma crônica valiosa de seus nove anos de Brasil holandês, onde atuou como agente comercial, chefe da corporação de estivadores do Recife e fiscal da pesagem do açúcar naquele porto. Aliás, depois de sua experiência brasileira, Nieuhof serviu também a Companhia das Índias Orientais (VOC), vivendo na Batávia e participando de uma embaixada comercial enviada à China. (...)

Já em 1621, à raiz da fundação da WIC, o francês La Ravardière, cuja ocupação da ilha de São Luís fora anos antes liquidada por uma expedição lusobrasileira que partira do Recife, entabulou negocia-

## LEITURA, LEITURAS

ções na Holanda a respeito de nova tentativa contra o Brasil. Soube-o a Coroa espanhola, que através do embaixador em Paris procurou suborná-lo para que desistisse da empreitada. É provável que o tenha conseguido, pois La Ravardière não parece ter voltado a cogitar da América portuguesa. Contudo, anos depois, um dos companheiros que estivera preso com ele em Olinda após a expulsão dos franceses do Maranhão apresentou aos diretores da WIC uma memória intitulada "Discurso sobre a tomada de Pernambuco", na qual formulava várias sugestões para a segurança do Brasil holandês. O companheiro anônimo de La Ravardière registrou também as observações que pudera fazer quando da sua estada em Olinda. (...)

A Holanda não possuía apenas os meios financeiros e militares com que realizar seu programa colonial. Ela possuía também, desde o século XVI, uma rica tradição cartográfica. Jan Huigen van Linschoten, autor de uma narrativa de viagem e permanência no Oriente, anexara a seu texto um valioso roteiro da costa brasileira. Outro batavo, Diederick Ruiters, que fora prisioneiro na Bahia, publicou em 1623 o Toortse der zeeuaert (Tocha da navegação), contendo a descrição do nosso litoral, além do da Guiné e de Angola. Nas Províncias Unidas, conhecia-se mesmo, graças à relação elaborada por certo José Israel da Costa, a produção de açúcar branco e retame de cada uma das fábricas existentes em Pernambuco, Itamaracá e na Paraíba. Eles dispunham igualmente do Livro que dá razão do Estado do Brasil, redigido pelo sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno, de ordem de Felipe IV; e dos próprios Diálogos das grandezas do Brasil, cujo apógrafo pertence à Biblioteca de Leiden. Ademais, toda uma literatura náutica da lavra de pilotos e ma-

rinheiros holandeses e portugueses estava ao alcance da WIC, que tinha como um de seus diretores o geógrafo antuerpiano Johan de Laet, que a compilava cuidadosamente.(...)

A Bahia e Pernambuco foram assim desde o começo os alvos prioritários do ataque neerlandês ao Brasil. A conquista de ambos foi confiada a uma expedição que compreendia 26 navios e 3300 homens, sob o comando do almirante Jacob Willekens, cujas instruções determinavam que, tomada a Bahia, atacasse Pernambuco. Fins de abril, começos de maio de 1624, a armada da WIC surgiu diante da capital da América portuguesa. A 9 de maio, as tropas comandadas por Jan van Dorth desembarcaram sob a proteção de cerrado bombardeio que aterrorizou a população, levando-a a abandonar a cidade pela segurança do Recôncavo. No dia seguinte,

os neerlandeses entraram sem oposição na capital da América portuguesa, onde se depararam apenas com o governador-geral Diogo de Mendonça Furtado. Mas eles logo constataram a dificuldade de estender sua presença para além dos muros de Salvador, onde se acharam encurralados pelas guerrilhas luso-brasileiras do Arraial do Rio Vermelho, os quais, sob a chefia do bispo d. Marcos Teixeira, e depois, de d. Francisco de Moura, ofereceram forte resistência às tentativas de penetração dos contingentes batavos. O bispo transmitiu seu posto ao capitão-mor designado em Pernambuco, Francisco Nunes Marinho de Eça, que fora capitão-mor da Paraíba, e que deu prosseguimento aos assaltos e emboscadas cuja eficácia logrou acuar o inimigo dentro de Salvador.

A partida da armada de Willekens e a dos navios do vice-almirante Piet Heyn para a costa africana deixaram a tropa neerlandesa desprotegida. Com a morte de Van Dorth, vitimado numa dessas emboscadas, o moral da tropa deteriorou-se celeremente. Sucedeu-o no comando Albert Schouten, que também faleceu mas por excesso de bebida, sendo substituído pelo irmão Willem. Em vista da fraqueza militar e da desmoralização reinante, foi sem maiores problemas que uma poderosa armada luso-espanhola sob o comando de d. Fadrique de Toledo, na qual se alistou boa parte da nobreza lusitana, reconquistou Salvador a 30 de abril de 1625. Pela primeira vez na história das guerras holandesas no Brasil, tornava-se evidente a vantagem geopolítica de que desfrutava Portugal relativamente a um inimigo, cuja esmagadora superioridade naval ficava imobilizada nos meses de outono-inverno pelas condições de navegação no mar do Norte e no canal da Mancha. Demasiado tarde (fins de maio), desponta-



Mapa com o esquadrão naval holandês, comandado por Hendrick Corneliszoon Lonck, na invasão de Pernambuco em 1630. Nicolaes Visscher, c.1640. FBN, Divisão de Cartografia



Engenho, com casa-grande e capela. Frans Post, 1668

ram no horizonte os reforços enviados das Províncias Unidas, sob as ordens de Boudewijn Hendrickszoon, que prudentemente desistiu de enfrentar a armada luso-espanhola, singrando para o Caribe e ancorando, a caminho, na baía da Traição (Paraíba).

No decurso de 1627-30, a WIC compensou-se do fiasco baiano. Esses anos foram especialmente críticos para a navegação portuguesa do Brasil, devido aos apresamentos efetuados pela Companhia e por seu aliado, o corso zelandês (para não falar no corso barbaresco), calculando-se que a média anual de navios empregados na carreira teria declinado de trezentas para cem naves. Uma esquadra sob o comando de Piet Heyn atacou por duas vezes Salvador, capturando grande número de embarcações carregadas de produtos da terra. Em 1628, Piet Heyn entrou para os anais da história naval batava ao realizar a proeza de apossar-se da frota espanhola da prata na baía de Matanzas (Cuba), golpeando duramente as finanças já combalidas da monarquia ibérica e rendendo à WIC a pingue soma de 8 milhões de florins, graças à qual pagou dividendos aos acionistas (75%) pela única vez na sua história. Tal façanha serviu sobretudo para financiar um novo projeto contra o Brasil: a conquista da capitania de Pernambuco e suas vizinhas (Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte), que, em termos do mercado mundial, representavam então a mais importante área de produção açucareira, com volume que atingia 659 mil toneladas de açúcar ou 33 mil caixas. Em 1630, entre o Potengi ao norte e o São Francisco ao sul, existiam 160 engenhos, dos quais 149 safrejavam.

Cerca de quinze anos antes da invasão holandesa, certo cristão-novo, chamado Ambrósio Fernandes Brandão, redigia nos seus vagares de senhor de engenho os *Diálogos das grandezas do Brasil*, no qual dois reinóis, Brandônio, há muito domiciliado na terra, e Alviano, re-

cém-chegado a ela, entretêm-se largamente acerca das riquezas da colônia. A atribuição da autoria dos Diálogos a Ambrósio Fernandes Brandão foi originalmente feita por Capistrano de Abreu e amplamente confirmada pelas pesquisas de J. A. Gonsalves de Mello, que publicou a edição completa da obra com base no apógrafo existente na Biblioteca de Leiden. Ambrósio já se achava em Pernambuco pelo menos desde 1583, tendo participado da conquista da Paraíba e trabalhado como recebedor do imposto do dízimo, cuja cobrança estava então arrendada a seu patrão, Bento Dias de Santiago. Posteriormente, foi senhor de engenho em Pernambuco e, passando à Paraíba, aí

fundou outros três que, quando da invasão holandesa, pertenciam a seus descendentes. (...)

Outra excelente descrição da Olinda *ante bellum* é a que traçou frei Manuel Calado do Salvador, alentejano de Vila Viçosa, religioso da Ordem de São Paulo e alguém que vivia na terra há alguns anos como lavrador de mandioca em Porto Calvo. Calado bem pode ser chamado de o nosso Fernão Lopes, pois suas descrições têm a mesma intensa qualidade gráfica dos textos do grande cronista português do século XV. Previsivelmente, a visão de Calado é acentuadamente providencialista, pois vê na conquista holandesa o castigo de Deus pelos pecados coloniais. (...)

O despreparo militar em que vivia o Brasil foi amplamente analisado pelo sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno, um veterano da guerra de Flandres que em breve se distinguirá na campanha contra os franceses do Maranhão. Em preparação do seu Livro que dá razão do Estado do Brasil (1612), Campos Moreno redigiu uma valiosa "Relação das praças-fortes do Brasil", na qual indicou os pontos críticos da segurança da capitania, esboçando inclusive o cenário da conquista holandesa: Olinda sendo indefensável (ao contrário do Recife, como também constatará depois o governo holandês), uma armada inimiga poderia facilmente desembarcar na praia e barra de Pau Amarelo, a norte da vila, força suficiente que, marchando ao longo da praia, assenhorear-se-ia facilmente dela, tanto mais que a guarnição era reduzida e que não se podia confiar nas forças da milícia.(...)

Evaldo Cabral de Mello

Diplomata e historiador

Autor, dentre outros, de Olinda restaurada (1975)

e Nassau: governador do Brasil Holandês (2006)

<sup>\*</sup> Excertos de O Brasil holandês, org. pelo autor, pp.29-52

# Maurício de Nassau e os judeus no Brasil holandês

Ronaldo Vainfas



Retrato de Johan Maurits van Nassau-Siegen, Pieter Michielsz van Mierefeld, 1637

aurício de Nassau governou o Brasil holandês entre 1637 e 1641. Patrocinou a missão de artistas como Frans Post, construiu a Cidade Maurícia na outra banda do Capibaribe, criou um jardim botânico e outro zoológico. Desde fins do século XIX, o mito Nassau estimulou a crença difusa de que o Brasil seria melhor se os holandeses tivessem ficado.

Mas o conde Nassau foi, sobretudo, um administrador de conflitos na sociedade pernambucana: entre os senhores da terra e a Companhia das Índias Ocidentais; entre os calvinistas e os católicos; entre os cristãosvelhos e os cristãos-novos; entre cristãos e judeus.

Não seria exagero dizer que, em meio a tantos conflitos, Nassau pendeu a favor da "gente da nação judaica", como se dizia. Cumpria, nesse ponto, os objetivos da companhia comercial holandesa, favorável à imigração de comerciantes judeus para o Recife. Cada comerciante sefardita, mesmo que miúdo ou de "vestido roto", como dizia Manuel Calado, nunca estava totalmente só. Por mais pobre que fosse, ele integrava uma rede, ao menos como vendedor ambulante de um consórcio, distribuidor de bebidas importadas ou mercador de doces, batendo de porta em porta. Quase sempre tinha parentes na Holanda e no Brasil, o que facilitava os contatos comerciais



Rua dos judeus no Recife com mercado de escravos (Sklavenmarkt), Zacharias Wagener. In Thierbuch (1634-1641)

no exterior e o alojamento na colônia. Além disso, os judeus eram falantes de português e holandês – um trunfo formidável.

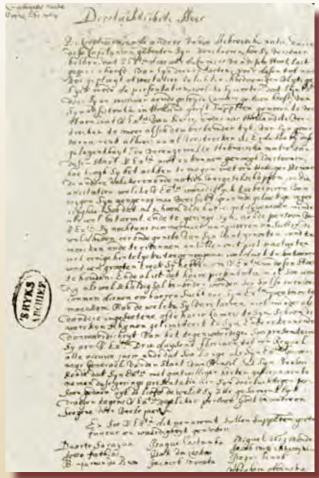
Nassau pisou em ovos desde o início, pois seu governo coincidiu com o afluxo crescente de judeus e aventureiros holandeses, atraídos pela política de "livre comércio" inaugurada em 1638. O início de seu governo coincidiu, ainda, com a estruturação das congregações judaicas, de um lado, e do presbitério calvinista, de outro, entre 1636 e 1638, sem contar as reivindicações dos católicos, incansáveis no peditório de licenças para procissões e festas barrocas. As três principais religiões do Brasil holandês brigavam por espaço institucional e físico numa Recife cada vez mais abarrotada de gente.

Nassau tinha 32 anos quando chegou ao Brasil. Não falava uma palavra de português e, mesmo após oito anos de governo, claudicava na língua de Camões. Era, porém, muito fluente em francês, língua que admirava, alemão, sua língua materna, e holandês. Nenhuma das línguas faladas por Nassau o credenciavam a comunicar-se com as gentes do Brasil. Estava fadado a ser um governador distante, dependente de um séquito de intermediários para governar. Mas não foi o que ocorreu.

Aprofundou-se como poucos no conhecimento do Brasil, mantendo extraordinário equilíbrio entre católicos, calvinistas e judeus; entre comerciantes holandeses e senhores de engenho luso-brasileiros. Era chamado de *príncipe*, embora fosse conde, pois só ganhou aquele título em 1653, quando já tinha deixado o Recife. Os judeus o adoravam.

No relatório de 1638, conhecido como "Breve discurso", Nassau reportou a ousadia dos judeus e a insatisfação dos ministros calvinistas, e mesmo dos católicos, em face dos desacatos que os judeus faziam ao cristianismo. Mas o relatório contém um lapso calculado, ao dizer que os cristãos velhos se escandalizavam com a liberdade concedida aos judeus, ou antes, que se esforçam por tomá-la. Nassau considerava que os judeus tinham alcançado aquelas posições por mérito próprio. Lembrou aos diretores da companhia que os judeus, ao contrário dos católicos, eram aliados fiéis. Ganhavam dinheiro como parceiros comerciais dos holandeses e odiavam a Inquisição do mesmo modo que os flamengos. Quanto aos católicos, insinuou que seriam capazes de inventar uma "guerra divina" para expulsar os holandeses do país, se tivessem chance. Nassau não escreveu exatamente isso, porque não era adivinho. Mas ainda em 1638, antecipou os lances possíveis do jogo, como enxadrista.

O Presbitério do Recife sabia que Nassau protegia os judeus e, por isso, provocava o governador. Em janeiro de 1638, proclamou que as liberdades concedidas aos judeus eram tamanhas, que tanto calvinistas como *portugueses* (sinônimo de católicos para os predicantes), achavam que os holandeses eram "meio



Fac-símile da Petição da Nação Hebraica de 1642 (em holandês). Algemeen Rijjksarchief, Haia In Os judeus no Brasil Colonial. A.Wiznitzer

judeus". Nassau desprezou a queixa. A cada nova reclamação, prometia que resolveria o problema o quanto antes. Quem sabe amanhã ou depois de amanhã...

Vale citar um episódio dramático, provocado por Moisés Abendana, integrante da primeira leva de judeus portugueses estabelecidos no Recife. Abendana exportava mercadorias para a Holanda desde 1637 e, a partir de 1642, passou a comprar escravos no Recife para revendê-los nos engenhos. Tomou empréstimos junto a holandeses e judeus, mas foi desastrado nos negócios e acabou insolvente. Desesperado, cometeu suicídio em 5 de agosto de 1642. A hostilidade contra os judeus chegou ao máximo neste episódio. O escolteto da Cidade Maurícia sequestrou o corpo e proibiu seu enterro, decidindo que o cadáver devia ser pendurado numa forca pública até apodrecer. Pretendia humilhar a família do defunto, comprometer a salvação de sua alma e desmoralizar a comunidade judaica de Pernambuco.

Os judeus reagiram, alegando que Abendana tinha sido assassinado por holandeses. Uma comissão de judeus ofereceu "grande soma de dinheiro" para Nassau impedir a execução da sentença contra o cadáver de Abendana. O conde recusou a oferta, mas se dispôs a interferir a favor dos judeus, caso a dívida de 12 mil florins fosse paga. Os mercadores judeus procuraram, então, os colegas holandeses e assumiram a dívida do morto. Ato contínuo, Nassau despachou o caso, proibindo a execração do cadáver. Abendana foi sepultado no cemitério judaico. Os judeus insitiram na versão do assassinato. Não tinham saída senão ocultar o suicídio do amigo.

Nassau defendeu os interesses dos judeus sem desconsiderar o dos holandeses. Defendeu os judeus no mais perfeito estilo do Antigo Regime, usando de seu prestígio pessoal para neutralizar as instituições. O capitalismo comercial à moda holandesa, por mais moderno que fosse, não dispensava os ingredientes da sociedade de corte, ainda mais no Brasil, tão distante dos diretores da empresa.

Os judeus eram vitais para o governo nassoviano que, em contrapartida, apoiavam o conde. Antes mesmo do caso Abendana, quando circularam rumores de que Nassau seria chamado volta à Holanda por gastos excessivos, os judeus fizeram uma petição comprobatória de seu apreço pelo governador. Arnold Wiznitzer traduziu e publicou na íntegra este documento, datado de 1 de maio de 1642, intitulado "Petição da Nação Hebraica". Nele os judeus suplicaram a Nassau que permanecesse no cargo, dispondo-se a pagar, para tanto, uma doação mensal de três mil florins. No mesmo ano, o representante dos judeus do Brasil em Amsterdã reforçou a proposta, esclarecendo que, "se lhes fosse necessário pagar a permanência de Sua Excelência nesta terra, nenhum preço achariam demasiado elevado para isso, ainda que se tratasse de seu póprio sangue, contanto que o pudessem reter".

Nassau somente deixaria o Brasil em meados de 1644, chegando à Holanda em julho. Havia sido dispensado do governo desde setembro do ano anterior, mas permaneceu um pouco mais, inclusive para inaugurar a ponte unindo o Recife Velho à Cidade Maurícia. Sua bagagem ocupava nada menos que duas naus, com carga estimada em 2,6 milhões de florins! O retorno de Nassau marcou o refluxo da imigração judaica para o Brasil. A partir de 1645, com o início da insurreição pernambucana, o número de judeus retornados só faria aumentar. Um claro sinal de que o fim da "Jerusalém colonial" estava próximo.

## Ronaldo Vainfas

Professor titular de História Moderna da UFF Autor, dentre outros, de *Jerusalém Colonial: judeus* portugueses no Brasil holandês. Civilização Brasileira, 2010

# Maurício de Nassau,

## um renascentista em terras de Pernambuco

## Leonardo Dantas Silva



O Príncipe Johan Maurits van Nassau-Siegen. Jan de Baen, c. 1655-1680. Museu de Arte de São Paulo

Brasil, na Alemanha e na Holanda em 2004.

m 1636, passa-

dos seis anos da

invasão e pres-

sionado pela guerra de resistência encetada

pelos luso-brasileiros,

o Conselho dos XIX da Companhia das Índias

Ocidentais, responsável

pela administração do

Brasil Holandês, resol-

ve convidar para ocu-

par a função de governador-geral um jovem

coronel do exército da

União, o conde alemão João Maurício de Nas-

sau-Siegen, cujos 400

anos de nascimento fo-

ram comemorados no

Ao aportar no Recife, em 23 de janeiro de 1637, vindo de Texel, a bordo do navio capitânia *Zuphen*, comboiado por outras três naus – *Adão e Eva*, *Senhor de Nassau*, *Pernambuco* –, o conde Maurício de Nassau trazia sob seu comando, ao lado de pequena guarnição de 350 soldados, a primeira grande missão científica a cruzar a linha do Equador. Nascido no castelo de Dilemburgo em 17 de junho de 1604, o nobre alemão se fazia acompanhar do latinista e poeta Franciscus Plante, do médico e naturalista Willem Piso, do astrônomo e naturalista Georg Marcgrave, do médico Willem van Milaenen, dos paisagistas flamengos Frans Post e Albert Eckhout, além de outros nomes ligados às artes e às ciências.

Durante o seu governo no Brasil (1637 - 1644), o conde, então com 32 anos, se fez cercar de importante cons-

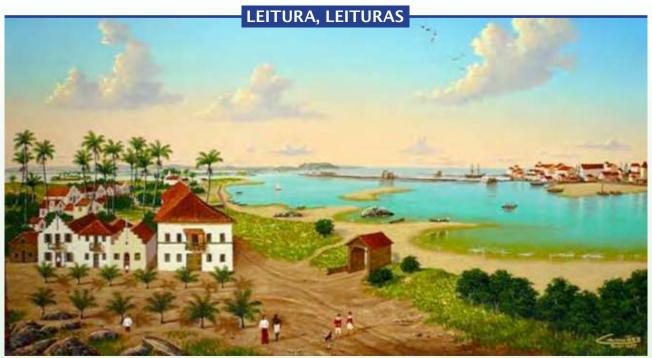
telação com estrelas nos mais diversos saberes que, cada um a seu tempo, iria contribuir para o mais completo levantamento artístico, paisagístico, cartográfico e científico desta parte do Novo Mundo no século XVII.

Tudo isso se devia à forte influência exercida sobre ele pelo secretário do Príncipe de Orange, Frederick Hendrick, o humanista Constantijn Huygens, uma das mais importantes inteligências do seu tempo nos Países Baixos, que estava sempre rodeado de profundos

conhecedores do mundo das artes e das ciências.

Nascido em 1596, oito anos mais velho do que o conde de Nassau, Huygens se notabilizara como poeta, diplomata versátil, cultor das belas artes, estudioso das ciências exatas e dado a projetos arquitetônicos. Descrevendo a sua influência na sociedade holandesa de então, o professor Geert Arent Banck, diz ser ele "o ideal de uma pessoa bem instruída", tornando-se "especialista em recrutar artistas para a corte de Frederick Hendrick", tendo sido ele o descobridor do pintor Rembrandt.

Ao tomar posse do Brasil Holandês, coube ao conde de Nassau a reorganização administrativa do governo, com a transformação do Conselho Político em "Conselho Secreto", composto pelos senhores Adriaen Van der Dussen, Mathias Van Ceulen e Jan Gijsselingh. Estava o governo de então tomado por práticas imorais



Cidade Maurícia, em pintura de Eduardo Camões. Instituto Ricardo Brennand

e lesivas aos interesses da Companhia, sendo comum a extorsão, o roubo, o contrabando, o peculato, sem contar os crimes de perturbação da ordem pública, como homicídios, balbúrdia e bebedeiras que preenchiam as horas do dia a dia.

De início, fazia-se necessário fixar as fronteiras do Brasil Holandês no Norte e no Sul, delimitando a área dos seus domínios. Para isso o conde de Nassau procurou de imediato, estabelecer a segurança da colônia, tentando pôr fim à presença dos exércitos do rei de Espanha dentro do território atual Nordeste Brasileiro.

Reunindo o que restava do exército, com ele partiu em direção ao sul de Pernambuco, conseguindo as vitórias do Comandatuba e Porto Calvo (1637), o que obrigou o comandante das tropas luso-brasileiras, conde de Bagnuolo, a cruzar o Rio São Francisco e retirar-se para a Bahia. Suspendendo a marcha, Nassau firmou na margem esquerda do Rio São Francisco o limite sul da conquista, estabelecendo a vila do Penedo e o forte Maurício.

Consolidada a conquista, pôde o conde, em consonância com os Altos e Secretos Conselheiros, dedicarse à tarefa do restabelecimento econômico da colônia. De início procurou restaurar a indústria açucareira que, com o consequente abandono de alguns engenhos pelos proprietários luso-brasileiros, da fuga dos escravos e dos estragos da guerra, estava em ruínas.

De imediato o conde mandou afixar editais colocando em leilão 65 engenhos abandonados pelos proprietários, que em fuga para a Bahia, após a rendição do Arraial do Bom Jesus (1635), deixaram ao relento casas, capelas, fábricas, gado e escravaria mais velha. A venda pública desses engenhos tornou-se um sucesso, acorrendo aos leilões não somente comerciantes judeus, sequiosos de lucros imediatos, como também personalidades do governo, como o coronel Sigmund von Schkoppe e o conselheiro Jacob Stachower.

Somente em 1637, ano de sua chegada, foram vendidos 44 engenhos, seis dos quais arrematados por

comerciantes judeus. Com a concessão de empréstimos aos produtores de açúcar, destinados à compra de escravos e à recuperação das fábricas e dos campos, pela Companhia, surgiu nova fase de prosperidade, e a produção passou a crescer, sendo acentuada na pauta de produtos exportados pelos portos do Brasil Holandês. A exportação do açúcar ascendeu de 65.972 arrobas, em 1637, para 447.562 arrobas, em 1641.

A fim de suprir os engenhos dos escravos necessários à produção, foram organizadas expedições militares destinadas à conquista das possessões portuguesas na costa da África, situadas em São Jorge da Mina (1637), no Golfo da Guiné, e em São Paulo de Luanda (1641), em Angola. Segundo o historiador Hermann Wätjen, o número de negros importados entre 1636 e 1645, pela Companhia das Índias Ocidentais, que detinha o monopólio desse comércio e tinha nele uma de suas maiores rendas, foi de 23.163 indivíduos. Somente no Recife e em Maurícia, a população de escravos era estimada, em 1645, em 1.962 indivíduos, oriundos dos mais diferentes portos da costa africana.

A grande carência de habitações com que se defrontava a colônia foi enfrentada com coragem pela administração de Nassau. Com a destruição de Olinda pelos holandeses, em novembro de 1631, uma população de cerca de 7 mil desses indivíduos foi obrigada a conviver, nas piores condições de higiene e conforto, na área do *Povo do Arrecife*, hoje ocupada pelo atual bairro portuário do Recife.

Surgiu assim uma crise habitacional sem precedentes, agravada por epidemias e pela contínua chegada de levas de forasteiros que se deslocavam da Europa em busca de ganhos fáceis na *Terra do Açúcar*. Para sanar o problema, Nassau deu celeridade à construção, na ilha de Antônio Vaz (área hoje ocupada pelos bairros de Santo Antônio e São José), do que veio a ser a *Cidade Maurícia*.

Residindo na ilha de Antônio Vaz, desde a chegada, o conde iniciou a urbanização da área segundo um

plano definido, que contemplava ruas, praças, mercados, canais, jardins, saneamento, pontes, devidamente demarcadas conforme se vislumbra em mapa da época publicado na obra de Gaspar Barlaeus ou van Baerle, publicada em Amsterdã (1647).

O aparecimento da nova cidade veio trazer um surto de progresso para a capital do Brasil Holandês. O Recife, "coração dos espíritos de Pernambuco" na observação de Francisco de Brito Freyre, sofreu inúmeros melhoramentos e testemunhou vários pioneirismos, como a instalação do primeiro observatório astronômico das Américas, no qual Georg Marcgrave fez, dentre muitas outras, anotações acerca do eclipse solar de 13 de no-

vembro de 1640 (Barlaeus). Ainda por essa época foi erguido o templo dos calvinistas franceses (1642), obedecendo ao traço do arquiteto Pieter Post.

A nova urbe, projetada por Pieter Post, um dos principais representantes, ao lado de Jacob van Campen, do classicismo arquitetônico nos Países Baixos, recebeu a denominação de *Cidade Maurícia*, em 17 de dezembro de 1639. Era a *Maurits Stadt* dos holandeses, cujos mapas, aspectos e panorama aparecem na obra de Barlaeus e em outras produções artísticas de sua época.

Coube a Nassau realizar no Recife verdadeira revolução no âmbito de sua paisagem urbana. Ao seu tempo foi construído o palácio de Friburgo (*Vrijburg*), também conhecido como Palácio das Torres, e a Casa da Boa Vista (1643), tudo no interior da cidade planejada à moda dos Países Baixos de então.

Trataram os holandeses também do calçamento de algu-

mas ruas e do saneamento urbano, além da construção de três pontes, as primeiras em grandes dimensões do Brasil: a que ligava o Recife à *Cidade Maurícia* (a nova cidade erguida na ilha de Antônio Vaz), inaugurada em 28 de fevereiro de 1644; a segunda, que conectava esta ilha ao continente, na altura da Casa da Boa Vista (imediações do Convento do Carmo); e uma terceira sobre o rio dos Afogados.

Durante o seu governo, Nassau fez plantar no Recife, em 1642, um grande jardim botânico, que era também um pomar e dispunha de alguns animais vindos das mais diferentes partes. O jardim com os seus viveiros de criação de peixes veio servir de "laboratório" a membros de sua comitiva, notadamente o médico Willem Piso (1611–1678), o botânico, também cartógrafo e astrônomo, George Marcgrave (1610–1644) e o artista Albert Eckhout (c. 1610 - c. 1664).

Os dois primeiros são autores da *Historia naturalis Brasiliae* etc., impressa em Amsterdã em 1648, na qual foram impressos 429 desenhos, em grande parte retratando a flora e a fauna, bem como nativos, do Nordeste do Brasil. De Albert Eckhout são a maioria dos desenhos reunidos nos quatro volumes que compõem o *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*.

Divergências surgidas entre a forma de governar do conde João Maurício de Nassau-Siegen e o Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais o fizeram deixar o Brasil em 11 de maio de 1644, quando, despedindo-se do Recife e de sua *Cidade Maurícia*, montou em seu cavalo e seguiu com a comitiva pelo litoral, em

direção à Cabedelo, na vizinha capitania da Paraíba.

Ao regressar à Holanda o conde levou consigo, além de mobiliário talhado em marfim em Pernambuco, um apreciável acervo de móveis e obras de arte assinadas pelos artistas de sua comitiva — pintores Frans Post, Albert van den Eckhout e Zacarias Wagener, cartógrafo e naturalista George Marcgrave, cartógrafo Cornelis Bastianszoon Golijath e projetos diversos que vieram a ser utilizados por diversos artistas —, além de outros objetos ditos menores.

No livro de memórias, Sir William Temple (1628-1699), Embaixador da Inglaterra junto ao Reino dos Países Baixos, relembra alguns dos seus traços marcantes: "Recordo o velho Príncipe João Maurício de Nassau que se tinha acostumado com as redes do Brasil e continuou a usá-las frequentemente ao longo de sua vida, quando sofria de cálculos ou gota e era de opinião que melhorava e conseguia dormir pelo

movimento e balanço dessas camas aéreas".

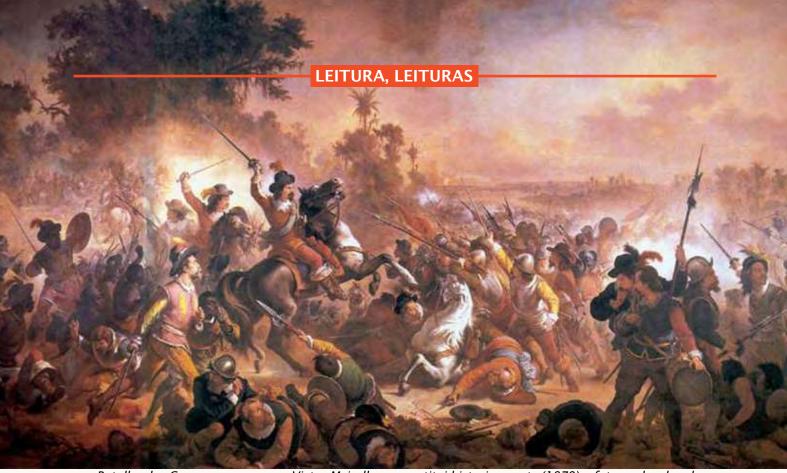
Fixando residência nos arredores de Cleve (Alemanha), na sua "cabana" localizada em Berg-en-Dal (Monte e Vale), o então Príncipe João Maurício de Nassau conservava um baú com recordações do Brasil, criava um papagaio e costumava dormir em "uma rede de pano de linho brasileiro bordado e guarnecido de amarelo". Ali veio a falecer a 20 de dezembro de 1679, com 75 anos e 6 meses de idade, cercado de lembranças e recordações de Pernambuco.



listoria naturalis Brasiliae. Willem Piso e George Marcgrave, 1648. Acervo FBN

### Leonardo Dantas Silva

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Membro do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco Consultor do Instituto Ricardo Brennand (Recife) Autor, dentre outros, de *Holandeses em Pernambuco* 1630-1654 (Recife, 2005)



Batalha dos Guararapes, em que Victor Meirelles reconstitui historicamente (1879) o fato e o local onde os holandeses foram derrotados, em 1649

## A Batalha dos Guararapes e a formação ideológica do Brasil-Nação

CARLOS LESSA

Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, expõe com o máximo destaque possível, dois grandes painéis executados em fins do século XIX: A Primeira Missa no Brasil, cujo autor é Pedro Américo, e a Batalha dos Guararapes, de Victor Meirelles. As duas obras deixam claro que o Império brasileiro, por um lado, sublinhava o fato de ser católico e inscrito na Igreja Católica Apostólica Romana e, por outro, dava destaque à vitória militar que luso-brasileiros, negros, índios e portugueses impuseram às tropas holandesas da Companhia das Índias Ocidentais.

A importância de Guararapes como um ato heroico fundado por uma aliança de coloniais brasileiros foi destacada como premonitória de aliança e demonstração do valor dos brasileiros coloniais em torno da unidade com a Coroa portuguesa, restaurada pela Casa de Bragança.

O Imperador Pedro II era um Bragança e tinha interesse estratégico em sublinhar a preferência dos coloniais pela dinastia. A expulsão dos franceses já havia confirmado o valor militar dos coloniais que, unidos, em Guararapes derrotaram de forma inequívoca os holandeses e prepararam sua expulsão. Após Guararapes, em seus dois episódios (1648-1649), foi assinada a capitulação no Campo do Taborda, em frente ao Forte das Cinco Pontas de Recife, em 1654, ato final da expulsão dos holandeses.

A independência nacional brasileira herdou intacta a estrutura burocrático-administrativa do império português e coroou como Imperador o herdeiro bragantino da Coroa de Portugal. Nasceu pronto um Estado Nacional em imenso território (mais de 8,5 milhões km²), em grande parte ainda por ocupar e ter as fronteiras definitivas fixadas. Apesar do analfabetismo e da manutenção do regime escravagista, ha-

## LEITURA, LEITURAS

via praticamente um único idioma praticado por toda a população colonial. O Estado Nacional antecede a Nação, pois o território era ainda uma potencialidade a ser geopoliticamente confirmada e não havia presença de povo *para si*, ainda que, *em si* já tivesse o principal atributo cultural do idioma único.

Não há, no processo da independência, nenhum conflito relevante. A resistência simbólica de algumas tropas portuguesas na Bahia não gerou nenhum episódio acompanhado de uma safra de heróis. A declaração do *Fico* (aqui) e a maioridade de Pedro II criam a necessidade de explicar, historicamente, o Brasil. A valorização da herança ameríndia fez com que muitas famílias portuguesas trocassem seu sobrenome por outro, de origem indígena. Em alguns casos, cidades foram rebatizadas. Por exemplo, São Domingos da Praia Grande passou a se chamar Niterói. Caramuru recebeu terras-matrizes no recôncavo baiano.

A bandeira imperial tem as armas dos Bragança emolduradas por um ramo de café e um de tabaco. Pedro II fez questão de, na coroação, utilizar papos de tucano em vez das peles de arminho europeu e ter seu manto imperial com folhas de bananeira estilizadas bordadas com fios de ouro, em vez das europeias folhas de acanto.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, fundado e presidido por Pedro II, teve como primeira missão estruturar a história oficial do Brasil como Império Nacional. Lançado o concurso de quais seriam as bases para uma história oficial do Brasil, foi Von Martius quem obteve o prêmio e recomendava selecionar como episódios protoformadores da nacio-

nalidade as situações em que as três etnias (ameríndia, africana e lusitana) uniram seus esforços para preservar a unidade territorial.

Vanhargen, em 1852, publica sua *História Geral do Brasil*, que constitui o esqueleto básico de nossa história oficial. Como historiador, trata dos episódios da expulsão de franceses, porém concentra e sublinha não só a robustez da unidade entre as etnias, mas também a consistência do esforço pela expulsão dos holandeses.

Na I Batalha dos Guararapes, os ameríndios comandados por Felipe Camarão, o terço de lusobrasileiros comandados pelos Mestres de Campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, e o terço dos negros comandados por Henrique Dias derrotam de forma inequívoca o exército holandês comandado pelo Governador de Armas Von Schkoppe, com 4.500 soldados. No segundo episódio nos morros dos Guararapes, um exército holandês de 3.510 homens comandados pelo General Van den Brincken foi derrotado pelos 2.600 coloniais novamente comandados por Negreiros, Camarão, Fernandes Vieira e Henrique Dias, quando as perdas do lado colonial foram 47 mortos e 200 feridos, sendo que os holandeses tiveram 1.044 mortes e 500 feridos; os holandeses perderam 101 oficiais, inclusive o General Van den Brincken.

Nosso historiador elegeu, pela importância do feito, as duas Batalhas dos Guararapes como a demonstração inequívoca da cooperação em armas das três etnias para manter-se fiel ao Império bragantino. É fácil compreender a exaltação pictórica e literária dessas batalhas e a eliminação da presença holandesa.



Detalhe do interior da sinagoga Kahal Zur Israel, a primeira das Américas, instalada no Recife em 1636, durante o domínio holandês

## LEITURA, LEITURAS



Uma síntese rigorosa da presença holandesa no Brasil teria que começar pela reunião das duas Coroas Ibéricas, em 1580: o Rei de Espanha proíbe o aporte de navios holandeses em portos portugueses e são cancelados os privilégios dos holandeses no comércio do açúcar. Em 1621, é criada a Companhia das Índias Ocidentais que, em 1624 tenta conquistar Salvador; mas em 1625 se rende, derrotada. Em 1630, os holandeses ocupam Olinda e Recife; a resistência de Porto Calvo (Alagoas) e do Arraial de Bom Jesus, próximo a Recife, dificulta a ocupação holandesa.

A partir de 1632, a traição de Calabar facilita a penetração holandesa, e a resistência colonial se limita a um pontilhado de ações guerrilheiras. Em 1637, a Companhia envia o conde Maurício de Nassau para Recife. Sua administração financia os donos de engenho, vende barato engenhos abandonados, urbaniza Recife, garante liberdade de culto e convoca colaboradores e artistas holandeses. Em 1644, pragas e secas ocasionam queda na produção de açúcar, reduzindo o pagamento das dívidas dos donos de engenho. Nassau é substituído por causa da cobrança ativa de empréstimos. Os proprietários de engenho se rebelam em 1645, na chamada Insurreição Pernambucana. As Batalhas dos Guararapes quebram a espinha do domínio holandês, que abandona a região em 1654.

Observe-se o cunho econômico da invasão holandesa. As guerras coloniais, entretanto, mereceram apoio duvidoso e descontínuo. Houve muita pressão para que a Casa de Bragança negociasse uma aliança com a Holanda, entregando parte do Nordeste; de qualquer forma, a paz definitiva foi comprada: pela Paz de Haia, em 1661, Portugal se comprometeu a indenizar a Companhia das Índias Ocidentais, à qual pagou quatro milhões de cruzados (o equivalente a 63 toneladas de ouro), e entregou a Costa do Marfim à retomada de Angola por Salvador Correia de Sá, que com coloniais cariocas e índios potiguares expulsou os holandeses de sua principal fonte e mão de obra

escrava. Logo a seguir, e financiados pelas indenizações pagas pelos portugueses com a tributação do açúcar colonial, os holandeses desenvolveram o açúcar antilhano e contribuíram para ampliar a crise do açúcar nordestino.

É inquestionável que foram os coloniais que mantiveram a soberania nacional. Inquestionável também sua superioridade militar sobre os holandeses. À exceção de algumas ruínas arquitetônicas e da informação erudita coletada pelos cientistas e artistas plásticos convocados por Nassau, quase nada ficou da Holanda no Brasil.

Como substância formadora do Brasil colonial, foi de enorme e permanente importância a vinda dos cristãos novos e há uma forte referência a ter sido construída, no Recife de Nassau, a primeira sinagoga no Brasil. Há, também, a informação de que foram judeus holandeses que estiveram em Recife que fundaram Nova Amsterdam, atual Nova York.

A expulsão dos franceses e a guerra colonial contra a Holanda são episódios históricos decisivos para a unidade brasileira que, entretanto, foi soldada pelo ouro das *Geraes* e sedimentada pela cultura do café. A presença cultural holandesa do passado longínquo é remota. Muito mais importante para o Brasil atual é a atuação de Holambra, cidade paulista, decisiva para muitos ramos agrícolas. A presença judaica aliada aos holandeses não tem a menor importância. Após a Proclamação da República, na sequela dos conflitos e perseguições europeias, o Brasil recebeu mais famílias judaicas, hoje integradas e presentes em todos os segmentos da sociedade brasileira. Aos judeus, desde os cristãos novos aos que para cá vieram no séc. XX, o Brasil deve muito.

CARLOS LESSA

Professor Emérito e ex-Reitor da UFRJ

# Judeus-egípcios, imigrantes no Rio de Janeiro

risa fresca do Mediterrâneo. Praias lotadas. Sucos de frutas frescas. Noites estreladas. E harmonizando essas imagens, o cheiro de jasmim perpassa toda Alexandria. Imagens e aromas presentes na memória dos judeus do Egito expulsos de seu país natal após a guerra do Canal de Suez, 1956. Uns 400 vieram para o Brasil, que representava possibilidade de nova vida, com o presidente Juscelino

Kubistchek lhes concedendo vistos. Sem nada planejar, desembarcaram no país que os acolheu, e ao qual permanecem gratos.

No panorama da imigração no Brasil, realizamos pesquisa que estudou os judeus migrados para o Egito, e que, outra vez, trocaram seus domicílios. Imigração compulsória é imposição dolorosa, ainda mais sem motivos palpáveis. Os livros de História contam isso sem detalhes. Mas a história vivida é contada em depoimentos que registram o sofrimento das pessoas que migraram para o Rio de Janeiro. Vieram de Alexandria ou do Cairo, com pouco dinheiro, deixando bens, lojas, sinagogas, clubes e amigos para trás. A história é contada em fragmentos aos mais novos, cada um a sua maneira e dinâmica.

Nosso objetivo foi ouvir os expulsos do Egito no

século XX: sua versão para os acontecimentos, como sentiram a saída e como reconstruíram a vida, a identidade, e o que transmitiram à segunda geração. O grupo estudado considerava o Egito sua terra, pois lá estavam há gerações, tinham passaporte egípcio - cidadania oficial da qual se orgulhavam. Eram cidadãos alexandrinos ou cairotas, com o cosmopolitismo em voga desde o início do século.

Após a guerra, Nasser nacionalizou não só o Canal, mas a população, exigindo que os estrangeiros voltassem a seus países. "Estrangeiros" seriam os judeus, mesmo os com passaporte egípcio, o que suscita um problema: etnia e cidadania são a mes-



Pirâmides de Gizé, próximo ao Cairo, Egito

Joëlle Rouchou

ma classificação? Para resolver esse truísmo, Nasser decretou que os egípcios de fé judaica que "quisessem" sair do Egito abririam mão da nacionalidade.

Perder o direito de ser o que se foi durante anos pareceu-me questão merecedora de um olhar investigativo. Com assinatura forçada, o cidadão se transformava em apátrida, sem documentos, só com um laisser-passer que lhe permitia sair do

país para outro, onde tentaria existir. Vários judeus egípcios se tornaram párias e contaram aos filhos a saga da adaptação ao novo país.

A primeira memória a ser reativada era a minha, pois pertenço ao grupo. Relembrar as histórias ouvidas na infância, que pareciam fantasiosas, com ingredientes orientais: dança do ventre, amêndoas, tâmaras, pôr de sol colorido, areias do deserto, jogos, comidas e muitos perfumes. Muito pouco me foi transmitido. Mesmo a história dos judeus egípcios, a trajetória dos ascendentes até chegarem lá é mistério para todos. Havia relatos de vindas da Rússia, da Áustria, quem sabe com Napoleão Bonaparte, ou pela fuga à Inquisição: saídas da Espanha e travessias do Mediterrâneo.

> Não é privilégio de minha família desconhecer os ascendentes. As dúvidas sobre os avós que

chegaram ao Egito, e de como ali chegaram, é compartilhada pelos entrevistados. Na internet discutem-se árvores genealógicas e ramificações que determinaram sua existência.

Cresci com histórias do Egito: de escoteiros, bandeirantes, do francês como primeira língua, de meus pais falando árabe ou inglês para que não entendêssemos. Meu paladar foi apurado na culinária árabe, as festas judaicas eram comemoradas com pratos árabes, música de odaliscas e sons das mil e uma noites. A condição árabe-judia nunca me pareceu contraditória, mas tudo indica que é. Um Egito tolerante e cosmopolita, um mundo árabe que aceite outra vez os judeus e um Estado de Israel recebendo os palestinos, parece utopia. Serão tais etnias tão inconciliáveis?



## LEITURA, LEITURAS

Ao entrevistar imigrantes e seus descendentes foi possível perceber a integração do grupo ao ritmo do Rio de Janeiro. Construíram novas identidades, incorporando o Brasil, o Rio, a nova língua e os efeitos dessa identidade sobre os filhos. Chegaram, a maioria de navio, por Alexandria/Gênova/Rio. Em geral, vieram por razões aleatórias: precisavam sair e corria o rumor de que o governo brasileiro autorizaria a imigração. Pediram visto à embaixada brasileira no Cairo, apresentaram cartas de convite de amigos aqui instalados, garantindo idoneidade e responsabilidade.

O Rio de Janeiro já era lindo em 1956. Nos anos JK, no pós-guerra, a economia mundial prosperava e a brasileira também. Eram anos de otimismo, a vida urbana crescia, as cidades delineavam novos contornos arquitetônicos e uma nova capital estava sendo construída. "Os cinquenta anos em cinco da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população.", afirma Boris Fausto, na História concisa do Brasil (EdUSP). Modernidades, produtos mais práticos, sintéticos e a televisão entrava nas casas da classe média com progra-

mas e anúncios, dando partida à sociedade de consumo e "turbinas esquentando" a indústria cultural. O Rio com 3,5 milhões de habitantes, dos quais 300 mil estrangeiros, vivia efervescência social, mundana, bailes e festas. "Enfim, uma cidade cercada de bailes por todos os lados. Dançava-se — infeliz de quem não — e a expressão ainda carregava um só sentido. O do bem." (in Joaquim Ferreira dos Santos, *Feliz 1958, o ano que não devia terminar.* Record)

Os anos de gargalhada abriram espaço para a consagração da música popular brasileira, a *Bossa Nova* de João Gilberto. Eram anos de se ler os irmãos Campos, a poesia concreta, João Cabral de Mello Neto, Guimarães Rosa, Fernando Sabino, Rubem Braga. Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha começavam a nova estética cinematográfica, o *Cinema Novo*, inspirado no neorrealismo italiano de De Sica e Rosselini.

Nesse cenário tropical, os primeiros exilados desembarcaram na Praça Mauá, no Centro do Rio, no verão de 1956. Boa parte chega apátrida ao Brasil pela perda de sua nacionalidade egípcia, ou – para alguns – por já viverem apátridas no Egito. Um calor úmido, abafado, bem diferente da brisa fresca do Mediterrâneo que os embalou.

A maioria concentrou-se — após curtos períodos em hotéis do centro da cidade — em Copacabana. Fundaram uma sinagoga na Rua Santa Clara, e depois agregaram-se ao Centro Israelita Brasileiro — CIB, na Barata Ribeiro, que funciona até hoje, congregando outras correntes judaicas. Atualmente, espalharam-se pela cidade sem bairro definido, e não há mais centros específicos de judeus do Egito. Escolhem sinagogas pela linha adotada ou pela proximidade de suas casas.

A preocupação com o trabalho é constante nos relatos. Homens e mulheres encararam a cidade a ser conquis-



Copacabana e Praça Mauá, em 1956

tada, e uma das formas conquistá-la seria pelo emprego, para sobreviver e compreender o novo país.

Hoje todos vivem situação socioeconômica confortável, classe média e média alta urbana. Vieram sem recursos, proibidos de retirar seu dinheiro. Alguns recuperam parte, após entendimentos entre Egito e Israel.

Os cheiros, as ervas – como a meloquia que se transforma em saborosa sopa com forte gosto de alho –, os quibes, *sambucek* ou *burecas*, pasteizinhos salgados de queijo, o

full – favas cozidas para o café da manhã dos egípcios, continuam nas mesas da primeira e segunda gerações de judeus egípcios. Comemoram festas judaicas, como a refeição que quebra o jejum do *Iom Kipur* (Dia do Perdão), misturando pratos árabes e nacionais.

No Rio, discretos, os judeus do Egito quase não se reúnem, como fazem as comunidades de São Paulo, Paris, Genebra, Montreal, que promovem encontros mensais, viagens, noites egípcias, em que recordam suas aventuras. Não, a comunidade daqui dispersou-se, pequenos grupos juntaram-se a brasileiros. Outros se fecharam em suas famílias.

De qualquer maneira, não se manifestaram, nem em 1997, quando dos 40 anos da chegada ao Brasil. Escrever um livro contando as histórias? Impensável. Ninguém imaginou tal ousadia. Em comum, o grupo guarda o mesmo trauma: ter deixado o país natal e se abrigar em outro.

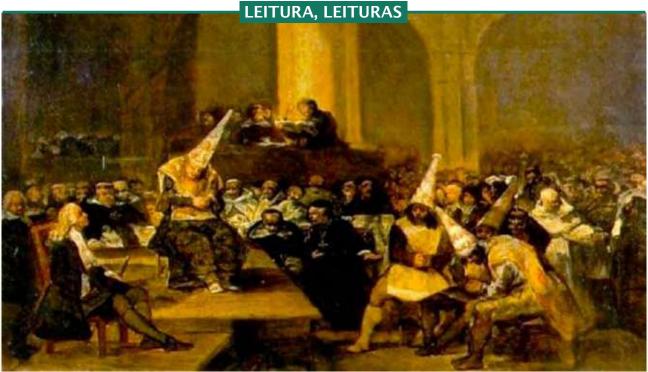
Os imigrantes mantêm forte sotaque francês ao falar português, continuam falando francês em casa, que aprenderam no Egito. Muitos dos filhos dos imigrantes estudaram em escolas bilíngues. A marca do grupo é sua integração ao Rio de Janeiro, aos movimentos sociais, políticos e culturais, nas mais diversas áreas, abraçando o cosmopolitismo e a convivência longamente exercida nos tempos egípcios.

## Joëlle Rouchou

Jornalista

Pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa Autora de *Samuel: duas vozes de Wainer* (UniverCidade, 2003)

\* Baseado na tese de doutorado sobre a imigração dos judeus do Egito no Rio de Janeiro, anos 56/57, publicado em *Noites* de verão com cheiro de jasmim (FGV, 2007)



O tribunal da Inquisição. Goya, 1816. Real Academia das Bellas Artes de San Fernando, Madri

## Hereges no Rio de Janeiro colonial

Nireu Cavalcanti

Voltar 300 anos na história de nossa cidade e de sua população para penetrar nos cárceres do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa é constatar os malefícios da intolerância, do autoritarismo, do preconceito e do aparelho repressivo e torturador do Estado ou de grupos, que dominam e impõem suas pretensas verdades à sociedade.

A instalação, eficácia e permanência, por período às vezes longo – como a Inquisição – de tais estruturas repressoras se dão pela conjugação de intelectuais que formulam as bases estruturantes e ideológicas da proposta; montagem de meios físicos para seu funcionamento; criação de aparelho repressor e fiscalizador, com quadros preparados e convictos de seu papel em defesa dos valores e permanência da instituição que representam e, principalmente, oficialização e incentivo, até pecuniário, à delação, agravando-se quando obtém o apoio da maioria da sociedade, seja por comungar com esta política, seja por omissão ou medo.

A Santa Inquisição foi implantada em nome de Deus e dos dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana. Por tais parâmetros, surgiram nas masmorras da Inquisição, palcos de torturados e execução de condenados, muitos deles inocentes.

Semelhantes perseguições repetiram-se, no século XX e repetem-se no XXI, em nome de ideologias políticas, preconceitos raciais, sexuais e de gênero. Vingaram nos regimes comunistas, nazistas, fascistas e prosperaram nas ditaduras de todos os matizes ideológicos: no *apartheid*, nas colônias europeias na África e Ásia, nos governos teocráticos, nas "democracias" que dividem seu povo em etnias, ricos e pobres e em letrados e analfabetos. No Brasil, tivemos

tribunais semelhantes nas ditaduras de Vargas (1930-45) e dos militares, de 1964 até a Anistia (1979).

O Tribunal do Santo Ofício surge em 1233, com o papa Gregório IX, a pedido de Domingos de Gusmão, criador da Ordem dos Pregadores (intelectuais esmerados em teologia), depois Ordem Dominicana. Na Bula, o papa manda erradicar os hereges do mundo católico. No início, o Tribunal atuava sem consultar o bispo da jurisdição, o que foi revogado por Gregório X, 1273.

Na Espanha, o Tribunal começa no reino de Aragão, 1238. Após a unificação dos reinos, o papa Sisto IV, em Bula de 1478, reuniu os Tribunais sob uma direção, cabendo aos dominicanos serem os inquisidores. Em 1482 os sete inquisidores eram comandos por Tomás Torquemada, implacável perseguidor de hereges, principalmente judeus. Dez anos após, funcionavam na Espanha oito Tribunais. Na América espanhola instituíram-se no México e no Peru (1570) e em Cartagena (atual Colômbia), em 1608.

A Inquisição portuguesa data de 1536, no reinado de D. João III e papado de Paulo III. Mas o padre Raphael Bluteau, em verbete no *Vocabulario Portuguez e Latino* (1717-25), diz: "El Rei D. João Terceiro alcançou a concessão dele [o Tribunal da Inquisição] primeira vez do Sumo Pontífice Clemente VII, no ano de 1531. Foi reduzido à forma, que hoje tem, pelo Sumo Pontífice Paulo III, no ano de 1536, à instância do mesmo Rei". Registre-se a dúvida!

Portugal, em 1540, tinha três Tribunais: Lisboa, o central, com o bispo Inquisidor Geral, seis inquisidores no Conselho Geral da Mesa Grande e três na Pequena; os de Évora e de Coimbra. O de Goa, Índia, data de 1560. Processos no Brasil eram responsabilidade de Lisboa.

## PERSEGUIÇÃO A JUDEUS E A CRISTÃOS-NOVOS

Na Espanha, a perseguição a judeus começou na Andaluzia, 1483, em Aragão, 1486, e, em toda ela, em 1492. Exigia-se que os judeus renegassem o judaísmo e se convertessem ao catolicismo, pelo batismo, aprendizado e obediência às regras da Igreja. Quem se negava era expulso, muitos foram para Portugal.

No batismo, os judeus espanhóis mudavam seus sobrenomes e eram registrados como *cristãos-novos*, diferenciando-se dos cristãos-velhos, sendo vigiados por autoridades e demais católicos, para identificar práticas judaizantes. Não sei como espanhóis e portugueses registraram os descendentes dos convertidos, pois nunca encontrei nos registros de batismos, casamentos e óbitos no Brasil o termo cristão-novo!

Igual perseguição sofreram os judeus refugiados em Portugal, pelo rei D. Manoel I, desde 1496. Os que mantinham a religião, ao saírem de Portugal tiveram os filhos sequestrados, batizados e enviados para a ilha de São Tomé, com degredados e escravos, totalizando 2 mil jovens. A ilha no Golfo da Guiné, do donatário Álvaro Caminha, era inóspita, cheia de feras, e se tentara povoá-la sem sucesso. Os sobreviventes – uns 600 – se miscigenaram, gerando parte da atual população de São Tomé e Príncipe.

## INQUISIÇÃO NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO

A primeira visita do Santo Ofício ocorreu na Bahia, dirigida pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, 1591. No Nordeste (1618-21), pelo visitador Marcos Teixeira, e por Geraldo José de Abrantes, 1763-69.

Na capitania do Rio de Janeiro, a primeira ocorre à passagem do inquisidor apostólico dos reinos de Angola, Congo e Estado do Brasil, Luiz Pires da Veiga, 1627, que

nomeou o alferes da fortaleza de Santa Cruz, João Gonçalves de Azevedo (cristão-velho), tesoureiro do Fisco Real, pois aqui não havia funcionário com tal encargo, apesar das "confiscações e por não haver tesoureiro recebeu o Fisco muita perda", documento assinado no RJ pelo secretário da Inquisição, frei Paulo de São Martinho.

Ilustrando as perseguições, destacamos o processo de Isabel Mendes, montado por Luiz Pires da Veiga, no Rio, mas extraviado. Moradora no Rio e casada com o mercador Luiz Peres (cristão-velho), foi presa acusada de judaísmo. O navio que a levava para Lisboa foi atacado por piratas holandeses e os prisioneiros deixados na cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, nos Açores.

Isabel entrou no cárcere da Inquisição em 10 de janeiro seguinte. O inquérito durou de 1627 a 34. No início, negou as acusações, afirmando que ela e o marido eram cristãos-velhos. Provavelmente, após as torturas a que eram submetidos os réus, ela teve acessos de loucura e foi para o hospital de alienados. De volta ao cárcere, os médicos declararam que ela fingia! Processada como herege, reconheceu as culpas, pediu perdão e a pena foi amenizada.

Isabel era alfabetizada e escrevia bem, com razoável grau de instrução, letra firme e bonita assinatura; no final do processo esta aparece trêmula, quase uma garatuja. Sinal da perda da saúde física e mental.

Entre 1660-87, foram presos pela Inquisição no Rio, acusados de judaísmo: Diogo da Costa e Anna da Costa; por bigamia: João Martins, José Mendes da Costa, Felix Corrêa de Castro, Manoel da Silva, Luiz da Costa; e os padres João de Moura Fogaça e Francisco Gomes Sardinha, de Campos dos Goytacazes, que exorbitaram suas autoridades sacerdotais.

Por fim, registramos o primeiro carioca preso e acusado de judaísmo em 1619: Diogo Teixeira de Azevedo, solteiro, 28 anos, filho de Álvaro Fernandes Teixeira e Maria de Azevedo. morador em Lisboa.

#### A FAMÍLIA XIMENES

Segundo Lina Gorenstein, entre 1700-30, foram denunciados 392 moradores do Rio "pelo crime de heresia judaica, sendo 164 mulheres e 228 homens". A principal denunciante foi Catarina Soares Brandoa (ou Brandão), ex-moradora da cidade que estava em Lisboa (1706). Ela se apresentou ao Tribunal para denunciar umas 80 pessoas das famílias Barros, Paredes, Montarroyo, Sousa, Ximenes, e outras.

A delação foi usada por frei Agostinho de Santa Maria, em seu texto *Santuario Mariano, e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora*, Lisboa, 1723. Escreveu que a igreja e santuário de Nossa Senhora da Ajuda fora

reduto de cristãos-novos.

Die Inquisition in Portugall, Alain Manesson Mallet, Frankfurt, 1685

dec Inquisition in Portugal

Antigamente teve esta soberana Senhora muito grande culto, e foi servida com muita grandeza porque os Cristãos novos, de cujos corações não acaba de cair aquele véu de sua obstinação, que os tem cegos para não acabarem de conhecer a verdade da Fé; os quais, ou por enganarem os verdadeiros e fiéis Cristãos, limpos daquele péssimo sangue, ou por se justificarem, lhe faziam grandes festas, e lhe solicitaram um solene Jubileu, que chamava à sua celebridade todos os povos circunvizinhos. Mas entendendose depois a sua maldade, e que eles a dedicavam a certa Maria de Judá, se diminuiu aquele antiao concurso e também a festividade. E hoje [1713] se lhe faz somente uma simples festa no seu dia. Mas a Senhora ainda pode obrar muitas maravilhas, não só para despertar os Fieis, e verdadeiros católicos, mas para desenganar aquela pérfida gente de sua obstinada cegueira.

A família Ximenes, cujo patriarca era o capitão José Corrêa Ximenes, nascido em Lisboa por volta de 1624, chegou ao Rio de Janeiro em 1648, falecendo em 1699. Em Portugal, fora soldado e promovido a capitão quando veio para cá com o capitão Antônio de Sá da Rocha. Chegando à cidade, embarcou na esquadra do general Salvador Corrêa de Sá, para retomar Angola dos holandeses.



Auto de fé, Plaza Mayor de Madrid. Francisco Ricci, s/d

Em 1652 voltou ao Rio, e em 1654 casou-se com a carioca Maria de Marins, filha de João Varela e de Bárbara

José Ximenes conseguiu o posto de escrivão dos órfãos, sesmarias, dos defuntos e ausentes e foi agraciado (1666) com um ofício de Tabelião do Judicial e Notas no Rio, postos que denotavam sua "pureza de sangue" e descendência de titulados de Portugal. Quando adoeceu e "deitou muito sangue pela boca", pediu ao rei para nomear o filho, João Corrêa Ximenes, seu substituto no Cartório do 4.º Ofício de Notas, onde passou a trabalhar.

Ximenes, o pai, atuou num processo, 1695, tomando atitude que o prejudicou e aos seus: denunciou o vereador João Monteiro da Fonseca, juiz ordinário, como manipulador da devassa sobre o assassinato de Francisco de Barros, mestre de açúcar. Corria que o crime fora encomendado por D.a Águida Pimentel, viúva de Aleixo Vaz a empregados de seu engenho.

Chegando ao Rio (1696) o Ouvidor-Geral, Manoel de Sousa Lobato, recebeu José Ximenes, narrando que Monteiro recebera 100 mil-réis para manipular o processo. Subornara testemunhas e lhe oferecera dinheiro para participar da corrupção. Negando-se, fora ameaçado, mas temendo represálias cedeu, recebendo 30 mil, entregues ao ouvidor Lobato.

A pedido do Ouvidor, Ximenes escreveu a denúncia, apontando como matador Gregório de Oliveira. Manoel Lobato fez relatório, anexou a carta de Ximenes, e pediu ao rei para refazer a devassa. Aguardando a autorização, o ouvidor investigava os envolvidos, sobretudo Gregório de Oliveira, suspeito de viver amancebado. Percebendo a estratégia de Lobato, o juiz Monteiro fugiu da cidade e o assassino passou a ameaçar o ouvidor.

Por envolver pessoas importantes do Rio de Janeiro, o processo correr no Conselho Ultramarino e tornar-se pública a denúncia de Ximenes, ele ganhou muitos inimigos. Seus filhos José e João Corrêa Ximenes e familiares foram vítimas do Santo Ofício, provavelmente por relação com esse processo do pai.

José Corrêa Ximenes foi preso como cristão-novo (1712) e ficou com a esposa nos cárceres de Lisboa até 1716. João Corrêa Ximenes (filho), batizado em 1656, além do tabelionato, tinha um engenho na freguesia de São João de

Cardoso (ou Figueira), José Corrêa Ximenes, com 32 anos e Joana Corrêa Ximenes 30, também foram presos, em 1713 e 14.

A família de João Ximenes, duramente atingida no processo, teve os bens confiscados, foi obrigada a morar em Lisboa e a usar, em público, o hábito penitencial perpétuo dos condenados pelo do Santo Ofício até falecerem.

Meriti. Casado com

D. Brites de Pare-

des, filha de Agostinho de Paredes e

D.a Ana de Azeredo

Coutinho (condena-

dos como cristãos-

novos). O filho do

casal, João, foi pre-

so pela Inquisição

(1723) e condenado

por heresia judaica. Dois filhos ilegíti-

mos de João, quan-

do solteiro, com a

Bernarda

mulata

Além do 4.º Ofício de Notas, o casal perdeu na cidade do Rio um sobrado na Travessa da Cruz (hoje Rua do Ouvidor), casa térrea no morro do Castelo, dez escravos, o engenho em São João de Meriti, com maquinaria e equipamentos, 20 escravos, animais, o canavial e uma chácara no Catete, adquirida, em leilão por André Nogueira Machado (que deu nome ao Largo). No século XIX, a chácara foi comprada, por D.a Carlota Joaquina, ficando conhecida como Chácara da Rainha.

Que o *Dragão da Maldade* não ressurja – protegido por armadura e bandeiras religiosas, políticas, econômicas, étnicas e preconceitos de qualquer espécie - sobre a querida Cidade Maravilhosa e seus moradores.

#### Sugestão de Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Inquisição em Portugal (também no Brasil) http://digitarq.dgarq.gov.pt

BAIGENT, Michael e LEIGH, Richard. A inquisição. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

DINES, Alberto. Vínculos do fogo: Antônio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1992

LIPINER, Elias. Os batizados em pé. Lisboa: VEGA, 1998.

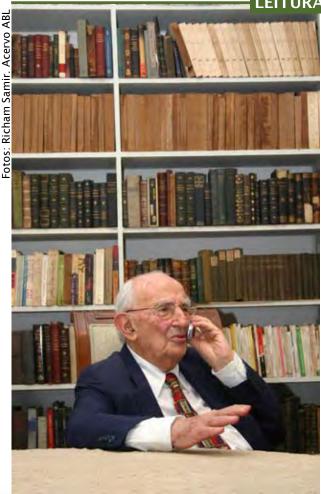
SILVA, Lina Gorenstein Ferreira da. Heréticos e Impuros: a Inquisição e os cristãos-novos no Rio de Janeiro - século XVIII. Rio de Janeiro: Secr. Municipal de Cultura, 1995.

A Documentação Inquisitorial como fonte para a Genealogia. In: http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/mode/851

VAINFAS, Ronaldo (Coord.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

## NIREU CAVALCANTI

Arquiteto e Historiador Professor na Pós-Graduação da escola de Arquitetura e Urbanismo/UFF



José Mindlin e seus livros

uceder a José Mindlin é algo que me toca profundamente. Nossa amizade iria comemorar em breve as bodas de ouro de uma convivência amável e fraterna. Desde sua eleição, costumava dizerme, quando neste recinto nos encontrávamos: "Quero vê-lo aqui – e acrescentava – de preferência com o meu voto." Deu-me a sua vaga.

Não se pode falar de José Mindlin sem falar de Guita. Formaram um só ser em duas pessoas distintas desde o dia em que, ainda estudantes, não sabendo Guita, referindo-se às facções políticas universitárias que disputavam a sua adesão, a que partido filiar-se, recebeu do colega José a proposta de filiar-se a ele próprio. Viveram casados e complementados por quase 70 anos. A perda da companheira, dias depois de sua eleição para esta Academia, levou-lhe o gosto de viver que sempre havia caracterizado aquele que "nada fazia sem alegria", divisa retirada de Montaigne – *Je ne fay* rien sans gayeté - que José tomou como ex-libris de sua famosa biblioteca, porque era sua palavra de vida. Guita e José Mindlin. Seus nomes continuarão unidos, como queria José, prolongando a união exemplar de suas existências, na Biblioteca que será conservada no campus da USP para abrigar a magnífica Brasiliana que ele, com seu tino para encontrar a obra rara e sua persistência para adquiri-la, conseguiu reunir num trabalho de mais de sete décadas.

# José Mindlin, uma vida entre livros\*

## GERALDO HOLANDA CAVALCANTI

São conhecidas as muitas histórias relacionadas à constituição da biblioteca Guita e José Mindlin que não vou aqui evocar, pois, com graça e humildade, o próprio José inúmeras vezes as reconstituiu em documentos publicados, entrevistas concedidas, e resumiu na obra Uma vida entre livros. Documentos fundamentais para conhecer algumas das descrições episódicas de momentos grandiosos de sua vida de colecionador encontram-se, igualmente, no catálogo da exposição de 110 exemplares de sua coleção no Museu Lasar Segall, em São Paulo, realizada em 1999, que os cariocas puderam ver, depois, no Museu da Chácara do Céu, e, com perfeita memória e rara erudição, ele próprio anotou na monumental obra editada pela Biblioteca Nacional, por ocasião dos seus 90 anos, Destaques da Biblioteca InDisciplinada de Guita e José Mindlin. O que quero ressaltar neste momento é o inabalável bom humor com que sempre relatou suas aventuras e desventuras como colecionador de livros.

Diferentemente de seus congêneres mais célebres, José não era um bibliômano, mas autêntico bibliófilo. Amava os livros e com eles convivia. Dizia que sua biblioteca era indisciplinada. Não era. Ou o era apenas no sentido de que construí-la não obedecia a um programa. Seguia o que ele chamava de vertentes, linhas de interesse que por vezes se desdobravam, por vezes se extinguiam. A vertente Brasil, por exemplo, se ramificou em Literatura, História, Viagens, História Natural, Arte etc., como disse no seu discurso de posse nesta Academia, e incluímos no seu "etc." a Poesia, que sempre teve um lugar muito especial entre os seus livros. Vertentes subsequentes foram, por exemplo, as obras de referência, a história do livro e as artes gráficas, inclusive a tipográfica, ou a do livro em si, como objeto, em particular pela arte da encadernação. Novas vertentes surgiam constantemente, a dos periódicos, a dos manuscritos originais, a de roteiros cinematográficos, a da literatura de cordel, e as de cartas, dedicatórias, provas tipográficas, proclamas, alvarás, documentos históricos da Imprensa Régia, mapas, calendários, catálogos, regimentos de irmandades, catecismos, enfim toda sorte de "papéis velhos" originais que pudessem ser úteis ao pesquisador da história literária, política e social do Brasil.

Não tinha corretores, book dealers, para alertá-lo ou substituí-lo. Cada livro adquirido foi por ele examinado, apreciado para ter a certeza de que seria bem acolhido, pelos demais, na biblioteca, como se merecesse a sua companhia. E cada um foi, ou era, frequentemente visitado, folheado, contemplado, e, sempre que possível, lido. Não os lia todos. Seria impossível. Desejo talvez não lhe faltasse. Dizia que, ao adquiri-los, tinha pelo menos a intenção de lêlos. E chamava de "loucura mansa" o que reconhecia ser seu vício incurável: comprar livros. Loucura, talvez, mas havia método em sua loucura.

Alberto Manguel faz uma distinção entre bibliotecas com livros entronizados e bibliotecas

com livros lidos. A de José Mindlin não tinha livros entronizados. Mesmo as joias da coroa estavam expostas à consulta do leitor interessado, ele próprio em primeiro lugar, que as visitava regularmente, e a quem quer que se beneficiasse de sua generosa acolhida para realizar trabalhos de pesquisa. Sua enorme biblioteca surgiu, aliás, como um produto quase diria secundário do seu amor pela leitura. Ele próprio o diz ao evocar o nascimento de sua coleção a partir da leitura de obras específicas que o levavam a procurar outras obras do mesmo autor e depois obras sobre aquele autor e assim por diante.

Mindlin costumava dizer que não tinha tempo para ler os bons livros porque existiam os ótimos, citando, e propositadamente distorcendo, uma *boutade* de Thomas Mann. E não era verdade, pois ele próprio se orgulhava de haver feito belas descobertas através da leitura de autores desconhecidos que lhe chegavam às mãos pelo acaso.

Gostava de ler em voz alta. "Para mim – escreveu – "a poesia é, de certo modo, uma partitura cuja musicalidade só a leitura em voz alta faz aparecer". Guita era sua ouvinte predileta, porque constante e sempre atenta. Fazia-o com uma evidente satisfação e orgulhava-se de sua voz. Sua impostação solene e cadenciada pareceu-me, à primeira vista – ou devo dizer à primeira audiência – datada, mas vim a descobrir, depois, que devia estar impregnada no seu gene russo, pois era a mesma entonação que encontrei nas gravações de Ana Akhmátova ao ler os próprios poemas.

Do amor e do carinho que tinha pelos livros dizem muito as palavras com que procura justificar-se perante os que não foram selecionados para figurar na exposição do Museu Lasar Segall ou entre os *Destaques* 



Mindlin com fardão, no dia da posse na ABL, 20/06/2006

da edição da Biblioteca Nacional, seleções que teve que fazer enfrentando "muitas ciumeiras e muitas queixas" dos livros que delas foram excluídos.

A imagem de José Mindlin está associada ao livro, à biblioteca. Mas Mindlin foi muito mais do que o bibliófilo. Foi o empresário sempre disposto a pôr a sua empresa a serviço das artes, o editor, o incentivador da esposa no árduo e exigente trabalho de restauro de livros e obras de arte, o administrador vigilante da proteção do patrimônio cultural quando em cargo executivo no estado de São Paulo, o zelador dos manuscritos de grandes escritores brasileiros e o mecenas para a divulgação desse patrimônio.

Em 2004, para comemorar os seus 90 anos, a EDUSP, da qual era Mindlin o presidente da Comissão Editorial, decidiu publicar uma obra que

fizesse recordar os livros dos quais houvesse sido ele editor, co-editor ou patrocinador, muitas delas publicadas pela Metal Leve, ao tempo em que ele presidiu a famosa empresa produtora de autopeças, por ele mesmo fundada. Sob protestos do homenageado, a EDUSP produziu o catálogo José Mindlin, Editor, preciosa recapitulação de um dos aspectos mais fascinantes da obra de José, infelizmente só conhecida por um número reduzido de seus amigos e dos beneficiários de seu generoso apoio e interesse pelas artes gráficas aplicadas ao livro. São 60 obras de primoroso acabamento gráfico, a primeira das quais, as Elegias de Duino, de Rainer Maria Rilke, em tradução de Diva Ferreira da Silva, foi publicada em 1951. Mas não data daí a incursão inicial de Mindlin nas artes tipográficas. Aos 14 anos de idade, já demonstrara sua preocupação com a qualidade da impressão como editor da revista Rio Branco, que levava o nome da escola em que estudava em São Paulo. Na década dos 50 colaborou estreitamente com o grupo pernambucano Gráfico Amador cuja atuação revela uma das páginas mais originais da arte gráfica no Brasil. E aqui não posso deixar de evocar a figura fidalga de Aloysio Magalhães, seu grande animador, tão prematuramente desaparecido, morto em Veneza como Aschenbach – enquanto defendia, em reunião da UNESCO, a inclusão de Olinda na Lista do Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. A partir da década dos 60, de início em colaboração com Gastão de Holanda, ex-participante do grupo Gráfico Amador, no Recife, primeiro, e no Rio de Janeiro depois, inicia um projeto ao qual estarão associados os nomes de João Câmara, João Cabral de Melo Neto e Haroldo de Campos, este como tradutor de Octavio Paz. As publicações



Mindlin entre os confrades da ABL

patrocinadas pela Metal Leve terão um destino mais especial: reeditar, em edições fac-similadas, revistas e livros tornados raridades, relativos, sobretudo, ao período modernista nas letras nacionais. Assim ressurgem A Revista, de Carlos Drummond de Andrade, a Revista Anual do Salão de Maio, de Flávio de Carvalho, a revista Verde, do Grupo de Cataguazes e a Revista de Antropofagia, consequência e seguimento do Manifesto de Oswald de Andrade. Durante sua breve passagem como Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, a par de uma atividade administrativa rigorosa de desburocratização dos processos da Secretaria, criacão de projetos de preservação do patrimônio cultural, estruturação da carreira de pesquisador, dirigiu, ainda, a publicação de uma vintena de livros em co-edições, uma bibliografia de editor bissexto, como se intitulava, que encheria de orgulho qualquer casa editorial.

Como preservador e difusor da cultura nacional, permitam-me introduzir aqui uma palavra de louvor e reconhecimento pela contribuição inestimável por ele prestada à União Latina, ao tempo em que eu a tinha a meu cargo, para a realização do que foi a maior e mais bela exposição da arte barroca brasileira jamais realizada no exterior, entre 1999 e 2000, no *Petit Palais* de Paris, intitulada *Brésil Baroque — Entre Ciel et Terre*, com a apresentação de mais de 600 obras de arte de coleções oficiais e particulares do Brasil inteiro. Sem sua mediação para a obtenção dos recursos necessários a essa prestigiosa apresentação, a exposição possivelmente, não teria chegado a realizar-se.

Escreve Mindlin na introdução aos *Destaques*: "Não tenho o fetiche da propriedade, porque, em matéria de raridade, considero-me mais um depositário do que um proprietário, uma vez que, para mim, o outro

papel da biblioteca, além da leitura, é o da preservação da cultura — a gente passa, mas os livros ficam". Há cerca de um ano, dizia numa entrevista ao jornal Estado de São Paulo: "Nunca me considerei o dono desta biblioteca. Eu e Guita éramos os guardiães destes livros que são um bem público". E isso demonstrou, exemplarmente, ao doar os 26.000 livros que consistem a sua Brasiliana, a maior parte de sua biblioteca, à Universidade de São Paulo, num digno e raro exemplo de mecenato no Brasil, último grande gesto de um grande homem, um grande brasileiro.

Cito mais uma vez Alberto Manguel, que de livros e bibliotecas muito sabe: uma biblioteca é "um monumento incumbido de derrotar a morte". Guita e José derrotam a morte ao ficarem recebendo com seus nomes no portal da futura biblioteca que abrigará os seus livros no campus da USP, por muitos e muitos anos, muitíssimos espero, todo aquele que neles for buscar inspiração e sabedoria.

Antonio Cândido observa com precisão que quando um homem é capaz de combinar harmoniosamente os traços de inteligência e sensibilidade demonstrados por José Mindlin para construir ao longo da vida uma biblioteca valiosa, "vai além da categoria de colecionador e se torna plenamente o seu autor, como um escritor é autor daquilo que escreve". Assim soube nele reconhecer a Academia Brasileira de Letras ao elegê-lo em 2006. Homem de letras no sentido mais amplo da palavra, homem da palavra no sentido mais amplo do termo.

GERALDO HOLANDA CAVALCANTI

Poeta, ensaista, memorialista Ex-embaixador junto à UNESCO e à União Européia Membro da Academia Brasileira de Letras \* Excerto do discurso de posse na ABL - 18/10/10



Paulo e Nora Rónai na Pensão Less. Álbum de família

# Recordando Paulo Rónai\*

JEAN-MICHEL MASSA

encontro com Paulo Rónai data de minha primeira travessia do Atlântico em 1960, há exatos 50 anos. Desde então permanecemos sempre amigos, até seu desaparecimento, em 1992. Paulo, nascido em Budapeste, 1907, chegara ao Brasil em 1941, naturalizando-se em 1945.

Na verdade, não me recordo como nos conhecemos. Minha vinda ao Brasil estava ligada às duas teses que preparava sobre Machado de Assis, e o Rio era destino obrigatório. Paulo Rónai, eminente francófilo, professor titular desde 1958 do célebre Pedro II, soube da chegada deste então jovem francês em sua terra de exílio. Mal nos conhecemos, convidou-me a ir à sua casa na Décio Vilares, onde morava com a mulher Nora, italiana de Trieste, exilada também, e as filhas Cora e Laura.

Homem de contatos, imediatamente fez-me conhecer numerosos amigos seus, dos quais destaco apenas Aurélio Buarque de Hollanda e Antônio Houaiss – que me fizeram descobrir o encanto de fabricar dicionários, prelúdio e trampolim para os três "irmãos" que concebemos e realizamos em Rennes sobre as particularidades da língua portuguesa escrita em Guiné-Bissau (1991), São Tomé e Príncipe (1996) e Cabo Verde (2001).

Rónai contou-me como, jovem romanista em Budapeste, judeu húngaro, teve de fugir de seu país e vir para o Rio. Mas no Brasil de Vargas, hesitava-se entre Aliados e Alemães, pois, desde o séc. XIX, uma grande colônia alemã vivia no sul do país, nela havendo numerosos nazistas.

Ele teve que lutar muito nos primeiros tempos. Com vários e discretos silêncios, homem de letras que delas vivia, contou-me os difíceis anos iniciais, registrados em *Como aprendi o português e outras aventuras*, 1956.

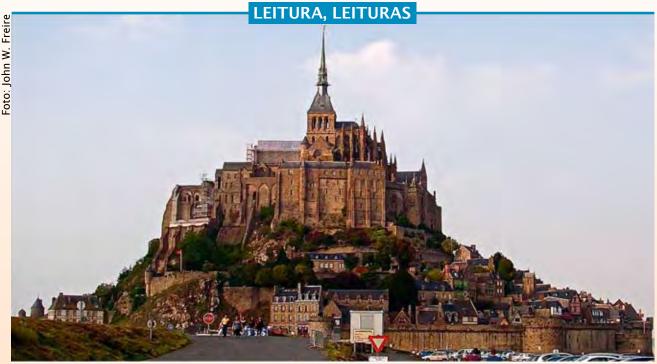
O que sempre me surpreendeu neste humanista foi sua capacidade de seguir facilmente diferentes e numerosas vias. Especialista em literatura francesa – uma de suas atividades no Pedro II — e falando e escrevendo perfeitamente francês, dedicou-se à tradução, em português do Brasil, de *La Comédie Humaine*, de Balzac, com dezessete volumes. Mas jamais esqueceu sua pátria de origem, daí a *Antologia do conto húngaro*, em 1956.

Este mestre, *expert* em tradução, transmitiu seu saber, sua experiência em várias obras, especialmente em *Escola de tradutores* (1952), não se restringindo ao campo prático da tradução. Pioneiro na reflexão sobre o ofício no Brasil, e militando pela classe de tradutores, atividade não reconhecida como profissão àquela época, fundou em 1974 a Associação Brasileira de Tradutores, sediada no Rio de Janeiro.

Ele apreciava falar de tradução, de traductologia, mantendo permanente correspondência com Jean Maillot, diretor da redação de *Traduire*, serviço da célebre *Societé Française des Traducteurs*, a quem me fez conhecer. Velho militar, apelidado *Commandant*, era um pouco seu irmão mais velho, pois nascera em 1904. Não por acaso, a editora Delta confiou-lhe dirigir a edição e a tradução no Brasil dos 60 premiados pelo Nobel de literatura.

Outros desafios: dois dicionários – o Português-Francês/Francês-Português e o Dicionário universal Nova Fronteira de citações (1985), com várias edições, revistas e ampliadas. Embora existissem dicionários da língua portuguesa no Brasil e do Brasil, os de Antenor Nascentes e de seu amigo Aurélio, não havia um bilíngue como o seu.

No de citações, o autor mais presente é Shakespeare, com cerca de 300 referências. Paulo lia – seria exagero dizer todas as línguas... – mas conhecia perfeitamente o italiano, que havia estudado em Perugia, o espanhol, o alemão (segunda língua da Hungria), o inglês, o grego, e o latim, que ensinava desde sempre. Nada espantoso para um homem de cultura universal, o que era raro habitualmente, mais ainda no Brasil.



O Mont Saint-Michel, que tanto encantou Rónai, no limite entre a Bretanha e a Normandia

Voltemos ao latim. Na Hungria, em 1939 – sem contar dois volumes ligados ao Brasil, uma *Antologia da poesia brasileira moderna*, e uma tradução em português de Ribeiro Couto, que conhecia bem, pois este era à época diplomata em Zagreb e circulava pela Europa, notadamente na Bretanha –, havia publicado, também, em húngaro, uma antologia de poesia latina.

Vale lembrar sua obra, digamos, brincalhona: Não perca o seu latim (1980), com a introdução provocadora "este livro se destina aos que não sabem latim"..., de vez que o aprendizado desta língua estava perdendo a vitalidade. Ele reúne milhares de citações colhidas nos melhores autores, traduzidas, comentadas e explicadas, frequentemente com humor. E bebe até na fonte das encíclicas, cujas citações são numerosas. Judeu não praticante, Paulo não era anticlerical. Só destacarei Ave, Caesar! Mas tenho vontade de acrescentar Ave, Paulus! Como em quase todas suas obras, uma palavra de agradecimento a Aurélio, por sua "revisão criadora".

É difícil contabilizar o número de obras, ensaios, estudos que ele publicou, sem contar os que dirigiu, como as do prêmio Nobel. No barato, mais de cinquenta, além das colaborações, aqui na França ou no Brasil. Sem contar, tampouco, os inumeráveis artigos publicados na imprensa, em grandes jornais do Rio e de São Paulo.

Ainda uma lembrança, não sobre Machado de Assis, minhas pesquisas e publicações: Paulo sempre as leu antes de eu as editar. Essa diz respeito à edição bilíngue, com tradução minha da obra *Reunião*, de Drummond, publicada na França. Eu conhecia o poeta, que encontrava regularmente nos *Sabadoyles* quando estava no Brasil. Mas Carlos Drummond de Andrade era pou-







co falante. Admirava suas crônicas e ainda mais sua poesia, leve e profunda. Desejava realizar, com sua obra poética (infidelidade minha a Machado...), uma edição na Aubier Montaigne, que criara uma coleção bilíngue, na qual, entre as muitas línguas, nada havia em português.

Paulo foi o articulador da negociação. A Aubier Montaigne aceitou, e o projeto foi revisto pelos dois *experts* – Paulo e CDA. No prefácio, meus agradecimentos a eles: "Mes remerciements s'adressent au poète qui m'a autorisé à présenter en France une partie de son oeuvre, et à mon ami Paulo Rónai qui a relu et améliorer la traduction...".

Inserida na Seleta em prosa e verso, sobre Drummond, Ed. José Olympio, feita por Gilberto Mendonça Teles, em 1971, a gentil palavra de CDA: "Caro amigo Jean-Michel Massa, recebi as novas traduções. Seu trabalho, como sempre, admirável, muito me tocou."...

A cada viagem ao Brasil, Françoise e eu encontrávamos Paulo e Nora em Nova Friburgo, onde passávamos dias no maravilhoso sítio *Pois é*, no qual viviam – paradoxo para os trabalhadores que eles eram – numerosas preguiças. Paulo retornou muitas vezes à Europa e, lógico, a Rennes, na Bretanha, pois, para ele, eu era como um filho espiritual.

## IEAN-MICHEL MASSA

Doutor em Literatura Brasileira Ex-diretor do Departamento de Português da Université de Rennes II - França Autor, dentre outros, de A juventude de Machado de Assis (1839-1870): ensaio de biografia intelectual (ed.UNESP)

\*Traduzido do francês por Helenice Valias

# Adolpho Bloch: mais de um século depois

Murilo Melo Filho

dolpho Bloch teria completado 102 anos no último dia 8 de outubro, porque nascido em 1908, na cidade de Jitomir, Ucrânia, naquele tempo parte do Império Russo.

Em 1917 tinha nove anos quando ocorreu a Revolução Comunista, precedida pela queda da secular dinastia dos Romanoff e do Czar Nicolau II, e da curta interinidade do governo de Kerensky, cujo dinheiro era impresso na tipografia da família Bloch. (Adolpho reconheceria, brincando, que Bloch imprimindo dinheiro do governo só podia redundar em revolução).

Mudando-se para Kiev, onde continuavam os pogroms (perseguições e violência contra judeus) e a instabilidade

política, os Bloch perderam o apartamento e a litotipografia, desapropriados pelos comunistas. Em 1921, em fuga para Odessa num trem de carga, soldados lhes tomaram os bens que levavam. Saindo da Ucrânia, atravessaram a Romênia e chegaram a Constantinopla (Turquia), na data dos treze anos de Adolpho. Dali foram para Nápoles, onde ele trabalhou como lanterninha num cinema, e em seguida viajaram para o Brasil, na terceira classe de um navio, em dezembro daquele ano.

Chegando ao Rio, instalaram-se na Aldeia Campista, 1922. O destino final dos Bloch não era o Brasil, que lhes serviria como simples passagem, e sim os Estados Unidos. Estavam juntando dinheiro para a viagem a Chicago. Quando já moravam no Boulevard 28 de setembro, em Vila Isabel, assistiram a um desfile de blocos carnavalescos e a uma batalha de confete. Então o velho pai, Joseph, reuniu a



Adolpho Bloch. S/d

família e decidiu: "Um povo como o brasileiro, que canta e dança na rua, deve ser um povo muito bom. Vamos ficar por aqui mesmo".

E foi assim que os Estados Unidos perderam para o Brasil aquela família de imigrantes russos. Foi assim também que o Brasil ganhou Adolpho Bloch para sempre.

Sua precária e incipiente gráfica perambulou por vários endereços, imprimindo de segunda a sextafeira revistinhas infantis da Brasil-América, de Adolfo Aizen, e da Rio-Gráfica, de Roberto Marinho. Ficava ociosa aos sábados e domingos. Aí residiam o vácuo e a folga de que Adolpho precisava para realizar seu sonho de ter uma revista semanal em cores, nos moldes de Paris-Match, com o nome de Manchete, que foi publicada de 1952 a 2000.

Em 1958, Bloch resolveu apoiar a construção de Brasília. Data daí sua amizade com o Presidente Juscelino Kubitschek - IK. E Manchete cresceu na onda de Brasília. JK e Adolpho se uniram e se identificaram porque havia muitas crenças em comum: a pressa em fazerem as coisas e a mesma linguagem de otimismo e de confiança no Brasil. Aqueles cinco anos do governo de JK foram um quinquênio de muitas obras.

Em 1958, Adolpho resolveu abrir uma Sucursal em Brasília. Como candidato natural para chefiála, transferi-me para lá. Brasília é hoje uma cidade completa, mas naquele tempo de restrições e de pioneirismo, foi muito duro.

O folclore de Adolpho é extenso e variado, com muitas "estórias". Certa vez, ele não gostou de umas fotos feitas pelo fotógrafo Alberto Jacob, da Manchete. O fotógrafo defendeu-se, alegando que a máquina fotográfica com que trabalhava era velha e ultrapassada.

Adolpho reagiu: "Quer dizer então que se eu lhe der uma caneta *Parker 91* você escreverá melhor do que Machado de Assis?".

Otto Lara Resende, numa paródia ao romance de Dostoievski, chamava a família de Adolpho de "Os Irmãos Karamabloch".

Na noite de 22 de agosto de 1976, o Deputado Mário Tamborindeguy ligou de seu restaurante "Roseira", em Resende, comuni-

cando a Adolpho o acidente fatal, ocorrido ali bem perto, com o carro de Juscelino.

Estávamos na Manchete o professor português Adriano Moreira, o primo Pedro Bloch, Carlos Heitor Cony, Isaac Hazan, Adolpho e eu. Chamado, seu médico particular Dr. Raymundo Carneiro chegou imediatamente, dopando Adolpho com poderosos sedativos, aos quais ele resistia, dizendo: "Estou parecendo Rasputin". Nisto, chegou Carlos Lacerda, para chorar no ombro de Adolpho, e recebeu a pergunta: "Governador, por que

somente agora, com essa Frente Ampla, o senhor se aproximou de JK?". E Lacerda respondeu: "Antes, não me aproximei dele porque receava que, com aquela simpatia toda, ele me conquistasse".

Da enorme sabedoria humana de Adolpho Bloch, lastreada nos milhares de anos do seu grande povo judeu, recebi, entre outras, as lições de que "de nada vale ser, ter ou parecer. O que vale na vida é fazer, construir e desenvolver. Ela só vale a pena ser vivida quando se faz algo pela vida, em vida".

Vale também outra coisa: o trabalho. Porque. segundo Adolpho, as riquezas passam, e apenas com o trabalho se pode reconstruí-las. Ele próprio foi exemplo disto: perdera tudo na revolução comunista da Rússia e tudo reconstruíra no Brasil. Seu grande império jornalístico, as Empresas Manchete – com sede no Russel e projeto de Oscar Niemeyer - compreendiam uma cadeia nacional de televisão, com 5 emissoras próprias, no Rio, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife, e 49 afiliadas, cobrindo todo o território brasileiro; uma cadeia nacional de rádio, com 6 estações próprias e 28 associadas, além de 15 revistas de circulação nacional, sendo três semanais e doze mensais, impressas no seu parque gráfico de Parada de Lucas, com 40 mil metros quadrados de área construída.



Segunda edição da revista Manchete, 1952

Estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro, entre 1975-79, Bloch foi presidente da Fundação de Artes do Rio de Janeiro – Funarj e construiu o teatro Villa-Lobos, em Copacabana, 1979; reformou o Artur Azevedo, em Campo Grande, o João Caetano e o Theatro Municipal, ambos no Centro; e na sede da empresa criou o teatro que recebeu seu nome. Doou escolas à rede oficial de ensino na capital e em Teresópolis; organizou uma Pinacoteca e construiu o "Memorial JK", em Brasília, onde estão depositados os restos mortais do

inesquecível Presidente, "seu irmão".

Na Manchete trabalhei 47 anos, de 1952 a 1999. Costumo dizer hoje que não tenho mais 47 anos de vida para dedicar a nenhuma outra empresa. Depois de falida a Manchete, fui eleito para a Academia Brasileira de Letras. Imagino como Adolpho ficaria feliz se tivesse vivido o suficiente para assistir à minha vitória!

Da *Manchete*, guardo a imensa gratidão de ter trabalhado, durante mais de 40 anos, numa escola de grandeza, correção, dignidade, confiança, otimismo e patriotismo, com exemplos muito importantes e úteis nestes anos de vida que me restam, a mim ensinados por um grande e inesquecível homem, Adolpho "Abrasha" Bloch, do qual sinto e sentirei sempre muita falta e imensas saudades.

Em 1998, o Governo do RJ inaugurou em São Cristóvão a Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch, que oferece ensino médio e cursos técnicos profissionalizantes de Gestão e Comunicação.

> MURILO MELO FILHO Jornalista e escritor Membro da Academia Brasileira de Letras

# SAUDADES DE SAMUEL\*

Benicio Medeiros

fim da *Última Hora* – a *Última Hora* criada e dirigida por Samuel Wainer, cujo centenário de nascimento se comemora este ano, e não a *Última Hora* que a sucedeu – foi um dos acontecimentos mais tristes da minha vida profissional.

O desfecho infeliz não devia ter provocado muita surpresa. Todo mundo sabia que a empresa enfrentava sérios problemas financeiros e que, a não ser por um milagre, não duraria muito. Mesmo assim, quando se anunciou a venda do jornal, em abril de 1971, e a rotativa da *UH* parou de vez, o impacto foi geral entre os funcionários. Terminava assim, melancolicamente, aquilo que Samuel Wainer chamou de sua "grande aventura". E a *UH* foi realmente uma aventura, cheia de lances heroicos, quase épicos, e outros nem tanto, mas que deixou marca profunda não só na memória dos que participaram daquele empreendimento como na própria vida cultural e política do país.

Muito já se falou dos efeitos renovadores da UH sobre a imprensa brasileira e creio que muitos conheçam sua proposta. Um vigoroso jornal popular -"populista", segundo os detratores –, no entanto fora dos modelos sensacionalistas em voga cujo objetivo era mais impressionar e provocar emoções baratas do que manter o leitor informado. Uma publicação de tendência socialista, ou mais propriamente trabalhista, que devia representar, na sua fase inicial, um canal aberto entre o segundo governo de Getúlio Vargas e um segmento social mais ou menos abstrato da população, a que se chamaria hoje de "povão". Incluam-se, nessa categoria, a classe trabalhadora e largas faixas da classe média urbana, desassistidas quanto a algumas de suas necessidades básicas - faltava água, faltava leite, faltava carne –, e à espera de um veículo que as compreendesse e abrisse espaço às suas aflições do dia a dia.

Em que pesem os perigos do modelo, hoje possivelmente não realizável no Brasil – refiro-me à associação entre um jornalista-empresário e um governante –, o esquema expressava bem os costumes políticos



da época. Da mesma forma que a *UH* expressava a mente aberta do seu proprietário. Acredito que Samuel tenha conquistado com seu jornal aquele tipo de interação com o leitor que buscava acima de tudo.

A *UH r*epresentou um sopro de juventude na imprensa brasileira. Colunas como "A vida como ela é", de Nelson Rodrigues, despertavam um interesse que se renova e se prolonga até os dias de hoje. Assim como a obra do compositor e cronista das noites cariocas Antônio Maria e a alegre irreverência de Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta, criador da Tia Zulmira, do Primo Altamirando, e de outros personagens impagáveis. Este estilo escrachado do segundo caderno, cem por cento carioca, antecipou e inspirou, não tenho dúvida, o grande fenômeno jornalístico de 1969 que foi *O Pasquim*.

Quando o conheci, Samuel tinha voltado do seu exílio na França havia pouco mais de dois anos. Fazendo agora as contas, em 1970 ele contava 60 anos. Para mim, era apenas um velho a quem se devia respeito. E, pelo meu olhar de "foca", um velho estressado, visivelmente combalido pelas porradas dos últimos 20 anos e cada vez mais preocupado com a situação do seu jornal cujo período de glórias ficara para trás e agora afundava irremediavelmente.

Nunca estava satisfeito, mudava a toda a hora as chefias. No período em que estive lá, passaram pela mesma mesa vários chefes de reportagem, o que revelava decerto as agruras e a impaciência do Samuel. Queria um cara que pudesse dar certo, que pudesse redimi-lo.

Como ele, os judeus continuam esperando pelo Messias, mas pelo menos a mim não parecia que Samuel, àquela altura, cultivasse grandes vínculos com a comunidade judaica. E também, no seu estilo de vida, fugia inteiramente ao estereótipo politicamente incorreto do "judeu unha de fome". Pelo contrário, agia como um pródigo – um "exagerado", segundo o seu amigo Jorge Amado. Enquanto teve dinheiro, torrou-o à vontade nos melhoros betéis o restaurantes

melhores hotéis e restaurantes do mundo. Embora tenha sido criado numa família religiosa, fiel aos preceitos da Torá, ele próprio confessou que com o tempo foi-se afastando dessas suas origens. Tornou-se um ci-

dadão do mundo, um agnóstico, para o qual a religião ocupava um espaço pequeno na gama dos outros interesses

que o moviam. Ao contrário da *Manchete*, de Adolpho Bloch, a *UH* tinha de fato uma redação bem ecumênica, refletindo o espírito liberal, sempre aberto às novas tendências, do seu criador.

Samuel gostava de usar a máscara do rabugen-

Samuel gostava de usar a máscara do rabugento, mas tinha uma doçura escondida que se revelava aos mais próximos. E bom humor também. As mulheres costumavam considerá-lo charmoso e quando queria era, de fato, um homem encantador. Sobretudo quando se encontrava com algum banqueiro.

Eu não tinha noção da sua dimensão histórica. E ele fingia que também não tinha. Para nós, era mais um jornalista do que um patrão, o que o diferenciava dos outros donos de jornais, tendo cumprido longo e penoso percurso de repórter — o único jornalista do Brasil e da América Latina a cobrir o julgamento de Nuremberg — antes de se tornar proprietário da *UH*. Era um homem informal. Dispensava o "doutor", que é o tratamento dado no Brasil aos patrões — o chamávamos de "Seu Samuel", ou simplesmente "Samuel", e os mais abusados até de "Samuca". Era como qualquer um de nós, só que mais célebre e mais experiente.

Magro, nervoso, usava uma espécie de uniforme: calça azul marinho, camisa de marinheiro, dessas que se compravam na Praça Mauá, e uma gravata escura, fina como uma tira, com o laço frouxo no pescoço. Circulava pela redação agitado, como se a sua presença física ali, ou quem sabe o seu velho carisma, tivessem por si só o poder de salvar a *UH* da derrocada.

Como em certos romances, não existe uma única versão sobre os instantes finais de Samuel Wainer. Fico aqui com a mais dramática, a mim relatada pelo empresário argentino Domingo Alzugaray, patrão de Samuel na Editora Três, onde o jornalista trabalhou nos últimos anos de vida.



Clarice Lispector, seu marido Maury Gurgel Valente, Apolonio de Carvalho, Samuel Wainer e Daniel, seu cunhado. Paris, 1946

Samuel estava sozinho em casa quando se sentiu mal. Podia ter ligado para a filha Pinky, que também morava em São Paulo, ou para um amigo qualquer, mas preferiu descer e tomar um táxi por conta própria, seguindo nele para o Hospital Albert Einstein. Segundo Alzugaray, seus derradeiros minutos foram dolorosos. Com falta de ar e fortes dores no peito, foi obrigado no entanto a cumprir todos os rituais burocráticos de internação. Diante do balcão, enquanto morria, ia preenchendo, item por item, formulário que lhe fora entregue pela recepcionista. Esforço inaudito para quem, durante boa parte da vida, frequentou os salões do poder cercado por bajuladores.

Foi ali, sozinho, num corredor de hospital, que Samuel deu seu primeiro passo no caminho da eternidade, saindo horas depois da vida para entrar na história da imprensa brasileira. Morreu no dia 2 de setembro de 1980, aos 70 anos. Com outros donos, a *UH* sobreviveu ao seu criador. Sobreviveu mal. A partir de 1971 passaria de mão em mão, de picareta a picareta, até finar-se de vez em 1991, quando, acumulando uma dívida de 450 milhões de cruzeiros, teve a sua falência decretada. Mas aí não era nem sombra do que fora a *UH* do passado. No percurso pós-Samuel abraçara as piores causas, defendera a ditadura, sonegara ou omitira informações aos leitores, e numa de suas fases mais infelizes teve até um general no comando, em Brasília, de modo que melhor servisse ao regime militar.

A *UH* que valeu a pena terminara há muito tempo, exatamente no dia em que Samuel e seu jornal deixaram de compartilhar os seus destinos.

## Benicio Medeiros

Iornalista

Editor da *Revista do Livro* da Biblioteca Nacional \* Trechos de *A rotativa parou! Os últimos dias da* Última Hora *de Samuel Wainer (*Civilização Brasileira)

## O BRASIL HOLANDÊS

Brasil Holandês, editado pela Companhia das Letras, dá voz aos trechos mais importantes dos livros, crônicas, documentos e cartas do domínio holandês no Brasil (1630-54), desde as primeiras invasões Bahia e Pernambuco até a derrota e expulsão dos batavos.

A presença do conde Maurício de Nassau no Nordeste brasileiro, no início do século XVII, transformou Recife na cidade mais desenvolvida do Brasil. Em poucos anos, o que era um pequeno povoado de pescadores virou centro cosmopolita.

A história do governo holandês no Nordeste brasileiro se confunde com a guerra entre Holanda e Espanha. Em 1580, quando os espanhóis incorporaram Portugal, lusitanos e holandeses ia tinham uma longa história de relações comerciais. O Brasil era, então, o elo mais frágil do império castelhano, e prometia lucros fabulosos provenientes do açúcar e do pau-brasil.

Os textos — apresentados e contextualizados pela maior autoridade no período holandês no Brasil, o historiador Evaldo Cabral de Mello — foram escritos por viajantes, governantes e estudiosos. São depoimentos de quem participou ou assistiu aos fatos, cuja vividez e precisão remete o leitor ao centro da história.

#### Sobre o autor

Evaldo Cabral de Mello (Recife, 1936) estudou Filosofia da História em Madri e Londres. Em 1960, ingressou no Instituto Rio Branco. Iniciando a carreira diplomática, serviu nas embaixadas brasileiras em Washington, Madri, Paris, Lima e Barbados, em missões em Nova York e Genebra, e nos consulados gerais do Brasil em Lisboa e Marselha.

É dos maiores historiadores brasileiros, especialista em

História regional e no período de domínio holandês em Pernambuco, séc. XVII, tendo escrito *Olinda restaurada* (1975), *Rubro Veio* (1986), *O negócio do Brasil* (1998), e *Nassau: governador do Brasil Holandês* (2006). Publicou também *A fronda dos mazombos* (1995), *O norte agrário e o Império* (1984), *O nome e o sangue* (1989), *A ferida de Narciso* (2001), e organizou o *Essencial Joaquim Nabuco* (2010).

www.companhiadasletras.com.br



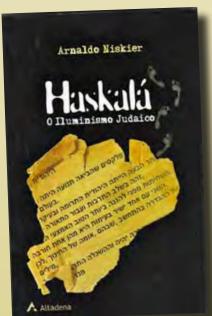
## HASKALÁ, o Iluminismo judaico

m Haskalá, o Iluminismo judaico, ed. Altadena, Arnaldo Niskier revela as expressivas contribuições judaicas ao Iluminismo. O livro resulta de anos de pesquisa na Biblioteca Rosentaliana, de Amsterdã, no Jewish Theological Seminar, de Nova York, e de milhares de quilômetros em busca do conhecimento que ora põe à luz.

O Iluminismo europeu ocidental surgiu no séc XVII, e expressa forma de pensar e de agir que afirma serem os homens capazes de tornar o mundo melhor, pela introspecção, livre exercício das capacidades humanas e engajamento político-social.

Do Iluminismo alemão, Niskier destaca o filósofo judeu Moisés Mendelssohn (1729-86), avô do compositor Felix Mendels-

sohn-Bartoldy. Por ele percebe-se a existência de um Iluminismo judaico, caracterizado por investigação e experiência; crença nos direitos naturais; crítica ao



absolutismo, aos privilégios da nobreza e do clero, e defesa das liberdades política e econômica e da igualdade de todos perante a lei. Maimônides, sábio judeu do séc. XII, seria um dos precursores desse pensamento.

Contrariando os que julgam que religião e ciência se excluem, o autor fala das *luzes* judaicas, e considera o pensamento judaico como "dois pratos na balança em permanente equilíbrio: num deles a fé, no outro a razão".

Niskier enfatiza Isaac Bashevis Singer: "A literatura iídiche foi toda construída sobre as ideias do Iluminismo, quem quiser estudar os últimos 600 anos da história judaica terá que estudar essa língua, de tanta riqueza".

## Sobre o autor

Arnaldo Niskier (1935), professor, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia, Cultura e de

Educação/RJ, acadêmico da ABL e membro do Centro de História e Cultura Judaica, é escritor, jornalista e adaptou obras infantis. A vida dedicada ao magistério e às letras é por demais conhecida, sendo autor de dezenas de livros e artigos, no Brasil e no exterior.

## Entre Moisés e Macunaíma, os judeus que descobriram o Brasil

o is mitos: o do patriarca judeu Moisés e o do ancestral supremo dos Wapichana e outros indígenas - Macunaíma ou *Makunaima*. Ligação? Dois brasileiros, filhos de judeus europeus que vieram para o Brasil, perseguidos na terra de origem. O ashkenazi Moacyr, de família russa fugida do antissemitismo do começo do século XX, foi para o Sul; Márcio, de ancestrais sefaradim, expulsos da Espanha pela Inquisição, seguiu para o Norte. As mesmas iniciais: MS - Moacyr Scliar e Márcio Souza, preocu-

pados em levantar origens comuns e diferentes raízes, identidades pessoais e coletivas, e subjetividades.

Os autores falam sobre o povo que por milênios circulou pela Terra, sem poder deitar raízes perenes. Venturas e desventuras da história judaica e das vindas das famílias para cá, e até das significativas especulações sobre a participação judaica no Descobrimento, na Colonização, e a irrefutável presença nas invasões holandesas.



O livro, editado pela Garamond, permite conhecer dois escritores refletindo sobre suas ligações étnicas, afetivas e culturais com o judaísmo. E compreender o sentido de preservação da identidade desse povo que, no Brasil, conforme constataram, pode sofrer o fenômeno da assimilação.

#### Sobre os autores

Márcio Souza (Manaus, 1946), jornalista romancista, ensaísta, dramaturgo, roteirista de cinema, e diretor de teatro e ópera. Ex-diretor da Fundação Cultural do Amazonas e da Fundação

Nacional de Arte - Funarte. Autor de *Galvez, imperador do Acre; Mad Maria*; e a tetralogia *Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro*, dentre outros.

Moacyr Scliar (Porto Alegre, 1937), médico sanitarista, escritor, acadêmico da ABL, desde 2003. Autor de mais de sessenta livros, publicados em dezoito países, muitos premiados e vários adaptados para cinema, teatro e televisão, dentre os quais: *O exército de um homem só* (1973) *A estranha nação de Rafael Mendes* (1983), *A mulher que escreveu a Bíblia* (Prêmio Jabuti 2000) e *O centauro no jardim* (1980) – um dos 100 melhores livros judaicos dos últimos 200 anos, *National Yiddish Book Center*, EUA.

www.garamond.com.br

## A MAJESTADE DO XINGU

um leito de UTI, em luta pela sobrevivência, gloriosas imagens e sombrios espectros povoam a imaginação do narrador desta história, editada pela Companhia das Letras, de autoria de Moacyr Scliar. Gloriosas imagens do amigo de infância, Noel Nutels, também judeu russo, ambos vindo para o Brasil em 1921. Os caminhos se separaram: Nutels, intelectual de esquerda, forma-se em medicina e consagra sua vida à causa dos índios, ganhando renome nacional e internacional. O narrador vê a vida passar entre prateleiras empoeiradas da lojinha paulistana do Bom Retiro.

Os espectros são figuras reais ou imaginárias que perseguem o narrador: índios cujo cemitério supõe ficar sob sua loja; cossacos que querem ex-



terminá-lo. Frustrado pelo medíocre trabalho, em constante conflito com a mulher e o filho, o homem vê o amigo Noel como a figura longínqua que ilumina e dá algum sentido à sua existência.

A narrativa cobre décadas da história recente do Brasil –, envolvendo figuras dos militantes comunistas, dos generais, do extermínio dos índios no Xingu e do golpe militar de 1964 – e nela, sempre presente, a singular figura de Noel Nutels, que aliava coragem a estoicismo e humor. E humor não falta na narrativa: melancólico, escrachado ou surrealista. Trata dos destinos brasileiros em ritmo trepidante até a surpresa do final.

www.companhiadasletras.com.br

## Clarice na cabeceira

idos e relidos, os contos de Clarice Lispector mantêm-se muito próximos de seus leitores, encantados com suas histórias. Organizada por Teresa Montero, e editada pela Rocco, a coletânea

Clarice na cabeceira é uma seleção afetiva de contos de Clarice apresentados por 22 personalidades do cenário cultural. E não se trata de quaisquer fãs. Os escritores Luis Fernando Verissimo, Lya Luft, Marina Colassanti e Rubem Fonseca, o crítico José Castelo, a jornalista Cora Rónai, a cantora Maria Bethânia, as atrizes Fernanda Torres e Malu Mader, e o diretor Luiz Fernando Carvalho são alguns dos fãs que compõem o time estelar de colaboradores do livro. Junto a cada um dos contos, os leitores convidados compartilharam a experiência de ter Clarice em suas vidas, seja por ter convivido com ela, seja apenas por meio de seus livros. E, implicitamente, propõem a mesma pergunta a todos nós: Qual o seu texto de cabeceira de Clarice Lispector?

Na mesma linha, outra reunião de vinte textos escolhidos por convidados afeitos à obra de Clarice Lispector, Clarice na cabeceira - crônicas, apresenta uma seleta de narrativas curtas publicadas entre 1962 e 1973, na revista Senhor e no Jornal do Brasil, e posteriormente agrupadas nos livros Para não esquecer e A descoberta do mundo

As crônicas ganham sabor especial apresentadas por amigos e admiradores de Clarice, que compartilham o impacto da escritora e de sua obra em suas vidas, como Caetano Veloso, Eduardo Portella, Ferreira Gullar, Lygia Fagundes Telles, Marília Pêra, Nádia Battella Gotlib, Naum Alves de Souza, Rosiska Darcy de Oliveira e Silviano Santiago, entre outros.

Esta seleção de crônicas destaca a sedução imediata da escrita de Clarice e a constância de seu olhar preciso, agudo e incomum mesmo nas situações cotidianas. Em textos leves e saborosos, o poder de

inquietação se mantém como mar-

mento depois do sentimento, a impressão depois da impressão, a linha tênue entre o que vem de

## ca da autora, que busca o sentidentro e o que vem de fora. Sobre a autora Clarice Lispector (1920-1977), de origem judaica, naturalizada brasileira, nasceu em Tchetchelnick, Ucrânia, vindo com a família para o Brasil aos dois meses. Criou-se em Maceió e Recife, e aos 12 anos transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se formou em Direito, trabalhou

com quem teve dois filhos. Destacamos, de sua vasta obra, os romances: Perto do coração selvagem (1944), A maçã no escuro (1959), A Paixão segundo G.H. (1964), Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres (1969), Água viva (1973), A hora da estrela (1977); os de conto: Alguns contos (1952), Laços de família (1960), A legião estrangeira (1964), Felicidade clandestina (1971), A via crucis do corpo (1974), Onde estivestes de noite (1974); os de crônica: Visão do esplendor (1975); os infantis A Mulher que matou os peixes (1968) e A vida íntima de Laura (1974). Da obra publicada postumamente: Para não esquecer (1978), A descoberta do mundo (1984), Como nasceram as estrelas (1987), Correspondências (2002), Entrevis-

como jornalista e iniciou carreira literária.

Viveu muitos anos no exterior, em vista do

casamento com um diplomata brasileiro,

# Clarice na cabeceira tas (2007), Só para mulheres (2008).

## Sobre a organizadora

Teresa Montero é doutora em Letras pela PUC-Rio e professora de literatura e de arte-educação. Autora de Eu sou uma pergunta - uma biografia de Clarice Lispector (1999); organizadora de Correspondências - Clarice Lispector (2002) e, em parceria com Lícia Manzo, Clarice Lispector - Outros escritos (2005), com inéditos da autora, todos editados pela Rocco. Criou também o projeto "O Rio de Clarice", passeios turísticos guiados por locais descritos na obra de Clarice.



www.rocco.com.br

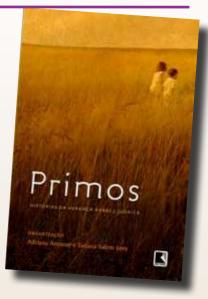
## PRIMOS

## Histórias da Herança Árabe e Judaica

rabes e judeus, povos amantes do livro, são grandes contadores de histórias. Por isso tinha tudo para dar certo a ideia das organizadoras Adriana Armony e Tatiana Salem Levy de reunir num só volume contos criados por vinte brasileiros, descendentes dessas culturas milenárias do Oriente. Viagem na memória, na história e na tradição, *Primos — Histórias da Herança Árabe e Judaica* (Record) já nasceu eterno. Suas palavras nos queimam pela beleza. As páginas são impregnadas de perfume e sabor de passado, história, mito. As narrativas são antigas, como se tivessem sido escritas em papiro ou pergaminho. Ao ler os contos, vemos miragens no deserto, ouvimos vozes de beduínos. E pensamos em velhos manuscritos das cavernas à beira de um mar Morto, vermelho de sangue.

Um dia, relembram Adriana e Tatiana na abertura do livro, árabes e judeus foram primos. Na realidade, irmãos. Já que descendem de Sem, filho de Noé, e de seu filho Abraão. Relembremos a história: Sara não conseguia dar um filho a Abraão, por isso permitiu ao marido engravidar a escrava egípcia Agar. Assim nasceu Ismael, patriarca dos povos árabes. Depois, Deus concedeu a Sara, aos 90 anos, ter um filho, Isaac, e dele descenderiam os judeus. Tudo isso aconteceu naquela área de eterno conflito, o Oriente Médio. Os irmãos se tornariam inimigos mortais. Mais o tronco é o mesmo, como as raízes míticas. E também o amor pelas palavras, pelas histórias dentro das histórias. Histórias que consolam, ou que explicam o mundo. As perdas, as dores, as paixões.

A maioria dos escritores selecionados nasceu no Brasil. Poucos os que vieram para cá ainda criança. Mas, apesar de serem brasileiros, ou naturalizados, todos têm os olhos voltados para o passado e as tradições. Para



as sagas, vivências e aventuras contadas pelos avós, pais, tios e tias. São pessoas planetárias. Com elas viajamos para outras terras, outros tempos. Os primeiros tempos. Cada conto é uma arca enterrada na areia, não saberia dizer qual o melhor. Tenho minhas preferências. Mas cabe a cada leitor escolher a joia mais cintilante. Não será fácil. Os autores são mestres de símbolos, signos, hieróglifos, alegorias. Todos são poetas da prosa: Alberto Mussa, Alexandre Plosk, Arnaldo Bloch, Bernardo Ajzenberg, Carlos Nejar, Cíntia Moscovich, Eliane Ganem, Fabrício Carpinejar, Flavio Izhaki, Georges Bourdoukan, Julián Fuks, Leandro Sarmatz, Luiz Antonio Aguiar, Márcia Bechara, Moacyr Scliar, Salim Miguel, Samir Yazbek, Whisner Fraga, além de Adriana e Tatiana. E o melhor de tudo, nos dão prazer, o mágico prazer da leitura.

CECILIA COSTA JUNQUEIRA www.record.com.br

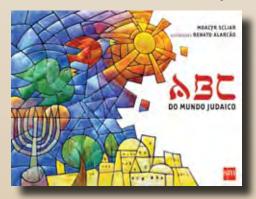
## ABC DO MUNDO JUDAICO

ABC do mundo judaico, de Moacyr Scliar, Ed. SM, faz parte da coleção ABC, proporcionando aos jovens leitores (e adultos) o conhecimento das variadas culturas com que convivemos.

O autor, que dedica aos jovens parte de sua obra, com ótima aceitação, fala sobre o mundo judaico. Diz na orelha do livro que o *judaísmo* significa a herança de longa história. Expulsos há dois mil anos da Palestina pelos roma-

nos, os judeus espalharam-se pelo mundo até que, no século passado foi criado o Estado de Israel, para onde se mudaram muitos deles. Outros permaneceram nos países em que moravam há gerações, pois a eles já se haviam adaptado.

O judaísmo é também uma religião, mas nem todos os judeus a praticam. Esta cultura, além do idioma, o iídiche, inclui música, dança, muita ciência e literatura, pois são judeus alguns dos principais cientistas e escritores em ação hoje e no passado.



No livro, seguindo ordem alfabética, temos informações sobre nomes importantes da religião (da qual derivam o cristianismo e o islamismo) como Abraão e Davi, cidades como Jerusalém, pratos da rica culinária judaica como *Varênikes*, datas religiosas como o *Pêssach* a que os cristãos chamam de Páscoa e que relembra a fuga dos judeus do Egito.

Uma palavra tristemente importante é *Nazismo*, lembra o regime implantado na Alemanha pelo ditador Adolf Hitler (1933-1945), que almejava uma "elite racial" para dominar o mun-

do, desencadeando a Segunda Guerra Mundial, vencida pelos países aliados, entre os quais o Brasil. Ele tentou eliminar os judeus em terríveis campos de concentração.

Textos curtos explicam a palavra selecionada, e grandes ilustrações em cores do premiado Renato Alarcão fazem deste livro leitura indicada para a juventude.

LAURA SANDRONI www.edicoessm.com.br



# ARACY GUIMARÃES ROSA Quem sabe, faz a hora

JOHN WESLEY FREIRE

Somos todos iguais, braços dados ou não Geraldo Vandré

creditando no ditado que diz: "uma andorinha não faz verão", muitas vezes se espera que outros façam ou que chegue um momento "oportuno" para agir. Entretanto, este relato se refere a alguém que não esperou por outras "andorinhas", nem por um "imaginário verão". Isso significaria o sofrimento e a morte de muitas pessoas, alvos de delirantes preconceitos de origem e de condição econômica. Assim, contaremos a história que poucos brasileiros conhecem da mulher que sempre lutou contra os preconceitos e acreditou mais na consciência do que na conveniência.

Em 1908, na cidade de

Rio Negro, PR, nasceu Aracy Moebius de Carvalho, que se tornaria uma bela moça e se casaria mais tarde com João Guimarães Rosa, expoente de nossas letras. O pai dela era português e a mãe alemã. A jovem se casou com Johan von Tess, filho de alemães. Ao desquitar-se dele, foi com o filho Eduardo morar na casa de uma tia na Alemanha, em 1934, pois a esse tempo no Brasil havia muito preconceito contra mulheres desquitadas.

Por falar português, inglês, francês e alemão, ela conseguiu trabalho na Seção de Passaportes do Consulado Brasileiro, em Hamburgo, chegando a chefiá-la. Iniciava-se aí um verdadeiro filme, do qual Aracy seria a heroína.

Em 1935, as perseguições a judeus na Alemanha se intensificavam, pois Hitler os acusava de serem a origem dos males do mundo. Fatos idênticos aconteciam na Áustria, antes mesmo da anexação àquela, em 13/03/1938. O governo de Getúlio Vargas



Aracy nos anos 1930

(1930-45), simpático ao regime alemão, praticamente não concedia vistos a judeus, por julgálos perigosos, fossem eles comunistas ou capitalistas, considerando que manipulavam a economia mundial.

Em 9 de novembro de 1938, em cidades da Alemanha e da Áustria, sucedeu a Noite dos Cristais, um dos maiores pogroms da história: destruição de sinagogas, empresas e residências, além de agressões contra os judeus. Revoltada com as ocorrências, Aracy comentou com João Guimarães Rosa, então cônsul-adjunto, que aquilo era uma injustiça e, a seu modo, começou a ajudá-los. Ignorando a Circular Secreta 1.127/1938 do Itamaraty, que dificultava a concessão de vistos as judeus, Ara os preparava, embaralhando-os com outros documentos para disfarçar

os sobrenomes ou "se esquecia" de lhes apor a letra J, identificativa de judeus, e o consul-geral os assinava.

Sabendo o que ela fazia, Rosa a apoiava, mas advertia: "Tome cuidado, os nazistas são perigosos, Aracy", contou seu filho Eduardo. Sem se intimidar, mesmo não gozando imunidades diplomáticas, ela criou inúmeras formas de ajuda aos perseguidos: amigos dela na prefeitura omitiam a ascendência judaica das pessoas e/ou emitiam falsos atestados de residência para os que viviam fora da área de atuação do Consulado, permitindo a concessão dos vistos.

Noutros casos, Aracy abrigava judeus em sua própria casa, livrando-os de perseguições, e protagonizou muitas ousadias. Certa vez, Maria Margarethe Bertel Levy – *Margarida* – cuja mãe morrera num campo de concentração, foi levada com o marido a um navio. *Ara* levou as joias deles na própria bolsa e as escondeu na caixa de descarga do sanitário do ca-

marote, aconselhando-os a só retirá-las em alto-mar. Chegando aqui, eles venderam as joias e iniciaram nova vida. Reencontrando-se anos depois, tornaram-se grandes amigas. Margarida relata o reencontro com *Ara:* "Foi uma emoção enorme, além da sua bondade, era uma mulher muito bonita".

De outra feita, ela escondeu uma pessoa no banco de trás do carro consular e a levou à Dinamarca sem ser revistada pelos nazistas! Há muitas evidências de que Aracy socorria os judeus: uma carta de 1941, cartões postais e depoimentos de outros sobreviventes atestam sua providencial ajuda, daí a alcunha que lhe deram: *Anjo de Hamburgo*. A Associação Nacional dos Judeus Alemães as arquivou no *Memorial do Holocausto*, em Jerusalém. Menciona, até, que a filha de uma das famílias salvas por ela recebeu seu nome como homenagem.

Aracy e Rosa permaneceram na Alemanha até 1942, quando o governo brasileiro declarou guerra aos alemães, devido ao afundamento de navios brasileiros no Atlântico, passando a apoiar os Aliados. *Ara* e Rosa ficaram quatro meses retidos em Baden-Baden, até serem trocados por diplomatas alemães que aqui serviam.

Após a guerra, Aracy e *João* voltaram ao Brasil, casando-se na Embaixada do México, 1947, pois, à época, o Brasil não reconhecia casamento entre desquitados. Como não poderiam trabalhar juntos num



Inauguração do Bosque Aracy, Israel, 1985

O Instituto do Holocausto Yad Vashem, de Israel, criou uma avenida, depois um bosque, homenageando não-judeus que ajudaram judeus a se salvarem do Holocausto e inscreveu Aracy entre os "Justos dentre as nações". Ali, ela inaugurou uma placa, e a instituição de reflorestamento Keren Kayemet Le´Israel deu ainda seu nome a outro bosque perto de Jerusalém. Aracy também é lembrada no Museu do Holocausto em Washington.

Das 22 mil pessoas catalogadas que ajudaram judeus, há 18 membros do corpo diplomático e, além de Aracy Guimarães Rosa, consta o Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas.

Fonte: Palestra de Osias Wurman, na Fundação Eva Klabin, 07/04/2008, "Aracy Guimarães Rosa, a Schindler brasileira"



Aracy, com Rosa, em homenagem na embaixada alemã, 1961

mesmo posto diplomático, ela abdicou da carreira para não se separar de *Joãozinho*. Em 48, *Ara* e Rosa seguiram para Paris, onde ele ocupou o cargo de Conselheiro na embaixada brasileira e participou da Conferência de Paz, ganhando *status* de Embaixador.

Viajaram pela Europa, e as impressões das viagens, supõe-se, foram inspiração para as palavras do jagunço Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas*, sua obra-prima. "Por esses longes todos eu passei, com pessoa minha no meu lado, a gente se querendo bem". Em 50, voltaram ao Rio, e ela foi homenageada com a dedicatória no *Grande Sertão: Veredas:* "A Aracy, minha mulher, Ara, pertence este livro".

Após enviuvar em 19/11/1967, três dias após ele haver tomado posse na Academia Brasileira de Letras, ela não mais se casou, mas continuou a defender os perseguidos. Geraldo Vandré, autor de composições como *Disparada* e *Pra não dizer que não falei de flores*, esta considerada contra o regime militar, em 1968 passou a ser procurado pela ditadura. Aracy, agindo como a *andorinha que faz verão*, o escondeu em seu apartamento em Copacabana como fez com outros compositores e intelectuais.

A Aracy, mais do que a qualquer outra pessoa, cabem os versos de Vandré: "Quem sabe, faz a hora, não espera acontecer"... E a nós, cabe reverenciá-la, considerando-a um exemplo de amor à vida e paradigma na luta contra a irracionalidade, a arbitrariedade, a perseguição e o preconceito.

JOHN WESLEY FREIRE Professor, especialista em educação Produtor e apresentador de rádio e tv



Composição e o lampião vermelho. Ouro Preto, 1998

## Os passos de Scliar, companheiro do mundo

## Romério Rômulo

A ssim vejo o Scliar, o Carlos Scliar. Companheiro de tudo e de todos, lançando o seu olhar e a sua ação fraterna em muitos caminhos. Busco os passos rápidos do homem.

### PASSO UM. 1920: SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE, RS

Scliar nasce. Segundo ele, impaciente, de 7 meses. Na certidão consta 21 de junho. Pode ter sido um pouco antes.

PASSO DOIS. 1925?

Pelos 4-5 anos, num gesto rebelde, Scliar rabiscou com carvão as paredes de sua casa. "Ali nascia o pintor", dizia ele.

PASSO TRÊS. 1940: A PRIMEIRA INDIVIDUAL

Ousado, Scliar faz a sua primeira individual aos 20 anos, em época considerada impossível. Da exposição, cheia de elogios, escreveu Lívio Abramo: "Scliar sofre todas as influências sem penetrar-lhes o sentido..." Atento, Scliar ficou marcado por esta fala. E foi se entender com ela.

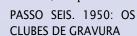
PASSO QUATRO. 1943: CONVOCAÇÃO PARA A GUERRA

"Experimentei a maior emoção quando recebi, em 1943, minha convocação para a FEB", declarou.

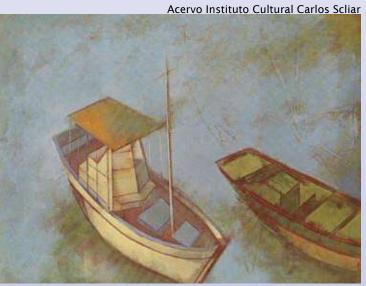
PASSO CINCO. 1944-1945: NA GUERRA

Cabo de artilharia, responsável por um certo "controle horizontal" que ele relatava minuciosamente o que era, foi além das atividades de soldado. Trabalhou aproximadamente mil desenhos, com os materiais possíveis. Uns 700/800

chegaram ao Brasil com ele. Seus "desenhos de guerra", "desenhos de salvação", fugiam dos horrores das batalhas. Um núcleo essencial da sua arte, sempre.



Scliar, com vários artistas amigos, levou à frente uma experiência única no Brasil, a partir de um modelo trabalhado no México. Caminhar pelas terras, observar as gentes, realizar uma arte vinculada a essa realidade. Os resultados obtidos aí compõem a história da nossa arte.



Marinha, dois barcos. Cabo Frio, 1982

## ILUSTRAÇÃO E CARICATURA

## Instituto Scliar comemora com exposição os 90 anos do pintor



Casa-ateliê de Scliar

e ainda estivesse vivo, em 21 de junho deste ano, Carlos Scliar, o pintor gaúcho que amava reunir os amigos, teria comemorado os seus 90 anos. Infelizmente, morreu após festejar os 80, em abril de 2001. Mas a efeméride não poderia passar em branco. Para marcá-la, em 11 de dezembro o Instituto Cultural Carlos Scliar, sediado na casa-ateliê de Cabo Frio, apresentará grande exposição, com registros dos principais momentos da vida e obra deste artista militante e humanista, que em toda sua existência lutou para tornar a vida dos brasileiros menos dura e mais colorida.

Além da mostra, que exibirá retratos de família, juventude e maturidade; jornais, livros e revistas por ele ilustrados; cartas e cartões trocados com os amigos; cartazes de exposições, no Brasil e pelo mundo afora, além de quadros e gravuras, a data também será marcada por depoimentos de quem teve o privilégio de conviver com Scliar e pela inauguração da Escola de Artes e do Café Literário, que funcionarão dentro do belo sobrado colonial, situado no Boulevard Canal.

Sempre disposto a oferecer ao público novas atividades e atrativos culturais, o museu, instalado na casa em que Scliar, ao longo de quarenta anos, concebeu suas belas marinhas, imagens de barcos e naturezas mortas, já conta com biblioteca, pequeno cinema e valioso acervo, composto por telas de autoria do próprio pintor e de outros criadores de obras de arte inestimáveis, seus contemporâneos, entre eles de Di Cavalcanti, Glauco Rodrigues, Marchetti, Djanira, Pancetti e Cildo Meireles.

Tudo isso obedecendo ao desejo de Scliar. Antes de partir deste mundo de delícias e sofrimentos, o generoso artista havia pedido a seu filho e herdeiro Francisco Scliar que transformasse a moradia em Cabo Frio num museu propulsor de cultura na Região dos Lagos, aberto à visitação pública. Pedido seguido à risca. Em novembro de 2001, sob a presidência de Chico Scliar, foi criado o Instituto Cultural Carlos Scliar para administrar a casa-museu, aberta ao público em 2003. Incrível como até hoje tudo lá está intacto, com a memória do pintor sendo quase física, corpórea. Ao andar pelas salas e pelos quartos, o visitante pode ver os pertences do pintor: sofás, mesa, cadeiras, pincéis, tintas, prancheta, cama, livros, discos, como se até hoje ele lá trabalhasse, comesse, sonhasse e dormisse. Provavelmente sua alma passeia pelas salas e pelos jardins, contente em dividir aqueles bens preciosos com os curiosos.

Com a certeza de que deixava o trabalho feito, Francisco Scliar faleceu em 2008. Sua viúva, Eunice Medeiros Scliar, é quem mantém agora a chama da casa viva, preservando o espírito benfazejo de seu gênio protetor. Pois cada vez mais o museu em Cabo Frio vem se tornando ele mesmo uma obra de arte, construída carinhosamente pelas mãos dos amigos de Scliar, com destaque para as da arquiteta Cristina Ventura, diretora da casa-ateliê, e as da bibliotecária Regina Lamenza, atual presidente do Instituto, duas incansáveis promotoras de cultura.

CECILIA COSTA JUNQUEIRA
Conselheira do ICCS

PASSO SETE. 1956: *ORFEU*, COM VINICIUS DE MORAES, TOM JOBIM E OSCAR NIEMEYER

Por certo Scliar foi o único "consultor plástico" no teatro, em todos os tempos. A função, criada por Vinicius, buscava juntar o amigo fraterno ao grupo que trabalhou a montagem da peça.

#### PASSO OITO, 1958: A REVISTA SENHOR

Convidado por amigos, Scliar é um dos criadores da revista, como diretor de arte. Eles produziram ali uma das grandes marcas da arte brasileira.

#### PASSO NOVE. 1960: A PINTURA COMO PROFISSÃO

Sua busca, viver com o trabalho de pintor, se realiza aí. Impaciente sempre, criou uma técnica para a secagem rápida das tintas.

## PASSO DEZ. SCLIAR, SEMPRE: "EU DEVO TUDO A TODOS".

Quem quiser saber mais de Scliar terá muitas oportunidades. São filmes, vídeos, exposições, livros, catálogos, telas, cartas, gravuras, depoimentos em áudio, seus amigos que falam por ele e sobre ele, suas obras contaminadas do sentimento largo do mundo. Apoiador de tudo e de todos naquilo que entendia ser ação humana e política permanente na arte e na vida.

Emblemático, eis parte de um depoimento do Cildo Meireles:

Dois sentimentos me vêm à memória afetiva logo que penso em Carlos Scliar: gratidão e carinho. Gratidão por ter sido uma das primeiras pessoas (senão a primeira) a efetivamente (através de aquisições regulares para si, bem como convencendo outros colecionadores a fazê-lo) me possibilitar viver e produzir meu trabalho. (maio de 1990)

Muitos escreveram e falaram sobre Scliar: Jorge Amado, Oscar Niemeyer, Luis Carlos Prestes, Antônio Houaiss, Bonadei, Vinicius, Joaquim Cardozo, Thereza Miranda, Fernando Sabino, Anna Letycia, Rubem Braga, Lívio Abramo, Roberto Pontual, Vieira da Silva, Arpad Szenes, Gabriel Garcia Marques, Lúcio Costa, Ferreira Gullar foram alguns.

E com este poema, parte do "Canto para amar Carlos Scliar", o relembro:

Scliar fez conosco a brincadeira de ir-se, como quem nos deixa soltos de pensar retribuir sua ironia pensando ser verdade o que ele fez.

Decidiu fazer-se cinza pelo mar e brincar de ser peixe em profundezas que aqui, inatingíveis, não sabemos. Daí virá, exato, álbum da vida.

Decidiu fazer-se saibro pela terra traduziu-se em estrada de outra parte. E decidido fica neste canto: Scliar não morreu. Homem não morre.

## Romério Rômulo

Professor de Economia Política da UFOP-MG Autor, dentre outros, de *Anjo tardio* (1983) e *Matéria bruta* (2006)



Sobre a Educação em linha, tenho duas palavras: Muito boa! Pelo que pude ver, gostei muitissimo. Que bom gosto! Que ilustrações! Que diagramação! Que qualidade das pessoas envolvidas (a começar pelos editores). E que conteúdo!

ROBERTO SALVADOR - RIO/RJ

Muito grata pela gentileza e inusitada rapidez com que me propiciaram o conhecimento deste material de enorme qualidade. Parabéns pelo excelente trabalho.

Nina Maria Elias Rabha - Rio/RJ

Gostaria de saber se posso conseguir um exemplar impresso da Educação em Linha, 13.ª ed., "Índios, os primeiros brasileiros".

> FELIPE FERREIRA VANDER VELDEN. PROF. DO DEPT.º DE ANTROPOLOGIA, IFCH/UNICAMP

Leciono no Colégio Estadual Baccoparó Martins. Achei bastante interessante os temas abordados, pois ficam dúvidas frequentes para aqueles que não lidam diariamente nesses universos. A leitura é gostosa, descontraída e informativa. A equipe da revista e todos que com ela colaboram estão de parabéns pelas informações valiosíssimas que ela disponibiliza. Haveria possibilidade de receber, na escola onde estou lotada ou em minha casa, todos os números publicados?

Adriana Mozdzenski – Cachoeiras de Macacu/RJ

Gostaria de ter mais informações sobre a revista e como nela publicar anúncios.

> Roberta Malucelli Curitiba/PR

Sou professora de Língua Portuguesa no C.E.Freire Allemão. Gostaria de solicitar exemplares impressos da revista n.º 12, "Da costa Africana à costa brasileira", para que possa utilizar como material de apoio didático nas minhas turmas.

Ellaine Dias Ribeiro Américo – Rio/RJ Tomamos conhecimento da revista através do nosso aluno, autor de artigo na 13.ª edição, Sr. Cristino Wapichana. Ficamos encantados com sua publicação e gostaríamos de saber como receber a revista impressa aqui na Biblioteca. Seria de muita valia para nossos docentes e discentes.

RITA REBELLO — BIBLIOTECA DA FACULDADE INTERNACIONAL SIGNORELLI — RIO/RJ

Fiquei feliz com o e-mail de vocês. Multiplicaremos suas criações por muitas e muitas escolas. Enviarei exemplares até Oriximiná/PA, lugar escolhido por minha filha para exercer a medicina. Lá existem boas escolas municipais e estaduais; as cunhatãs e os curumins estarão viajando ao sabor de suas criações.

Valéria — Coordenadora da Serrana II, Nova Friburgo/RJ

Parabéns a você e John pela 12ª edição, sobre as raízes africanas da nossa cultura. Os artigos selecionados certamente contribuirão para reflexões e práticas educativas e culturais que fortaleçam lutas contra qualquer tipo de discriminação: "sejamos simplesmente brasileiros".

DELZIMAR E EQUIPE DA DIVISÃO DE FOLCLORE/ INEPAC/ SEC-RJ

O Sr. Francisco Brennand gostou muito da diagramação da capa. Peço-lhes que, tão logo a revista fique pronta, nos enviem alguns exemplares para o nosso arquivo.

Cristiane Nascimento, secretária Recife/PE

Nossa, que beleza! Tomara que vocês consigam o direito de publicar esses quadros lindos da Tarsila e da Anita Malfatti na minha matéria. Ficou mesmo maravilhosa: brilhante, bela, alegre. Obrigada por sempre quererem fazer o melhor.

Lucia Helena – UFF/RJ

A revista está excelente: a seleção dos textos, a expressão da autenticidade do processo de aculturação e a linguagem dos artigos revelam a qualidade dos notórios autores. Parabéns!

Amelia Maria Noronha P. de Queiroz Rio/RJ

Recebemos a Educação em Linha e aproveitamos para parabenizá-los pela excelente qualidade de conteúdo e de design.

Rosangela Abrahão — Museu do Índio, Rio/RJ

Ficou belíssima a edição 13. Que sorte tive eu de não dizer não por pura preguiça... Parabéns.

Eduardo Viveiros de Castro - Rio/RJ

Adorei! O trabalho que fizeram com o texto está excelente."Vestiram minhas palavras com uma roupa de festa", que o valorizou tanto, que certamente o fará ser apreciado por outras pessoas. Obrigada!

Jandira Neto – IAB Rio/RJ

Ficou linda a apresentação! No aguardo do exemplar da revista, continuem a dispor dos nossos arquivos.

Leonardo Dantas Recife/PE

Parabéns!!! As imagens são belíssimas. A diagramação é fina e tornou o texto de fácil leitura.

NIREU CAVALCANTI RIO/RJ



A noiva judia. Rembrandt, c.1665

# Biblioteca Sacional: 200 anos

## Muniz Sodré

om o maior acervo da América Latina, a Biblioteca Nacional do Brasil chega ao bicentenário unindo em um só espaço tradição, memória e avançados projetos de digitalização. Na sociedade atual, onde o livro e a formação escolar básica passam por crises simbólicas, a BN persiste como espaço de preservação de conhecimento e, sobretudo, de incentivo à formação de leitores e pensadores.

Ao comemorar seus duzentos anos, a Biblioteca Nacional, hoje vinculada ao Ministério da Cultura, pode orgulhar-se de figurar como um dos principais equipamentos culturais responsáveis pela chamada consciência latino-americana para a evidência de que a inserção dos indivíduos no estatuto da

cidadania plena começa, ao lado do trabalho, com a questão do aprendizado e exercício da interação social por meio do que potenciam a leitura e a escrita.

## HISTÓRICO

Considerada pela Unesco uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, há cem anos, a BN tem seu acervo preservado no edifício de es-



Salão de leitura da BN

tilo eclético, na Cinelândia, Rio de Janeiro. Hoje, sob sua guarda, somamse mais de 9 milhões de obras. Pensadores importantes trabalharam no prédio, que hoje funciona como sede da Fundação Biblioteca Nacional.

O núcleo original de seu acervo é a antiga livraria de D. José, organizada sob a inspiração de Diogo Barbosa Machado, Abade de Santo Adrião de Sever, para substituir a Livraria Real, cuja origem remontava às coleções de livros de D. João I e de seu filho D. Duarte, e que foi consumida pelo incêndio que se seguiu ao terremoto de Lisboa de 1.º de novembro de 1755.

O início do itinerário da Real Biblioteca no Brasil está ligado a um dos mais decisivos momentos da história do país: a

transferência da rainha D. Maria I, de D. João, Príncipe Regente, de toda a família real e da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, quando da invasão de Portugal pelas forças de Napoleão Bonaparte, em 1808.

O acervo trazido para o Brasil, de sessenta mil pecas, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, foi inicialmente acomodado numa das salas do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita, hoje Rua Primeiro de Março.



Ata do lançamento da pedra fundamental do edifício-sede da BN

Em 29 de outubro de 1810, um decreto do Príncipe Regente determinou que o lugar acomodasse a Real Biblioteca e instrumentos de física e matemática. A data de 29 de outubro de 1810 é considerada oficialmente como a da fundação da Real Biblioteca que, no entanto, só foi franqueada ao público em 1814.

Quando, em 1821, a Família Real regressou a Portugal, D. João VI levou de volta grande parte dos manuscritos do acervo. Depois da proclamação da independência, a aquisição da Biblioteca Real pelo Brasil foi regulada mediante a Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade celebrado entre o Brasil e Portugal, em 29 de agosto de 1825.

O prédio atual da FBN teve sua pedra fundamental lançada em 15 de agosto de 1905 e foi inaugurado cinco anos depois, em 29 de outubro de 1910. O prédio foi projetado pelo General Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, e a construção foi dirigida pelos engenheiros Napoleão Muniz Freire e Alberto de Faria. As instalações do novo edifício correspondiam na época de sua inauguração a todas as exigências técnicas: pisos de vidro nos armazéns (ainda existentes), armações e estantes de aço com capacidade para 400.000 volumes, amplos salões e tubos pneumáticos para transporte de livros dos armazéns para os salões de leitura.

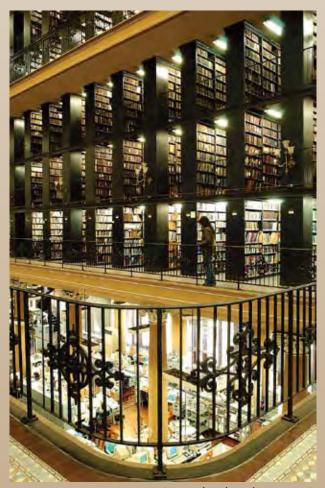
## A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Muito além das funções de abrigar e preservar acervos, a Biblioteca Nacional do Brasil faz parte da política de difusão da cultura e estímulo à leitura no país. A FBN é composta pela Biblioteca Demonstrativa, em Brasília, Biblioteca Euclides da Cunha, no Palácio Capanema, Rio de Janeiro, e pela Biblioteca Nacional, também no Rio. É, desde 1978, a Agência Brasileira do ISBN (o *International Standard Book Number*). Tam-

bém faz parte da instituição o Escritório de Direitos Autorais (EDA) – que funciona ininterruptamente desde 1898, para o registro de obras intelectuais. Cabe à FBN a coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e administração do Proler, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura.

Legalmente, a instituição é guardiã da produção editorial do Brasil, recebendo tudo o que é publicado no país (Lei do Depósito Legal, de 2004, que foi acrescida pela Lei do Depósito Legal de Obras Musicais, sancionada em janeiro deste ano). Chegam à FBN, por mês, cerca de 3 mil livros, 4 mil periódicos (jornais e revistas), além de CD-ROMs, CDs, mapas, fotografias, cartazes e DVDs.

Para garantir a manutenção de seu acervo, a FBN possui laboratórios de restauração e conservação. Possui também oficina de encadernação e centro de microfilmagem, fotografia e digitalização. Nessas áreas, a Biblioteca Nacional desenvolve dois planos: o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, com uma rede de núcleos estaduais de microfilmagem com vistas à preservação de toda produção jornalística do país e o Plano Nacional de Restauração de Obras Raras, cujo objetivo é identificar e recuperar obras raras existentes, não só na Biblioteca Nacional, como em outras bibliotecas e acervos bibliográficos do país.



Armazém das obras gerais

## Principais obras e coleções da Biblioteca Nacional

#### Coleção Thereza Christina Maria

Doada em 1891 pelo ex-Imperador D. Pedro II, com o desejo expresso de que conservasse o nome da Imperatriz. É composta de 48.236 volumes encadernados e inúmeras brochuras, sem contar folhetos avulsos, fascículos de várias revistas literárias e científicas, estampas, fotografias, partituras musicais e mais de mil mapas geográficos impressos e manuscritos. Dão cunho especial a essa importante coleção, a maior recebida pela biblioteca em todos os tempos, as numerosas dedicatórias autografadas dos autores ao Imperador e à Imperatriz.

#### Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira

Documentação fartamente ilustrada com desenhos aquarelados de Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, produzida pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira relativa à viagem que empreendeu, por ordem de D. Maria I, pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792. Alfredo do Vale Cabral descreve 51 códices e 11 documentos apensos, pertencentes ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional.



#### **MANUSCRITOS**

Evangeliário, séculos XI-XII. Exemplar em pergaminho com textos, em grego, dos quatro evangelhos. Letra semiuncial. É o mais antigo manuscrito da Biblioteca Nacional.

Livro de Horas, século XV. Em latim. Letra gótica. Pergaminho. Iniciais decoradas a ouro e cores. Contém treze miniaturas de página inteira e quatro menores, algumas com vistas do Louvre e de Montmartre. Encadernação

do século XVI, em couro, com motivos geométricos ornamentando as duas capas. Calendário em francês.

Códices sobre administração colonial. Conjunto de atos dos governadores e capitães-gerais e dos vice-reis, incluindo correspondência com a Corte. Séculos XVII-XVIII.

Partituras originais das óperas de Carlos Gomes: O Guarani, Fosca, Maria Tudor, Salvador Rosa.



#### **IMPRESSOS**

Bíblia de Mogúncia (Bíblia Latina), Johann Fust e Peter Schoeffer, "in vigília assumpcõis gl'ose virginis Marie", 14 de agosto de 1462, 2v. A Biblioteca Nacional possui dois exemplares. A Bíblia de Mogúncia é o primeiro impresso que contém data, lugar de impressão e nome do impressor no colofão.

Grammatica da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja. Lisboa, 1539.

Trata-se da cartilha que precede a Gramática propriamente

dita de João de Barros. É provavelmente o primeiro livro com ilustrações em xilogravuras, de caráter didático. Esse exemplar da "Cartinha" é exemplar único no mundo.

Os Lusíadas, de Luís de Camões, Lisboa, 1572. A Biblioteca Nacional possui a edição chamada Edição E e, ou seja a primeira das duas publicações de 1572.

Correio Braziliense, primeiro jornal brasileiro. Publicado em Londres de 1808 a 1822 por Hipólito José da Costa. Defendia a união monárqui-



co-constitucional do Império Luso-Brasileiro, só aderindo à Independência em julho de 1822. Combatia a opressão, a corrupção e a ignorância. É uma fonte para estudos históricos, políticos, sociais, econômicos e literários.

## DIGITALIZAÇÃO

A Fundação Biblioteca Nacional possui um programa de digitalização de seu acervo em domínio público. A apresentação desse trabalho é feita na Internet, através da Biblioteca Nacional Digital (www. *bn.br*), para promover nacional e internacionalmente o conhecimento da língua e cultura brasileiras, expandir o volume e a variedade de conteúdos na web, de forma a prover recursos em língua portuguesa a professores, pesquisadores e ao público em geral. Atualmente a BN Digital dá acesso múltiplo, simultâneo e sem fronteiras a 23.000 itens do acervo, equivalentes a 1.200.000 de imagens, que resultam em mais de 11 terabytes de arquivos digitais armazenados.

Podem ser acessadas no site obras raras como a Bíblia de Mogúncia (1462), a Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil, escrita pelo Padre José de Anchieta, Os Lusíadas, de Luís de Camões, e Dom Casmurro, de Machado de Assis. A ação favorece a divulgação do acervo e contribui para a sua preservação - a microfilmagem e disponibilização das obras em ambiente virtual significam o fim do manuseio constante de peças. Com o lançamento do acervo digital, o número de acessos ao portal da FBN é da ordem de um milhão por mês.

Em junho deste ano, a FBN foi eleita em Washington (EUA), membro do Conselho Executivo da Biblioteca Digital Mundial (www.wdl.org), reforçando sua presença ativa em conselhos decisórios de organismos internacionais e projetos de digitalização.

Muniz Sodré

Sociólogo, jornalista, pesquisador Professor da UFRJ Presidente da Fundação Biblioteca Nacional Autor de livros na área de Comunicação Social

# Siblioteca Sacional:

# 200 anos





